

LINCOLN MAGALHÃES

MEMÓRIAS, OBRAS E REFLEXÕES

APONTAMENTOS SOBRE A
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
NO PERÍODO DE 1983-1987

2002 - RIO CLARO - SP

Branco

É com grande satisfação que vimos atender sugestão do governo municipal para que os ex-prefeitos de Rio Claro apresentassem em forma de texto um panorama político e administrativo do período em que estiveram à frente do Executivo Municipal. Buscamos cumprir a tarefa proposta dentro da limitação do tempo disponibilizado e é nossa expectativa que o material ora apresentado venha a contribuir com o objetivo cívico da iniciativa.

Aos ilustres integrantes da Câmara Municipal daquela legislatura, agentes diretos das realizações aqui alinhadas, manifesto meus agradecimentos pela convivência democrática e empreendedora. Em especial agradeço ao vereador Célio Rodrigues pela autoria do projeto-legislativo que, com a aprovação de seus pares, veio a nos conceder o Título de Cidadão Rio-Clarense.

Na oportunidade deste exercício de memória, cabe enaltecer a importante contribuição de todos aqueles que vieram a compor o secretariado municipal durante nossa gestão, bem como a todos os membros da administração e do funcionalismo, sem os quais, evidentemente, as realizações aqui referidas não teriam se verificado.

Pelo apoio técnico reservado à elaboração deste material, registro meus agradecimentos ao jornalista Marcos César Lopes de Abreu e a José Roberto Sant'Ana, assim como à pronta assistência editorial de Humberto Carnahyba.

A Deus agradeço por todas as bênçãos e pela honra de viver em Rio Claro junto à minha família e tantos amigos.

Para meus familiares

ÍNDICE

PARTE I

Introdução	7
Posse	10
Candidatura	13
Partidos	15
Campanha	17
Câmara	20
Administração	23
Reforma Tributária	25
Apesp, APM e Quércia.....	29
Novas conquistas	32
Ulysses e Geisel.....	35
Diretas-já	38
Empréstimo	42
Oposição.....	46
Convite.....	49
Saída	52

PARTE II

Propostas e caminhos.....	56
Administração e Planejamento	58
Fundo Social de Solidariedade	64
Segurança	67
Educação	70
Cultura	76
Saúde.....	81
Promoção Social e Trabalho.....	86
Habitação	90

Agricultura	94
Transporte e Infra-estrutura.....	98
Saneamento e Preservação	104
Lazer.....	109
Esporte.....	113
Sumário - Obras e serviços realizados	118

Parte I

INTRODUÇÃO

Transformar Rio Claro a partir de idéias, conceitos, propostas e projetos. A este desafio nos entregamos, há quase vinte anos, quando assumimos o governo municipal com a convicção de que era possível estabelecer as propostas para um novo caminho.

Os riscos eram grandes, sabíamos. O desejo de superá-los, porém, era ainda maior. A confiança e a esperança depositadas pela vontade popular não davam espaço a temores diante dos tantos obstáculos.

A meta estabelecida foi o desenvolvimento como garantia da qualidade de vida tendo as ações do governo pautadas pelo interesse social. Para tanto, seria necessário ampliar a expressão política do município, colocando-o em sintonia com o contexto estadual e nacional para viabilizar um adequado programa de realizações. Suprir bairros mais carentes com equipamentos urbanos e serviços, qualificar atendimentos em todos os níveis e fomentar investimentos da iniciativa privada. Tudo isso exigia a recuperação e redirecionamento da administração pública. Esses itens básicos constituíam os novos caminhos que cuidamos de cumprir.

Politicamente novatos, nessa busca por respostas concretas à sociedade, passamos a conviver com o exercício cotidiano do poder, às vezes, no início, alicerçado em decisões miúdas, pequenos nada.

Ao mesmo tempo em que procurávamos organizar e dar direção às ações da comunidade, passamos também a enfrentar um jogo de clientelismo, com armadilhas forjadas por interesses exclusivistas de grupos ou políticos.

Com o aprendizado adquirido por força das próprias circunstâncias, logo pudemos integrar o conjunto de decisões menores a planejamentos e realizações maiores conforme exigiam as expectativas gerais.

Com isso, conseguimos atender às necessidades prementes da população e ainda definir projetos que possibilitaram grande salto em termos de desenvolvimento para Rio Claro, não obstante a intransigência dos que na época evitavam o debate no campo das idéias e seus resultados, como pede a democracia, para limitarem-se a revanchismo de interesses pessoais.

A partir do Movimento Municipalista pela Reforma Tributária - que possibilitou a recuperação da capacidade de investimento e

fortaleceu economicamente o município – Rio Claro passou a ocupar um patamar jamais alcançado no cenário estadual e nacional.

Naquele momento crucial e histórico, os mais importantes temas políticos passavam necessariamente por Rio Claro, que deixaria a condição de testemunha passiva para se transformar em agente participativo e atuante em um dos capítulos mais emocionantes da história atual do Brasil.

Foi assim, ao final do regime militar, a partir da consolidação do processo de abertura como também na fase que se seguiu com a luta pelo restabelecimento pleno do regime democrático e instalação da Nova República.

Mais de vinte anos passados, nos lançamos agora a novo desafio para o qual não acumulamos experiência, o que procuramos compensar com sinceridade e fidelidade aos fatos ora relatados e comentados. Aqui, o desafio é viajar no tempo para resgatar o passado na trajetória do município.

Não se trata, pois, de fazer uma releitura dos acontecimentos daquela época dentro dos rigores técnicos de um historiador profissional. Tampouco este trabalho tem a pretensão de impor uma versão unilateral a fatos por vezes incompreendidos por uns e propositadamente desconsiderados por outros.

Também não nos move o interesse – ditado pela vaidade comum dos humanos e geralmente exacerbada nos políticos – de fazer um relato promocional de obras e serviços realizados durante o período em que fomos prefeito. Afinal, cumprir obrigações, especialmente na vida pública, é algo que não pode vir motivado pelo desejo de reconhecimento ou recompensas.

Nos relatos e considerações a seguir, procuramos destacar de recente passado muitas das conquistas verificadas, bem como perdas registradas a partir dali. Com isso, esperamos contribuir para maior compreensão da realidade. Tendo-se o passado como referência, torna-se possível avaliar, com melhor precisão, as ações no presente.

Em rápido esforço de memória – onde naturalmente pessoas e fatos relevantes não citados ainda permanecem intocados – as lembranças me fizeram reforçar a convicção de que não há futuro sem passado.

A ruptura no processo de mobilização pela Reforma Tributária e anterior resistência imposta à revitalização da Estação Ferroviária ou à construção do aeroporto no Campo do Cocho são

exemplos vivos da validade desta convicção. Basta ver que, passados vinte anos, aquelas iniciativas são retomadas e ora apontadas como fatores elementares para o desenvolvimento de Rio Claro.

A conjuntura político-administrativa, que por si própria tem poder para se impor a vontades pessoais, conforme se vê, exige que a caminhada interrompida venha a ser retomada como garantia de um futuro melhor. Do que se conclui, neste único aspecto, que o saldo da incompreensão de antes está na perda de precioso tempo e, conclusivamente, que Rio Claro poderia ter avançado mais.

O objetivo deste trabalho é contribuir para uma reflexão geral que estimule o amadurecimento dos agentes históricos nele alinhados num exercício de superação que possa sobrepor-se a interesses meramente pessoais.

POSSE

Rio Claro, 1º de fevereiro de 1983. Intensa movimentação popular no Paço Municipal “Dr. Augusto Schmidt Filho” prenunciava ser aquela manhã de domingo o início de um novo tempo.

No interior do prédio, o vai-e-vem de cidadãos e políticos tomava conta das escadas e dos corredores que davam acesso à Câmara Municipal, no segundo andar. Ao lado de minha mulher Silvia Maria Pezzotti de Magalhães, lá estava eu, pronto, junto à equipe de futuros membros do governo e companheiros de partido. Nossa vida passaria a transcorrer em meio à tensão inevitável da política. Essa perspectiva anunciava um mundo de conflitos, ansioso por transformação, nunca pronto. A opinião pública despertava para direitos importantes suprimidos até há pouco e via então a hora de exercitá-los, justamente, apesar de incluir em seu espectro aqueles que, pouco antes, compactuavam com a supressão de direitos e outras manipulações da realidade social.

A Câmara estava lotada. O burburinho crescente tomava conta do ambiente, aumentando a expectativa que pairava no ar. O momento de consagração do candidato eleito havia chegado. O desafio do prefeito e sua equipe só começava. A população de Rio Claro era estimada então em 130 mil habitantes. Já no ano seguinte o município se tornaria referência nacional da Reforma Tributária.

Engenheiro civil e empresário sem experiência política direta – embora houvesse exercido o cargo de diretor do Departamento de Engenharia da prefeitura no período de maio de 1969 a dezembro de 1974 – estava consciente das dificuldades que se apresentariam.

Antes de ser eleito prefeito pelo PMDB em 15 de novembro de 1982, com mais de 12 mil votos, tivera que superar resistências dentro do próprio partido, que abrangia outras duas sub-legendas. Uma era encabeçada pelo ex-prefeito Álvaro Perin, cuja administração lhe rendera o reconhecimento da população pela postura austera e eficiência. A outra, pelo advogado Ruy Pignataro Fina, um dos fundadores do antigo MDB. Conforme se sabe, o embate com os candidatos do PDS – Paulo Osório da Silveira Bueno, Eduardo Lotumolo e Mário Alem – deixara ânimos pessoais e partidários acirrados.

Toda evolução decorre da superação de uma dificuldade. No processo de construção, os obstáculos devem ser vistos como base para o futuro e não simplesmente como impedimentos. Este pensamento me acompanha desde antes da posse, como prefeito, naquela manhã.

No plenário da Câmara Municipal, sob os olhares da platéia atenta à solenidade de posse, sentados à minha frente, estavam 16 dos 17 vereadores eleitos que, no início da legislatura, estabeleceriam um equilíbrio de forças. Apesar da vantagem numérica da bancada, o PMDB – com 10 vereadores – tinha contra si a maior experiência e capacidade de articulação da bancada do PDS e seus três vereadores reeleitos: Antonio Vicente Quilici Tedesco, Alfeu Casanova Costa e Benedicto José Zaine.

A cerimônia, conforme determina a Lei Orgânica do Município, era comandada pelo vereador mais votado a quem cabe presidir a primeira sessão da Câmara para dar posse ao prefeito. Essa tarefa coube então ao vereador e radialista Sérgio Carnevale que, mais tarde, iria presidir a Comissão de Fiscalização do empréstimo externo de US\$ 10 milhões, feito com aval do Senado, através do Banco do Estado de São Paulo.

Aprovado pela Câmara, o empréstimo – apelidado de “Cyborg” em alusão a um herói de seriado da TV – viria a ser o instrumento a facultar a Rio Claro um dos maiores estágios de seu desenvolvimento. Seria também objeto da leitura obsessivamente reeditada de um erro que nunca existiu.

De postura pragmática e formação social-democrata, nosso governo, além das responsabilidades, atribuições e expectativas inerentes ao cargo, herdava ainda pressões de um verdadeiro clima de guerra política que reinava na cidade e se reportava à luta pela redemocratização. Esse cenário, marcante em todo o país, era potencializado e personificado em Rio Claro por implacável disputa à qual se lançaram então o prefeito Dermeval da Fonseca Nevoeiro Júnior (PDS) e o vereador e presidente do Diretório Municipal do PMDB, José Marcos Pires de Oliveira, candidatos a deputado estadual.

Cerimônia encerrada. Saudações. Acenos. Abraços. Fotos. Certezas e dúvidas. Ao final, despedidas. Poucas pessoas restavam no local. Junto aos que ficaram, as expectativas do que viria pela frente...

Nos meses logo subseqüentes, a prefeitura voltaria a viver intensa movimentação. As portas se abririam à participação popular. Era a descentralização do poder de decisão. Reuniões com associações de moradores de bairros se repetiam dia-a-dia.

Simultaneamente, deputados, senadores e lideranças nacionais de todos os partidos concorreriam ao mesmo local ao tempo em que colocavam Rio Claro em um patamar jamais alcançado no cenário estadual e nacional. Nasceria ali o Movimento Municipalista pela Reforma Tributária.

Depois viria também o engajamento pioneiro pelas “Diretas Já”, que tinha em Ulysses Guimarães sua maior expressão e que culminaria com o restabelecimento do regime democrático no país após vinte anos de ditadura. Era a Nova República.

CANDIDATURA

Era final de 1981 quando decidi me filiar ao PMDB. Àquela altura já acumulara uma experiência de mais de catorze anos como engenheiro, professor e empresário. A disposição de participar da política vinha dos tempos universitários. Era um sentimento que havia amadurecido e, sob o forte apelo cívico daquele momento de transição, procurei manifestá-lo através de ações concretas na vida pública.

Só passei a desenvolver uma percepção mais aguda dos reflexos das ações políticas na vida cotidiana das pessoas ao ingressar na Faculdade de Engenharia Civil da Universidade de São Paulo, em São Carlos, no ano de 1964. O interesse pela vida pública, a partir de uma visão crítica da realidade, começou a despontar e ocupar espaço em meio à preocupação com a formação profissional.

Nesse mesmo ano, conforme relata o historiador Nelson Piletti, os militares passariam a controlar a vida política brasileira logo nos primeiros dias de abril. “Tinham chegado ao poder para, entre outras coisas, salvar a democracia, mas acabariam com ela e ficariam no poder por duas décadas” – relata.

Da mesma forma que acontecera com o início, o final de minha formação universitária seria marcado por outro momento crucial da história contemporânea da política brasileira: a decretação do Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968, último dia de aulas de minha turma de Engenharia. O que deveria ter sido um dia de alegria e festa para os estudantes que se formavam, acabou se transformando em momentos de apreensão. Todos os alunos da classe seriam detidos e presos. Passamos a sentir na pele os efeitos da cessação da liberdade pela truculência do autoritarismo e a avaliar, por extensão, as conseqüências para todo o povo brasileiro.

O AI-5 concedia autorização ao presidente da República para decretar o recesso do Congresso, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais; intervir nos Estados, municípios e territórios; cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; decretar estado de sítio; decretar o confisco de bens. Símbolo do arbítrio, o AI-5 vigoraria durante dez anos (Piletti, 1998).

Minha participação na vida política tem muito a ver com o Dr. Pires, que morreu no dia 30 de janeiro de 2001, aos 63 anos, após uma trajetória exemplar como político destemido e articulador, competente médico radiologista e dedicado jornalista. Entrei para o PMDB através dele. Sua forte influência seria decisiva na campanha

para o Executivo. Na administração municipal contei com o privilégio da participação tanto do político como do profissional José Marcos Pires de Oliveira. Empreendedor, com dezoito dias de governo, na condição de Secretário Municipal de Saúde, conseguiu a proeza de inaugurar o Pronto Socorro do Cervezão.

A ficha de filiação ao PMDB me foi entregue pelo advogado e companheiro Eliseu Carrara Boncompagni (Déde) e referendada por Ruy Pignataro Fina, advogado e fundador do antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que fazia oposição à Arena (Aliança Renovadora Nacional), pró-regime militar. Todo o processo fora avalizado por Pires, que, dissidente da Arena, àquela altura presidia o diretório municipal e exercia forte liderança no PMDB.

O partido disputaria as eleições de 15 de novembro de 1982 com três sublegendas. Os nomes que encabeçariam cada uma delas já estavam definidos, restando a homologação pela convenção municipal. Até àquele momento, os candidatos a prefeito pelo partido seriam Álvaro Perin, Ruy Fina e Ivani Bianchini Höfling.

Como o recém-fundado PP (Partido Popular), que reunia ex-arenistas e conservadores do MDB, não teve condições legais para disputar as eleições, foi incorporado ao PMDB. Dessa forma, ingressaram no partido: Luis Carlos Iamondi Machado, Asdrubal Bellan e Moacir João Rossini. Todos foram eleitos.

Pelo acordo firmado através das lideranças nacionais, caberia aos ex-integrantes do PP uma sublegenda. A partir daí, intensas discussões internas somente não levaram a um "racha" no partido pela firmeza de Pires. Ao final, sem a sublegenda, Ivani elegeu-se vereadora e, de líder do governo na Câmara Municipal, passaria a crítica e opositora.

Assim, ao término dessa obra de engenharia político-partidária edificada pela habilidade de Pires, assumi a sublegenda e lancei minha candidatura a prefeito tendo Kal Machado como vice, cuja indicação coube ao grupo vindo do antigo PP. Quatro anos após a posse, lhe entregaria o comando da prefeitura, para assumir cargos no primeiro escalão do governo estadual.

PARTIDOS

No início da década de 80, Rio Claro reproduzia com fidelidade o cenário político nacional que se desenhara a partir da extinção da Arena e do MDB. Apesar da criação de novos partidos, a disputa continuava extremamente polarizada entre os grupos formados por ex-arenistas e ex-emedebistas.

A polarização se dava de forma personalizada. O então prefeito Dermeval da Fonseca Nevoeiro Júnior e o vereador José Marcos Pires de Oliveira eram os personagens centrais dessa disputa. O primeiro, como expoente maior do partido governista, e o segundo, como líder da oposição.

Ao final de 1979, três meses depois da anistia, o governo acabou com o bipartidarismo e dissolveu os dois partidos existentes. Segundo comenta Piletti, "não queria perder a maioria dos governos estaduais e a maioria do Congresso nas eleições de 1982. Esperava que a criação de novos partidos dividisse a oposição". Um novo quadro se formou:

— o MDB tentou manter-se inteiro e seus líderes criaram o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro);

— a Arena também procurou manter-se, transformando-se em PDS (Partido Democrático Social);

— sindicalistas, intelectuais e estudantes formaram a partir de São Paulo o PT (Partido dos Trabalhadores);

— os trabalhistas brigaram entre si pela tradicional sigla do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundado por inspiração de Getúlio Vargas, seu primeiro presidente de honra. A Justiça Eleitoral decidiu entregá-la ao grupo de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio;

— o grupo trabalhista de Leonel Brizola se conformou em fundar novo partido, o PDT (Partido Democrático Trabalhista);

— conservadores do MDB e ex-arenistas fundaram o PP (Partido Popular), de vida curta, que não teve condições legais de concorrer em 1982. Alguns membros se incorporaram ao PMDB e outros ao PDS.

Em Rio Claro, o surgimento dos novos partidos fez com que a eleição para prefeito, em 15 de novembro de 1982, fosse disputada

por dez candidatos. O PDS e o PMDB lançaram três candidatos pelas suas sublegendas, o PDT, dois e o PT e o PTB, um candidato cada.

Pelo PDS foram candidatos o então Secretário Municipal de Educação e Cultura Paulo Osório da Silveira Bueno e os vereadores Eduardo Lotumolo e Mário Alem. Todo o esforço de campanha ficou centrado em Paulo Osório, que recebera incondicional apoio de Nevoeiro Júnior e tinha toda a estrutura da máquina administrativa a seu favor.

Candidato pelo PMDB, eu figurava como novato, pois não tinha militância partidária, nunca havia disputado uma eleição e não acumulava vivência política. Os outros dois candidatos seriam o ex-prefeito Álvaro Perin – ao lado de quem trabalhei como diretor de Engenharia – e Ruy Pignataro Fina, fundador do antigo MDB e de família de tradição histórica na vida política.

Mário Zaia e o engenheiro José Vecchiato assumiram a candidatura a prefeito pelo PDT. Mário Caritá, pelo PTB, e Bruno Pucci, pelo recém-criado PT, completaram o quadro de opções do eleitorado rio-clarense.

Além de votar em prefeito e vereador, os eleitores voltaram a escolher o governador, pelo voto direto, após dezoito anos. Votaram ainda para deputado estadual, deputado federal e senador.

Após dividir a oposição, Piletti lembra que o governo federal tinha tomado várias outras medidas para tentar evitar a derrota que se mostrava iminente nos Estados e municípios:

- proibição de coligações: todos os partidos deveriam lançar candidatos para todos os cargos;

- vinculação total de votos: o eleitor tinha de votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos;

- proibição do voto de legenda: não se podia votar apenas no partido, mas nos candidatos;

- cédula eleitoral sem o nome do partido;

- manutenção da Lei Falcão: os candidatos não podiam falar por rádio ou televisão; apenas mostrar a foto, dar o nome e o currículo de cada um.

Apesar de todos os casuísmos, o voto popular consagrou as oposições.

CAMPANHA

A campanha eleitoral de 1982, em Rio Claro, estava polarizada entre os candidatos do PDS (antiga Arena) e do PMDB (antigo MDB). Os demais partidos recém-criados, na época, não tinham estrutura solidificada no município para concorrer em igualdade de condições.

Ao término do processo de apuração dos votos, no Ginásio de Esportes "Felipe Karan", essa polarização foi confirmada.

Com mais de doze mil votos fui eleito prefeito. O segundo mais votado foi Paulo Osório (PDS). Na terceira e quarta colocação ficaram os candidatos do PMDB, Álvaro Perin e Ruy Fina, e em quinto e sexto, respectivamente, Eduardo Lotumolo e Mário Alem, do PDS.

Na fase que antecedeu o início da campanha eleitoral, minha candidatura ainda era vista com descrédito. Havia resistências a serem vencidas dentro do próprio partido. Eu era visto e apontado como o "azarão" daquele páreo eleitoral. Condição que, para surpresa de muitos, foi revertida com o andamento da campanha.

No PMDB, muitos apontavam como certa a vitória do ex-prefeito Álvaro Perin, que teve como candidato a vice, o engenheiro Nelson de Almeida. Para essa projeção contribuía não só seu passado de realizações e de austeridade à frente da prefeitura, como também o seu antagonismo com o então prefeito Nevoeiro Júnior. Nessa condição, não eram poucos os que entendiam como uma consequência natural a polarização da campanha entre Perin e Paulo Osório, considerado o único e verdadeiro candidato de Nevoeiro Júnior.

Integrantes da chamada ala histórica do PMDB, que reunia o grupo liderado por Ruy Fina e pelo sociólogo Hélio Jorge dos Santos – candidatos a prefeito e vice, respectivamente – olhavam com reservas minha candidatura. Resistência que aumentou ainda mais quando me foi indicado para vice, Kal Machado, proveniente do PP. Alguns viam nessa composição um risco de descaracterização do perfil ideológico do partido.

Tido como carta fora do baralho, só me restava buscar novos caminhos, que conduzissem ao desenvolvimento de uma campanha criativa, capaz de aglutinar os diferentes setores da população. Além do ineditismo e do fator surpresa, seria necessário estar sustentada por uma proposta de trabalho moderna e viável, abrangente o bastante para transcender o campo da identificação

ideológica, estabelecendo vínculos concretos com as aspirações do cotidiano das pessoas.

Para sintetizar e dar vida a essa fórmula, que a princípio parecia mágica, se mostrou imprescindível o trabalho de Antonio Carlos Brunelli e dos arquitetos Nilo Nunes, Elias Pisconti Machado, Marcos Pisconti Machado e do coordenador da campanha Marco Aurélio Pezzotti. Eles foram responsáveis diretos por todo o planejamento estratégico, bem como pela idealização e elaboração da proposta de governo, que posteriormente seria aprovada pela população nas urnas e colocada em prática na administração municipal.

Observadores e detalhistas, eles foram, literalmente, os grandes arquitetos de uma campanha inovadora, desenvolvida num estilo jamais visto em Rio Claro. Hoje, passados tantos anos, percebe-se que ela foi um marco nas disputas eleitorais no município e, seu impacto, junto à população, determinou o estabelecimento de um novo conceito de marketing eleitoral, em Rio Claro.

Estrategistas por excelência, Nilo, Elias e Marcos rapidamente identificaram as principais carências da população na época e as converteram em propostas de trabalho. Acompanhavam com atenção tudo o que se delineava de positivo no horizonte político estadual e nacional. Somavam a isso uma visão privilegiada de planejamento urbano que traduziam com simplicidade através de compromissos que, colocados em prática, promoveriam a melhoria da qualidade de vida.

A democracia não termina com a apuração dos votos. Ali está apenas o começo do processo, que se concretiza quando os eleitos mostram eficiência e muito trabalho. O compromisso assumido nas urnas não pode desaparecer como miragem.

Com diretrizes bem definidas e estrategicamente colocadas em prática, a campanha começa a ganhar corpo. Um número cada vez maior de pessoas participa dos comícios, eventos e reuniões. A esta altura já incomoda os demais concorrentes que se mostram surpreendidos pelo estilo arrojado e envolvente de nossa campanha.

12 de outubro: faltava apenas um mês para as eleições. A administração municipal realizaria um grande evento no Estádio Municipal "Dr. Augusto Schmidt Filho" que reuniria milhares de crianças acompanhadas de seus pais e demais familiares. Toda a festa era destinada a promover os candidatos do PDS, em especial Paulo Osório.

Estávamos dispostos a ganhar a cena, mas não sabíamos como. Queríamos fazer nossa campanha em pleno evento do adversário, mas sem qualquer tipo de conflito. A alternativa encontrada foi utilizar grandes balões a gás, com a inscrição do nosso nome e do número de nossa sublegenda (57). Presos a um cabo, eles foram soltos do lado de fora do estádio e pairaram sobre as arquibancadas, para o delírio do público, que passou a vaiar os candidatos do PDS.

A partir desse dia, além dos balões, nossa candidatura subiu nas pesquisas de opinião pública, dando sinais claros de que poderia ser a vencedora a 15 de novembro. Essa tendência se manteve até o último dia de campanha e foi confirmada na eleição.

Amparada pela máquina administrativa e fomentada pela polarização ideológica, a candidatura de Paulo Osório representou uma ameaça constante até o final da campanha. Quatro anos mais tarde, mesmo afastado do poder, ele se elegeu deputado estadual e se tornou líder da bancada do PDS, na Assembleia Legislativa.

CÂMARA

A composição da Câmara Municipal de Rio Claro definida pela eleição de 1982 também deixaria clara a polarização entre PDS e PMDB que, a princípio, herdaram e deram seqüência ao clima de disputa acirrada entre a Arena e o MDB.

Dos dezessete vereadores eleitos, dez eram do PMDB e os outros sete do PDS, que, de início, formavam as duas únicas bancadas.

Os dez vereadores eleitos pelo PMDB foram: Octávio José Chiossi, Célio Rodrigues, Francisco Marchiori Júnior, Sérgio Guilherme, Ivani Bianchini Hofling, Álvaro Baungartner, Sérgio Antonello, Asdrúbal Bellan, Sérgio Hernani Fittipaldi e Moacir João Rossini.

Pelo PDS se elegeram: Antonio Vicente Quilici Tedesco, Alfeu Casanova Costa, Benedicto José Zaine, Sérgio Carnevale, Edgard Sidney Prochnow, Samuel de Castro e José Carlos Leonhardt.

A superioridade numérica da bancada peemedebista era compensada pela maior experiência e articulação da bancada pedessista, que contava com três vereadores reeleitos (Alfeu, Tedesco e Zaine). No PMDB, apenas Chiossi acumulava vivência legislativa anterior. Todos os demais eram novatos.

E foi exatamente a experiência que determinou a eleição de Chiossi para a presidência da Câmara no biênio 83/84. A definição pelo seu nome se deu através de consenso em reunião da bancada do PMDB, realizada dias antes da posse que aconteceria a 1º de fevereiro de 1983.

Ivani Bianchini que chegou a pleitear sua indicação para o cargo, não obteve o apoio dos demais vereadores e mais uma vez não conseguiu concretizar seu objetivo. Porém, ela seria a primeira a se tornar líder do prefeito na Câmara. Condição que exerceu por pouco tempo. Logo no primeiro projeto encaminhado à aprovação do Legislativo, Ivani votaria contra, somando com a oposição. A postura adversa em relação à bancada e ao Executivo tornou incompatível sua permanência no PMDB, do qual posteriormente se desligou para ingressar no PDT.

Até por uma questão de princípios pessoais, desde o início respeitei a autonomia da Câmara Municipal. Assim, não interfeirei nas eleições para a composição da Mesa. Apenas apoiava o que o grupo

de vereadores, que dava sustentação política à administração, decidia. Foi desta forma em relação à eleição de Chiossi, depois Célio Rodrigues (85/86) e, por fim, Marchiori Júnior (87/88).

De maneira geral, ao longo de minha administração sempre mantive uma convivência transparente e saudável com a Câmara Municipal. Apenas os primeiros meses de 1983 foram marcados por uma postura de intransigência e radicalismo, alimentada pela interferência do diretório municipal do PDS, que ainda pautava suas ações pelo clima de guerra predominante no período eleitoral.

Nessa fase, as lideranças locais do PDS impuseram fechamento de questão à bancada do partido na Câmara. Com essa medida, seus vereadores ficaram proibidos de votar a favor de qualquer projeto encaminhado pelo Executivo, sob pena de serem expulsos do partido.

Essa situação não perdurou por muito tempo. Os próprios vereadores foram, gradativamente, intensificando a insatisfação pela medida imposta pelo diretório que, por revanchismo, não levava em consideração o interesse do município. À medida que crescia a rejeição dentro da bancada pedessista, aumentava a pressão sobre o diretório, que, sob a ameaça de uma debandada geral, não teve como manter o fechamento de questão que se mostrava incoerente com o processo de redemocratização pelo qual também se buscava o fortalecimento do Poder Legislativo.

O vereador Alfeu Casanova Costa, conhecido pela sua postura de lealdade ao partido, foi um dos primeiros a se rebelar contra o fechamento de questão decidido pelo diretório do PDS e que tinha como objetivo inviabilizar toda e qualquer iniciativa do Executivo, independentemente dos prejuízos causados ao desenvolvimento do município.

Alfeu chegou a me confidenciar que, nos meses que se seguiram à minha posse, o diretório do PDS promovia reuniões periódicas nas quais se faziam previsões quanto ao tempo que levaria até minha renúncia devido às pressões exercidas e armadilhas preparadas.

- "Ele não agüentará mais quinze dias", previam em tom de aposta.

Aqueles que apostavam em minha desistência não demorariam a perceber o erro de avaliação cometido. A medida truculenta e coercitiva do diretório do PDS contra seus vereadores gerou uma reação contrária à esperada. O tiro saiu pela culatra. Além

de Alfeu, Samuel de Castro e Edgard Prochnow também já haviam se rebelado e os demais seguiriam o mesmo caminho.

Uma vez superado esse momento de forte e indevida ingerência externa, meu relacionamento com a Câmara foi pautado pelo bom senso e interesse público. Casos isolados e circunstanciais eram resolvidos à base do entendimento político com a maioria. Assim foi na votação e aprovação de projetos importantes.

A construção do Centro Poliesportivo do Sesi em área de mais de 60 mil metros quadrados no Jardim Floridiana somente foi possível através da aprovação pela Câmara do projeto de desafetação da área. Para a construção do CAT "José Felício Castellano" foram investidos, na época, cerca de 50 bilhões de cruzeiros, valor de toda uma administração.

O conjunto esportivo do Sesi é obra de referência nacional, uma das maiores do Brasil neste setor. Era antigo anseio da unidade, que deixaria o município caso não houvesse solução adequada para sua sede. O esforço de nosso governo para efetivar a obra foi total, enquanto a oposição se reservava ao expediente de tentar inviabilizar toda a iniciativa. Para se ter idéia, o projeto de lei de doação do terreno precisou ser revisto três vezes. Apesar das manobras interpostas para criar dificuldades, a Câmara Municipal aprovou o projeto final e a obra tornou-se possível. Prevaleceu a sensibilidade da maioria voltada aos interesses da comunidade.

Em outro momento marcante e apesar das pressões contrárias, a Câmara votou e aprovou o projeto que autorizou a contratação de um empréstimo externo de 10 milhões de dólares que faria o município recuperar sua capacidade de investimento para a realização de inúmeras obras.

ADMINISTRAÇÃO

Terminada a sessão solene de posse comecei a me preparar para, já no dia seguinte, uma segunda-feira, assumir o trabalho. O desafio maior era comandar o destino de um município com população estimada em 130 mil habitantes.

Porém, antes, participamos de uma missa celebrada na Igreja Matriz de São João Batista. Já era noite daquele 1º de fevereiro de 1983. Com a igreja repleta e em meio à cerimônia conduzida pelo monsenhor Jamil Nassif Abib, voltei meus pensamentos a Deus e pedi que me desse força necessária para superar os obstáculos e vencer os desafios; pedi também sabedoria para enfrentar com dignidade e desapego o dia em que deixasse de ser prefeito e me despisse do poder que me fora concedido pelo povo.

Amanhecer do dia dois de fevereiro. Após o café fiz o caminho que repetiria, dia após dia, durante quatro anos. Saudado pelos funcionários, na chegada ao Paço Municipal "Augusto Schmidt Filho", subi ao gabinete para iniciar a rotina como prefeito de Rio Claro.

Sem demora pudemos constatar uma realidade já anunciada: estava à frente de um município falido. O estado de insolvência financeira em que estava mergulhada a administração municipal fazia com que faltassem até materiais elementares, porém imprescindíveis, para a rotina burocrática da própria prefeitura.

O risco à governabilidade do município provocado pela falta de recursos era agravado por fatores políticos desencadeados a partir de um sentimento de revanchismo motivado pela herança de "guerra" entre PMDB e PDS. Acontece que, no período compreendido entre o resultado das urnas e a posse, a Câmara Municipal havia revogado um conjunto de aproximadamente cento e vinte leis e decretos, com o objetivo de inviabilizar a nova administração municipal.

Nossa equipe de governo integrava as vertentes que deram sustentação à campanha. Além do caráter político, adotamos como critérios determinantes a competência profissional e a capacidade de adaptação a uma nova filosofia de trabalho, voltada para a descentralização dos serviços e expansão da qualidade de vida a todas as camadas da comunidade.

É claro que nesse processo de composição de governo houve contradições e conflitos, mas tudo foi acertado a seu tempo para que não ficasse comprometido o atendimento básico da

população em todos os setores prioritários. No transcorrer da administração foram realizadas readaptações no primeiro e segundo escalões de governo, sem traumas e sem prejuízo à prestação de serviços ao município.

Já no início do segundo ano da administração, a nomeação de Dalva Christofolletti Paes da Silva como assessora especial de gabinete, marcaria um dos episódios mais conflitantes sobre a definição da equipe de governo. Sua indicação era vista com descontentamento pela maior parte do diretório municipal do PMDB que, no entanto, não possuía em seus quadros alguém com a mesma experiência e que se enquadrasse às exigências daquele momento. Cheguei a estabelecer prazos para que o diretório me apresentasse outro nome como alternativa. Como isso não aconteceu, decidi por sua nomeação.

Em outro momento, não menos conflitante, ao ceder a fortes pressões de uma ala do PMDB, cometi o que hoje considero um de meus maiores equívocos. Movido por absoluta falta de experiência política e por um erro de avaliação induzido pelo clima de guerra partidária, afastei o radialista e vereador Sérgio Carnevale da direção do Posto de Atendimento ao Trabalhador de Rio Claro.

Além de estrategicamente incorreto – Carnevale foi o vereador mais votado de 1982 e já possuía uma das maiores audiências do rádio rio-clarense – o afastamento não fazia justiça ao profissional, que há anos, vinha desempenhando essa função no serviço público.

A vida nos ensina que, nenhuma pessoa ou governo, consegue só errar ou só acertar. Toda pessoa que tem a pretensão de ser útil à democracia se empenha em reconhecer erros e acertos, independentemente de seus interesses.

Na rotina diária da administração municipal, detectamos contradições que foram superadas apenas com diálogo e modificamos os rumos, quando necessário. Foram cometidos erros a exemplo de todas as atividades humanas. Mas acima de tudo havia muito empenho de todos para cumprir as diretrizes traçadas pelo plano de governo, cujo enfoque social estava voltado ao atendimento dos bairros periféricos e, conseqüentemente, aos segmentos mais carentes da população, até então desprovidos de serviços básicos.

A união em torno desse objetivo comum deixou nossa administração marcada por um volume de obras sem igual em toda a história de Rio Claro.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Em setembro de 1983, quando caminhávamos à frente da Comissão Interpartidária de Prefeitos, acompanhada por mais de dois mil municipalistas rumo à rampa do Palácio do Planalto, o clima de tensão predominava. O Distrito Federal estava sob estado de emergência, decretado pelo governo, para impedir a pressão popular sobre o Congresso e garantir a aprovação do decreto de arrocho salarial.

Dias antes, chegando em Brasília, ao desembarcar no aeroporto, nós, prefeitos da Comissão, fomos detidos por agentes da Polícia Federal e encaminhados a um hotel. Não demoraríamos em abandonar o hotel e procurar pelo deputado gaúcho Irajá Rodrigues, ex-prefeito de Pelotas e então presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal.

Era dele uma emenda propondo alteração no sistema tributário que estava prevista para entrar na ordem do dia, para votação, pelo plenário da Câmara. Contando com o apoio do deputado, faríamos da Comissão de Finanças por ele presidida o quartel general para organizar a chegada de um batalhão, formado por dois mil prefeitos de todo o Brasil.

O executor das medidas, que impedia as reuniões e a entrada de ônibus, com manifestantes, em Brasília, era o general Newton Cruz, que chegou a interditar a sede da Ordem dos Advogados local, fato inédito nos 53 anos de existência da OAB.

A medida foi tomada pelo governo após a derrota sofrida no dia 21 de setembro, quando pela primeira vez desde 1968 o Congresso rejeitou decreto-lei do Executivo, que modificava a lei salarial e anulava conquistas dos trabalhadores.

O Executivo não perdeu tempo. Enviou decreto-lei que limitava a 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) todos os reajustes salariais, e o Congresso, novamente, votou contra. O governo não desistiu. Enviou novo decreto-lei, permitindo reajustes escalonados, mas com média girando em torno de 80%. Decretou estado de emergência e, na incerteza da aprovação, procurou o PTB, oferecendo cargos de pouca importância em troca do apoio. Desta forma, o arrocho salarial foi aprovado.

Era dia 27 de setembro. O estado de emergência havia sido mantido. A tensão estava no ar. Um clima de apreensão tomou conta de todos os momentos que precederam a chegada dos municipalistas ao Palácio do Planalto. A primeira "Marcha a Brasília" mobilizaria

mais de dois mil prefeitos de todo o País pela Reforma Tributária, quatro meses depois de ter sido idealizada e lançada em Rio Claro, no dia 10 de maio.

A “Marcha a Brasília” acontecia num momento em que as reivindicações populares ganhavam corpo. O Congresso se mostrava mais vulnerável às pressões da sociedade civil. Ao repudiar o autoritarismo nas eleições de 1982, o voto popular consagrou as oposições, vitoriosas nos Estados mais populosos e mais desenvolvidos. A oposição passou a ser maioria na Câmara Federal. Estava criada uma nova correlação de forças que repercutiria no Legislativo.

Já no interior do Palácio, a Comissão Interpartidária de Prefeitos e os demais municipalistas foram recebidos pelo presidente da República, general João Batista Figueiredo, que ao assumir a presidência, havia quatro anos, prometera “fazer deste país uma democracia”. Antes, porém, intermediaria várias negociações para que todos pudessem participar do encontro, uma vez que o presidente não estava disposto a liberar o acesso a um contingente tão grande de prefeitos.

Figueiredo recebeu com frieza e indiferença o documento intitulado “Carta de Rio Claro” – também conhecida como “Carta dos Municípios” – que resumia as principais reivindicações para o fortalecimento dos municípios e que havia sido aprovado durante encontro realizado no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. Governadores, secretários e deputados estaduais, deputados federais e senadores participaram do encontro.

Sem permitir o pronunciamento de nenhum dos representantes do movimento, Figueiredo foi conciso e taxativo ao afirmar que não seria possível realizar a reforma antes do segundo semestre do próximo ano. Seguiu-se, de imediato, uma vaia que ecoou pelos corredores do Palácio. Sem dizer mais nenhuma palavra e visivelmente irritado, o presidente deixou o saguão a passos largos fechando atrás de si a porta de acesso. Por instantes, todos os prefeitos ficaram retidos naquela ala do Palácio até que fosse liberada a saída.

No entanto, a primeira vitória política daquele movimento que nascera em Rio Claro já estava prestes a acontecer. Menos de dois meses depois, no dia 23 de novembro de 1983, o Congresso Nacional aprovou a emenda do senador Passos Porto que beneficiava principalmente os municípios de pequeno porte. A aprovação da emenda representou um feito histórico: a primeira mudança no texto da Constituição Federal, após vinte anos.

A partir daí, seguiram-se outras várias e importantes vitórias no Congresso. Os municípios passaram a reter uma fatia maior do bolo tributário concentrado nas mãos do governo federal. Essas conquistas seriam completadas com a Constituição de 1988, que consagraria as teses defendidas na "Carta de Rio Claro" posteriormente colocadas como subsídios aos debates parlamentares.

O futuro não tardaria a mostrar, com fatos concretos e números inquestionáveis, o acerto da iniciativa tomada em Rio Claro a 10 de maio de 1983. Naquele dia fora deflagrado o Movimento Municipalista pela Reforma Tributária. Motivado por uma necessidade local que, ao reproduzir uma realidade nacional, rapidamente se transformou numa bandeira suprapartidária empunhada pelos prefeitos de todo o Brasil.

"O cidadão mora no município, não no Estado nem na União". Este conceito, tantas vezes repetido pelo governador Franco Montoro, serviu de inspiração para o início de um longo caminho percorrido com obstinação.

O objetivo sempre foi promover uma participação tributária mais justa para todos os municípios e para Rio Claro, especialmente, pois logo nos primeiros dias após a posse, eu e minha equipe de governo percebemos que estávamos à frente de uma administração municipal praticamente falida. A situação não era diferente em tantas outras prefeituras, consumidas pelos desmandos, personalismos e centralização típicos dos regimes autoritários. Meta alcançada!

Já na administração municipal que se seguiu à nossa, Rio Claro passaria a dar um salto extraordinário em termos de arrecadação. O promotor de Justiça Azil Francisco Brochini – que se elegeu pelo PL a partir de ostensiva campanha baseada em denúncias que jamais iriam se comprovar – passou a comandar um município que em apenas um mês arrecadava mais do que em um ano no período em que estive à frente do Executivo.

Em 1983 a arrecadação mensal girava em torno de 500 mil dólares. Já a partir dos anos 90/91, Rio Claro arrecadava, mensalmente, perto de cinco milhões de dólares.

Hoje, quase vinte anos após, fica a constatação de que o caminho desbravado com tanto empenho conduziu a uma nova realidade, já sedimentada, de que a maior autonomia e fortalecimento financeiro dos municípios formam a base para o contraponto necessário ao próprio processo de globalização.

Para mim, em particular, fica a convicção de que o tempo pode devorar os homens, mas não devora suas obras.

Transcrevo, em seguida, a CARTA DE RIO CLARO, em sua íntegra:

Rio Claro, 10 de maio de 1.983.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República
General João Batista de Oliveira Figueiredo
Aos excelentíssimos membros do Congresso Nacional

Os prefeitos que esta subscrevem, no exercício legal da representatividade de que estão investidos, tendo em vista o que ficou deliberado no Encontro de Prefeitos realizado na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, aos dez dias do mês de maio de um mil, novecentos e oitenta e três, resolveram apelar a Vossas Excelências no sentido de que promovam estudos imediatos objetivando as medidas destinadas à reforma da Constituição e do Código Tributário Nacional, onde fique assegurada, aos municípios, maior autonomia financeira, com a adoção, entre outras, das seguintes medidas:

I - maior participação dos municípios na arrecadação tributária - a exemplo do que ocorre nos países de tradição democrática e desenvolvimento econômico, onde a participação das Administrações locais no produto global das rendas públicas chega a ser de 40% - circunstância que evidencia o estágio primário e inadequado em que nos encontramos;

II - maior agilização das transferências de recursos aos municípios, pela União e pelos Estados, incondicionadas a vinculações de capital ou a programas de governo, como forma de propiciar maior liberdade na execução orçamentária;

III - diminuição ou extinção de transferências de encargos próprios da União e dos Estados, aos municípios, como relativos à Educação, à Saúde Pública e à Segurança, fornecimentos de prédios e instalações a repartições estaduais e federais etc.;

IV - concessão de financiamentos aos municípios com encargos subsidiados, bem como a implantação de linhas de créditos específicas para a implantação de planos urbanos de melhoramentos;

V - transferência, para os municípios, dos serviços de trânsito e da arrecadação dos tributos deles decorrentes, já que a construção e a manutenção de vias públicas são por eles suportadas.

APESP, APM E QUÉRCIA

O Movimento Municipalista pela Reforma Tributária, lançado em Rio Claro, transformou-se num marco histórico pela autonomia e fortalecimento dos municípios brasileiros e converteu-se num dos maiores instrumentos de pressão sobre o Congresso Nacional, tanto ao final da ditadura militar no país como no início da Nova República.

Sua capacidade de mobilização e representatividade acelerou a conquista de importantes vitórias que começaram a estabelecer uma nova forma de relacionamento entre municípios, Estados e União.

Pelo seu perfil aglutinador, capaz de fazer convergirem diferentes tendências ideológicas em torno de um objetivo comum, o movimento determinou a revitalização da Associação Paulista de Municípios (APM), que até então mantinha uma visão conservadora determinada pela influência do governo central. Inspirou a criação da Frente Municipalista Nacional, por Orestes Quércia.

Seu caráter suprapartidário precederia e se engajaria de imediato às mobilizações populares pelas "Diretas-já", que culminaram com a eleição indireta do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para a presidência da República, em 15 de janeiro de 1985. Seria, portanto, uma das primeiras bases de sustentação para a instalação da Nova República.

Quando do lançamento do movimento em Rio Claro, a 10 de maio de 1983, ficou decidido que, para garantir plena representatividade e abrangência, os trabalhos seriam coordenados por um grupo de prefeitos representando todos os partidos políticos e regiões do Estado de São Paulo. Nascia a Comissão Interpartidária de Prefeitos, da qual, pelo PMDB, além de integrante, eu era o coordenador dos trabalhos, tendo como parceiros: Gilson Menezes (Diadema/PT), Cláudio Antonio Gianine (Cabreúva/PDS), Oswaldo Munhoz (Dourados/PDT) e Rubens Aparecido Benázio (Agudos/PTB).

Em pouco tempo a Comissão passou a transcender os limites do próprio Estado ampliando sua atuação para todo o território nacional. Com o objetivo de consolidar o movimento pela Reforma Tributária, integrantes da Comissão percorreram todo o país para mobilizar um número cada vez maior de prefeitos. Através desta ação foram fortalecidas e criadas diversas entidades estaduais e regionais pelo Brasil afora.

Em São Paulo, como a APM ainda não havia se engajado ao movimento, foi estabelecida como alternativa estratégica a criação, em Rio Claro, da Associação de Prefeitos do Estado de São Paulo

(Apesp), para a qual fui eleito presidente, tendo como vice Milton Monti, prefeito de São Manuel.

Por conseqüência desse trabalho, o movimento cresceu em representatividade e já chamava a atenção de grandes nomes da política nacional. Rio Claro recebeu, entre outros tantos políticos, os senadores Marco Maciel e Afonso Camargo, respectivamente líderes do PDS e do PMDB, no Senado.

A partir da crescente mobilização dos prefeitos, o vice-governador Orestes Quércia logo se engajou ao movimento, após a primeira "Marcha a Brasília" que levou à aprovação da emenda Passos Porto. Na época da aprovação, o Congresso era presidido pelo senador Nilo Coelho, que após ter sido pressionado pelo PDS durante a votação do decreto de arrocho salarial, dias antes, pronunciou então uma frase que entrou para a História: "Eu não sou presidente do Congresso do PDS, sou presidente do Congresso do Brasil".

Político experiente e habilidoso, Quércia se identificou com o movimento e passou a usar seu prestígio e poder de articulação para intensificar a mobilização suprapartidária e contribuir para novas conquistas. Todo esse trabalho teve papel determinante no novo mapa geopolítico que já se configurava.

Foi a partir daí que o ex-senador e então vice-governador do Estado de São Paulo criou a Frente Municipalista Nacional (FMN). Por indicação de Quércia, a nova entidade passou a ser presidida pelo deputado Airton Sandoval, político que desfrutava de sua absoluta confiança e que viria a ser o autor de uma emenda baseada nas reivindicações expressas na "Carta de Rio Claro".

Em 1986, a APM ainda se mantinha como nos anos anteriores. Foi então que aconteceu, através da imprensa, a publicação de um edital, estrategicamente reproduzido em letras miúdas, para não chamar atenção. Era uma convocação dos municípios associados, para eleição da nova diretoria da entidade, durante reunião plenária, marcada para às 12 horas, de um sábado.

Era, enfim, a oportunidade de incorporação de uma dinâmica mais identificada com os novos tempos de reivindicações, a partir do processo de redemocratização já em andamento.

Um grupo formado por trinta e dois prefeitos da Apesp tomou de surpresa a sede da APM em São Paulo. No interior do prédio, um número reduzido de associados tentou adiar a eleição da nova diretoria, com a pretensão de se manter no poder. Porém, a eleição aconteceu e fui eleito presidente da Associação Paulista de Municípios.

Foi nesse período que decidi deslocar a professora Dalva Christofolletti Paes da Silva, do gabinete da prefeitura de Rio Claro, para um escritório de representação, montado em São Paulo. Na seqüência, nomeei-a secretária executiva da Apesp e, depois, da APM, onde permanece, com destaque, até hoje.

NOVAS CONQUISTAS

A mobilização constante era a grande arma do movimento municipalista pela Reforma Tributária. No período correspondente à realização da primeira "Marcha a Brasília", em 27 de setembro de 1983, até a votação da emenda Passos Porto, em 23 de novembro, os prefeitos participaram de uma série de reuniões, contatos e negociações com deputados e senadores.

Nos momentos que antecederiam a votação já existia uma tendência pela aprovação da emenda, no plenário da Câmara. Mesmo assim, o governo acreditava que poderia barrá-la, no Senado, com a ajuda dos senadores biônicos.

Já engajado no movimento que nascera em Rio Claro, o então vice-governador Orestes Quercia ajudou a consolidar esse episódio ao seu final. Como ex-senador da República, ele tinha acesso fácil aos gabinetes. Os prefeitos já haviam contatado os senadores de seus Estados e foram conseguidos quarenta e sete apoios, um a mais que o necessário. O senador Fernando Henrique Cardoso manifestou importante apoio à campanha.

A aprovação da Passos Porto não representou um ponto final, mas apenas o primeiro passo de uma longa caminhada. Por quatro vezes, em dois anos, um batalhão de prefeitos invadiu Brasília e colocou o governo federal contra a parede.

Sem nunca perder de vista sua meta principal, o movimento se empenhou na campanha das Diretas-já, durante todo o ano de 1984. Com a frustração que veio da derrubada da emenda Dante de Oliveira – que restabelecia a eleição para a presidência da República através do voto direto – todo o esforço foi concentrado numa cruzada nacional pró Tancredo Neves, de quem se conseguira o compromisso de promover uma mini-reforma de emergência "para resolver os problemas mais sérios".

O presidente José Sarney, que assumiu definitivamente o governo ao final de abril de 1985, jurando honrar os compromissos celebrados por Tancredo, não demorou a receber a cobrança. No dia 26 de junho, lá estávamos, mais de mil prefeitos e vereadores, de volta a Brasília, para exigir que a emenda Airton Sandoval – reforma esboçada na Carta de Rio Claro e depurada das conquistas obtidas com a emenda Passos Porto – fosse colocada em votação.

Sarney tratou de ganhar tempo e prometeu a criação de uma comissão paritária, com representantes da União, Estados e municípios, que no prazo de trinta dias apresentaria um projeto. A comissão, que não foi nem paritária nem pontual, reuniu-se três vezes, sem chegar a acordo nenhum.

Só depois que a pressão dos prefeitos fez com que fosse marcado o dia da votação da emenda Airton Sandoval é que o governo resolveu agir, chamando uma comissão de municipalistas para negociar, diretamente, com o então ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Apesar disso, o impasse continuou porque o governo apresentou uma proposta concedendo vários repasses novos aos municípios, vinculados a um aumento de impostos, o que, evidentemente, não foi aceito.

A partir daí, intensas negociações foram iniciadas, para encontrar uma fórmula conciliatória, com a intermediação de Ulysses Guimarães, o homem forte da Nova República. Mais uma vez o deputado Irajá Rodrigues desempenhou importante papel. Foi dele a proposta para que o governo concedesse aos administradores municipais um ponto percentual a mais, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), tendo, em contrapartida, o aumento dos encargos, como consequência do repasse de novos recursos.

Além do ponto percentual a mais do FPM – até então principal fonte de recursos para a imensa maioria das cidades brasileiras – os municípios receberiam os repasses de 50% da Taxa Rodoviária Única (TRU) e de 20% do Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário de Carga.

Emenda Passos Porto e sua repercussão

O senador Passos Porto, presidente da Comissão de Municípios, por ser relator de várias emendas constitucionais que propunham alteração no sistema tributário, reuniu o conteúdo de todas e apresentou um substitutivo.

Resumidamente, as alterações propostas eram: nova regulamentação para a contribuição de melhoria; isenção do ICM às importações de matéria-prima e bens destinados ao consumo e ativo fixo; tratamento diferenciado às operações de circulação de mercadorias realizadas entre os Estados e o consumidor final; fundo de ressarcimento para as receitas perdidas pelos Estados e municípios, a partir da isenção do ICM às exportações de mercadorias; aumento da parcela que cabe aos Estados e municípios no Fundo de Participação, respectivamente de 11% para 14% e de 11% para 16%; aumento para 60% da participação dos Estados e municípios na arrecadação do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos (IULLG), ficando dois terços para os Estados e um terço para os municípios.

Finalmente se chegaria a um acordo. Duas concessões foram feitas pelos municípios: parcelariam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a participação no IULLG e abririam mão do

Fundo de Ressarcimento. Aliás, o ressarcimento previsto pelo fundo não era global, mas levava em conta, como teto, apenas a participação de 25% da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Importação.

De qualquer maneira a aprovação da emenda significou uma grande vitória, tanto política como econômica, com grande influência nas receitas municipais.

As repercussões financeiras da emenda Passos Porto não se resumiram ao considerável aumento da receita para os cofres estaduais e municipais. As benéficas conseqüências foram mais além. Em decorrência dos aumentos escalados do FPM, FPE, IULLG e ICM sobre cigarros, que se verificariam até 1988, novos incrementos de arrecadação seriam observados. Com efeito, os adicionais de recursos foram gradativamente aumentados, atingindo, em 1988, cerca de 2,2 trilhões de cruzeiros, calculados a preços de 1984, total que superou a própria estimativa inicial dos relatores da emenda originalmente apresentada.

É interessante examinar as repercussões quanto ao montante das transferências federais modificadas pela emenda. O aumento das participações significou incrementos reais de arrecadação, já naquele ano, da ordem de 45% para os municípios e 27% para os Estados, relativamente aos níveis originalmente orçados para 1984. Considerando-se o peso relativo dessas transferências, especialmente para os Estados e municípios menos desenvolvidos, tratou-se, inegavelmente, de medida significativa em termos redistributivos.

As cotas-parte do IULLG apresentaram os mais ponderáveis aumentos reais em relação aos níveis anteriores à emenda. Isso aconteceu não só devido ao aumento gradativo nos percentuais de arrecadação do imposto, atribuídos aos Estados e municípios, como também em razão de se computarem, a partir da aprovação da emenda, na base de cálculo do imposto, todos os adicionais e demais encargos anteriormente excluídos.

É também, importante ressaltar que, em 1988, quando os Estados e municípios atingiram participações definitivas, suas cotas-parte foram, em valores reais, respectivamente, 150% e 400% maiores que as anteriores. Portanto, em 1988, o total arrecadado, por Estado, correspondeu a 2,5 vezes mais do que ele obtinha antes da emenda ser aprovada e, para os municípios, cinco vezes o valor que recebia antes da Passos Porto.

ULYSSES E GEISEL

Mudar o Brasil em nome da legalidade nacional e a favor da cidadania foi a grande e vitoriosa missão de Ulysses Guimarães. Se hoje vivemos em um país democrático, regido por uma Constituição liberal, devemos muito a ele.

Ser personagem da História é uma coisa. Fazer a História é outra. Poucas personalidades da vida pública contaram com a capacidade de Ulysses Guimarães em determinar o rumo dos acontecimentos.

Tenho certeza que ainda ecoa na memória nacional o discurso do então multipresidente, naquele 5 de outubro de 1988, colocando um ponto final no regime militar e anunciando a nova Carta Constitucional.

- "Declaro promulgada a Constituição da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social. Muda Brasil!" – bradou Ulysses, sob forte emoção, a todos os brasileiros, registrando um dos maiores momentos de nossa História.

Entre as tantas recordações que deixou, lembro-me com muito carinho quando me contou que seu nome poderia ter sido Ivanhoé. Isto porque este era o livro que seu pai lia, emprestado do Gabinete de Leitura, à época de seu nascimento, no então distrito de Itaqueri da Serra.

Por apelo da mãe, o nome definitivo veio de outro personagem literário. E ficou sendo Ulysses, em homenagem ao grande navegador grego. Por determinação do destino, o rio-clarense foi nosso grande navegador a caminho da liberdade e desapareceu, como em uma tragédia grega, nas profundezas do oceano.

Nos anos que precederam minha posse como prefeito e no transcorrer de meus dias à frente do Executivo, Rio Claro reuniu Ulysses Guimarães e José Marcos Pires de Oliveira em notável momento político, local e nacional. O encontro desses dois grandes nomes permanecerá vivo na memória de nossos munícipes.

A história da política contemporânea de nossa gente ganhou fronteiras bem definidas a partir da congruência da ação de ambos. As bases de Ulysses nesta estratégica região do interior paulista tornaram-se mais sólidas do que nunca a partir da formação do PMDB, no qual, então, Pires assumiria legítima e incontestável liderança.

De espírito guerreiro e destemido, Pires se lançaria a um combate sem tréguas contra a ditadura e pela redemocratização do

País, o que se refletiria em sua ação como vereador na Câmara Municipal e como jornalista e proprietário do jornal "Cidade de Rio Claro".

Sob a liderança de Ulysses e Pires, que se mantinham unidos pelo mais vivo espírito de correligionários, compusemos uma frente de ação, e em pouco tempo Rio Claro destacou-se no mapa político nacional.

Um general na terra de Ulysses

Rio Claro, porto seguro de Ulysses, que aqui mantinha sua vigilante atenção e nutria fortes laços partidários e de amizade, também havia sido palco para reverência ao regime militar.

Na manhã do dia 24 de junho de 1977, quando Rio Claro completava 150 anos, todas as atenções estavam voltadas à figura de um general de quatro estrelas do Exército, que se destacava entre as autoridades, no palanque montado na Avenida Visconde do Rio Claro, para o desfile cívico em comemoração ao sesquicentenário.

O general era Ernesto Geisel, que ao assumir a presidência da República em março de 1974 apresentou a proposta de um "gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático". Ele foi o quarto e penúltimo militar a ocupar a presidência a partir do golpe de 1964.

Acompanhado de um forte esquema de segurança formado por agentes da Polícia Federal e do extinto SNI (Serviço Nacional de Informação), Geisel chegou a Rio Claro dois meses após ter editado uma série de medidas conhecidas como o "pacote de abril".

Em abril de 1977, o governo precisava do apoio de dois terços dos congressistas para aprovar a emenda constitucional que propunha a reforma do Poder Judiciário. O MDB a desaprovava, pois não havia participado de sua elaboração e não tinha condições de modificá-la. Usando os poderes que o AI-5 lhe dava, Geisel fechou o Congresso e editou uma série de medidas.

Primeiro reformou o Poder Judiciário, através da Emenda nº 7, de 13 de abril. No dia seguinte atingiu seu verdadeiro alvo, a classe política, principalmente a oposição. Em 1978 haveria eleições indiretas para presidente, ou seja, o Colégio Eleitoral apenas consagraria o nome indicado pelo general Geisel; e diretas para os governos estaduais e para o Legislativo. Dois terços do Senado seriam renovados. Esperava-se que o MDB repetisse o feito de 1974, quando elegeu dezesseis senadores contra apenas cinco da Arena.

Para evitar o massacre da Arena e a perda de maioria no Senado, Geisel determinou que um terço dos senadores fosse escolhido em eleições indiretas, ou seja, "indicados". O controle do Senado se manteria nas mãos do governo, graças aos senadores, apelidados pelo povo de "biônicos".

O pacote de abril também manteve a escolha indireta de governadores em 1978, adiando por quatro anos a derrota do partido governista nos Estados. Geisel estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos e assinou a Lei Falcão, elaborada pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão, que limitava a propaganda eleitoral no rádio e televisão à veiculação do nome, número e breve currículo dos candidatos.

Em meio a esse cenário, o então governador Paulo Maluf – indicado pelo partido governista e referendado pelo regime militar – passaria a fortalecer sua base eleitoral em Rio Claro. Pouco tempo depois, isso acirraria ainda mais o clima de guerra entre PDS e PMDB que eclodiria de forma contundente nas eleições de 15 de novembro de 1982.

O processo de abertura desencadeado por Geisel trouxe como resultado concreto o gradativo desaparecimento da censura, problema herdado do governo do general Emílio Garrastazu Médici. A extinção do AI-5, símbolo do arbítrio, coroou a abertura. A Emenda Constitucional nº 11, aprovada em 13 de outubro de 1978, para vigorar a partir de 1º de janeiro seguinte, revogou os Atos Institucionais, exceto seus efeitos.

Geisel preocupou-se, porém, em não deixar seu sucessor sem mecanismos de defesa do Estado, caso tivesse a autoridade contestada. Instituiu as salvaguardas constitucionais, para substituir os AIs. Eram medidas que limitavam certos direitos, como o de reunião, e permitia à polícia invadir residências, prender sem ordem judicial etc.

Em setembro de 1983, essas salvaguardas constitucionais possibilitaram que o então presidente, João Batista Figueiredo, decretasse estado de emergência no Distrito Federal, na semana em que dois mil prefeitos de todo o país realizariam a primeira "Marcha a Brasília" pela Reforma Tributária, cujo movimento havia nascido em Rio Claro.

DIRETAS-JÁ

Estávamos, realmente, em novos tempos. O regime militar conhecia o ocaso de seus dias. Todo o Brasil clamava por um novo rumo. Com o novo mapa geopolítico traçado a partir das eleições do ano anterior, 1983 se mostrava propício às manifestações populares que seriam determinantes no processo de transição democrática.

Nos últimos meses desse meu primeiro ano de mandato como prefeito, se intensificaria em todo o País a campanha por eleições diretas para presidente. A exemplo do que aconteceu com a "Marcha a Brasília", Rio Claro também ganhou destaque como o ponto de partida para a campanha das "Diretas-já".

Antes de mobilizar toda a Nação, por disposição do deputado federal Ulysses Guimarães, o movimento das Diretas foi deflagrado em Rio Claro, sua terra natal, em janeiro de 1984. Ainda vivendo sob o efeito do regime autoritário, com a maioria da população não querendo se comprometer, milhares de pessoas se aglomeraram no Jardim Público. No pequeno palanque estavam ao meu lado: Ulysses Guimarães, Dante de Oliveira (autor da emenda que restabelecia as eleições diretas para presidente), João Herrmann Netto, vereadores, prefeitos, lideranças da região e o Dr. Pires, que fora indiciado pela Lei de Segurança Nacional.

Rio Claro respirava, vivia democracia. A cidade se transformara em palco das mais diversas manifestações políticas. Era o centro das atenções e ocupava lugar de destaque nos cenários estadual e nacional. A discussão de importantes temas políticos passava necessariamente por Rio Claro.

Meses depois, milhões de pessoas em todo o País tomavam as praças para pedir "Diretas-já". O povo saía às ruas, vestido de amarelo, a cor da campanha. O país inteiro foi tomado pelas manifestações, alegres e ordeiras, pelas reuniões e comícios que terminavam sempre com o Hino Nacional cantado pelos presentes, de mãos dadas para o alto, em clima de emocionante civismo.

Nessa época, já na condição de presidente da Apesp – Associação de Prefeitos do Estado de São Paulo e de coordenador da Frente Municipalista Nacional no Estado de São Paulo, passei a me empenhar concomitantemente para o fortalecimento do municipalismo e engajamento de suas lideranças na campanha das Diretas e, posteriormente, pela eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, um ano após o comício realizado em Rio Claro.

Ao lado de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves tornou-se um dos maiores nomes da República e dos valores democráticos da América Latina. Ironicamente, a data de sua morte acabou ficando

associada civicamente a dois outros grandes instantes de nossa Nação: o próprio 21 de abril, que marca a execução de Tiradentes, e 22 de abril, data do descobrimento do Brasil.

A morte de Tancredo Neves foi um duro golpe para todos nós que militávamos no municipalismo e fomos agentes de primeira hora das Diretas-já. Frustrava-se uma campanha apaixonada, e com ela a expectativa de abrir os horizontes para uma Nação mais livre e justa.

Não menos desalentador foi aceitar a situação final, com Sarney assumindo a presidência da República. Na realidade ele não representava os anseios das mobilizações populares, nem dos partidos condutores do processo de redemocratização. Se Tancredo houvesse cumprido seu mandato, integralmente, a situação do país seria outra, sem sombra de dúvida.

Rio Claro, enquanto estive conduzindo o Poder Executivo, foi a primeira cidade do interior do Brasil a integrar-se à campanha das Diretas-já. Manifestação anterior havia ocorrido apenas na capital.

É com indisfarçável orgulho que me lembro daquela época. Em especial da eleição de Tancredo, em 15 de janeiro de 1985. Ao amanhecer desse dia, Ulysses Guimarães e eu tivemos a honra de ir buscar Tancredo, em seu apartamento, e com ele tomamos o café da manhã. A simplicidade e a calma daquele homem me impressionaram. Nem parecia que ele vivia um momento decisivo da política nacional. Seguimos para o Memorial JK, onde sua chegada foi saudada com grande alarde pelos municipalistas que ali reunidos manifestavam apoio à sua eleição. Ele, Ulysses e Franco Montoro hastearam as bandeiras sob os acordes do Hino Nacional, muito emocionados. Seguiu-se o que é do conhecimento de todos: a vitória no Colégio Eleitoral. Mas não houve posse. O Brasil passou da grande festa para o grande luto.

História das Diretas

Em abril de 1984, a campanha das Diretas-já chegou a seu auge. Pesquisas mostravam que 90% dos brasileiros queriam votar para presidente.

Mas o grupo do poder – descreve Piletti em “Toda a História” – queria continuar usufruindo os privilégios de vinte anos de ditadura. Para tanto, usou de todos os meios, sendo um deles a emenda propondo diretas para 1988, enviada ao Congresso às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira. Com isso, esperava que deputados do PDS, que eram favoráveis, deixassem de apoiar as Diretas-já.

Outro meio, mais violento, foi a decretação de medidas de emergência para o Distrito Federal, com o mesmo executor – general Newton Cruz – a exemplo do que acontecera em setembro de 1983 à época da “Marcha a Brasília”. Ninguém entrava ou saía de Brasília sem passar pela revista de suas tropas. O governo passou a censurar e controlar as comunicações com o resto do país. Proibiu toda informação sobre o andamento da votação da emenda das Diretas. O general Cruz, montado num cavalo branco, foi comparado a Mussolini pelo colega presidente, general Figueiredo. Pessoalmente, comandou a repressão às manifestações populares. Chegou a investir, de chicote em punho, contra motoristas que teimavam em buzinar a favor das Diretas-já.

Em clima de terror, Brasília amanheceu o 25 de abril de 1984, dia da votação. Em todos os Estados, armaram-se esquemas para fugir à censura e informar a população. Em São Paulo, havia um telefone ligado entre a Praça da Sé e Brasília. Do plenário do Congresso, o vice-governador Orestes Quércia transmitia, para milhares de pessoas reunidas na praça, o voto de cada parlamentar. A cada voto, contra ou a favor, o povo vaiava ou aplaudia.

Finda a votação, a emenda das Diretas-já conseguiu 298 votos, 22 a menos que o necessário para ser aprovada. A frustração tomou conta da nação. Os nomes dos deputados que votaram contra (65) ou que não compareceram (116) foram publicados nos jornais e estampados pelas praças do país, expostos ao repúdio público.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, os partidos, especialmente o PMDB e o PDS, voltaram-se para a eleição indireta no Colégio Eleitoral. No PDS depois de muitas lutas internas tentando, infrutiferamente, chegar a um candidato de consenso, apresentaram-se à disputa o deputado Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, e o Ministro do Interior, Mário Andreazza. O primeiro saiu vencedor, tornando-se o candidato do partido.

Mas o PDS estava desmantelado. Um numeroso grupo de pedessistas, tendo à frente o vice-presidente Aureliano Chaves, os senadores Marco Maciel (PE) e Jorge Bornhausen (SC), além do próprio presidente do partido, senador José Sarney, tinha abandonado a agremiação, formando a Frente Liberal. Juntamente com o PMDB, esta constituiu a Aliança Democrática, que passou a apoiar a candidatura do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para presidente e de José Sarney para vice.

Com o desenrolar da campanha, o candidato Paulo Maluf foi vendo desaparecer rapidamente suas bases de sustentação, sob inúmeras acusações, entre as quais a de que estava subornando

integrantes do Colégio Eleitoral mediante a oferta de vultosas somas. Dos nove governadores do Nordeste, todos do PDS, apenas um, o da Paraíba, deu seu apoio ao candidato governista.

O apoio a Tancredo Neves mostrava-se cada vez maior, envolvendo amplos setores da nação – empresários, trabalhadores, intelectuais, estudantes etc. Tal apoio assentava-se sobre o desejo generalizado de que o governo Tancredo Neves fosse um governo de transição para a democracia, o último a ser eleito por um colégio ilegítimo e aquele que promoveria o mais rapidamente possível a volta das eleições diretas para presidente da República.

Reunido em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheu, por ampla maioria, Tancredo Neves como novo presidente da República. O candidato da Aliança Democrática recebeu 480 votos, contra 180 dados a Paulo Maluf. Abstiveram-se de votar 17 delegados e nove não compareceram.

Na noite de 14 de março de 1985, enquanto o país inteiro se preparava para a posse do primeiro presidente civil, após 21 anos de governos militares, Tancredo Neves era internado no Hospital de Base de Brasília, onde foi submetido a uma cirurgia de emergência para a extração de um tumor benigno no intestino. Mas o seu estado complicou-se e ele foi transferido para o Instituto do Coração de São Paulo, onde seria submetido a novas cirurgias.

Na noite de 21 de abril aconteceu o que tanto se temia. Tancredo Neves acabara de falecer. A frustração tomou conta de todos que nele depositavam a esperança de dias melhores para o povo brasileiro.

José Sarney, que em 15 de março havia assumido o cargo provisoriamente, com a morte de Tancredo passou a ser o titular da Presidência.

EMPRÉSTIMO

A situação de penúria vivida pelos municípios brasileiros ficou agravada após as eleições de 1982. Até então, se eram obrigadas a transferir à União quase tudo o que arrecadavam com impostos, as prefeituras remediavam a situação contraindo empréstimos junto às instituições financeiras oficiais e privadas.

Com o agravamento da crise econômica e a necessidade de contenção do déficit público, a Seplan – Secretaria de Planejamento do Governo Federal – baixou normas limitando a possibilidade de endividamento dos municípios.

O fechamento das torneiras do financiamento não foi o único problema encontrado pelos prefeitos que tomariam posse no dia 1º de fevereiro de 1983. A maioria dos antecessores aproveitara o período entre as eleições e o último dia de mandato para esvaziar os cofres municipais, deixando-os a descoberto para os pagamentos das dívidas que venceriam em curto prazo.

Ao assumir a prefeitura me deparei com um quadro desolador. A administração estava praticamente sem recursos, sendo que, dali a dez dias, teria de saldar uma folha de pagamento da ordem de Cr\$ 80 milhões. Além do funcionalismo público municipal, que já vinha com seus salários atrasados, havia os fornecedores que já formavam fila para receber, além das demais dívidas herdadas.

A situação financeira de Rio Claro, naquela época, poderia ser comparada, sem exageros, a de um doente internado na UTI em estado terminal. Precisava agir com urgência para garantir um período de sobrevida ao município. Foi assim durante todo o ano de 1983, o que levava a oposição até a apostar em minha renúncia.

Premido por uma necessidade vital e sem perda de tempo, nos empenhamos no movimento pela Reforma Tributária, como forma de buscar alternativas para obtenção de novos recursos. Contudo, tal qual um remédio homeopático, seus efeitos práticos demorariam a agir no então combalido organismo administrativo.

O tempo era curto e lutava contra a gente. Basta ver que duas operações de Antecipação de Receita contratadas pela administração anterior estavam vencidas. A penalidade para tanto, conforme os dispositivos da época, poderia implicar em intervenção no município e cassação de nosso mandato, mesmo sendo aquelas operações originárias do governo anterior. Aquela verdadeira bomba-relógio precisava ser desativada com urgência.

Em 1984, embora muita coisa positiva já tivesse sido feita no município, a partir da descentralização dos serviços e da participação da própria comunidade, Rio Claro continuava a respirar

com a ajuda de aparelhos. Não havia como esperar mais. Era preciso adotar um tratamento de choque, de efeito imediato, para oxigenar as finanças e fazer o município voltar a respirar e a aspirar por dias de plena recuperação. Decidimos retomar um pedido de empréstimo externo, que já havia sido pretendido no término da administração anterior e que fora barrado pelo Senado, de quem seria necessário o aval.

E assim foi feito. No dia 21 de junho assinei a contratação de um empréstimo externo, no valor de US\$ 10 milhões, através do Banco do Estado de São Paulo, avalizado pelo Senado e aprovado pela Câmara Municipal. Graças a esse recurso, Rio Claro estava com a sobrevida garantida. O município recuperou sua capacidade de investimento e deu um salto para o futuro, a partir da realização de um grande conjunto de obras que o colocou entre os mais desenvolvidos do país.

A liquidação de débitos antigos, orçados em mais de US\$ 4,5 milhões, contraídos junto a bancos e que tinham o Banespa como depositário, era condição intocável para a liberação do empréstimo. Só com o Banespa, as dívidas contraídas totalizavam cerca de US\$ 2,5 milhões.

Através de procedimento contábil usual e absolutamente legal, os recursos provenientes do empréstimo foram incorporados à conta geral da prefeitura, comprometida com pagamento de dívidas herdadas. Aquelas dívidas, por fim, foram cumpridas sem prejuízo para a realização de um volume de obras jamais visto. Os primeiros resultados da Reforma Tributária recuperavam gradativamente a condição financeira dos municípios. Rio Claro resgatou sua capacidade de investimento, expandindo serviços de infra-estrutura que promoveram a qualidade de vida de toda a comunidade e ficando em condições para cumprir o pagamento do empréstimo.

Por simples desconhecimento ou proposital e maldosa desconsideração de procedimentos contábeis, a partir de uma visão obtusa e mesclada a interesses pessoais e eleitoreiros, foi desencadeada uma verdadeira campanha difamatória contra a administração e minha pessoa.

O objetivo daquela campanha era nos levar a admitir que parte significativa dos recursos fora utilizada no pagamento de dívidas herdadas, em detrimento de obras. Caso assim o fizéssemos, pela expectativa adversária, facultaria à oposição eventual tentativa de caracterizar o procedimento como desvio de finalidade, algo sujeito a processo de cassação de mandato. Este era o jogo.

Grupos voluntariosos do radicalismo eram arditosamente alimentados para se manterem na ofensiva, cujos verdadeiros objetivos desconheciam. Todo um aparato agressivo de marketing, com panfletos, faixas e jornais, era utilizado para sustentar e alardear o denunciamento, que, insistindo em transformar mentira em verdade, culminou com a formalização de uma ação pública.

Anos mais tarde, a sentença da juíza Selene Maria de Almeida, da Quarta Vara da Justiça Federal de Brasília, julgou improcedente a ação popular e restabeleceu a verdade, como versão única e definitiva sobre o empréstimo de US\$ 10 milhões.

Antes mesmo da sentença da juíza Selene, toda lisura no procedimento adotado em relação à contratação e destinação do empréstimo tinha sido constatada por uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), do Senado, que veio a Rio Claro investigar toda a operação, após solicitação feita pelo então vice-prefeito em exercício, Kal Machado.

Também já existia o crivo da Price Waterhouse, empresa internacional de auditoria, contratada pelo meu sucessor eleito e que nada de irregular encontrou. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a Câmara Municipal, já haviam aprovado as contas da administração e, por consequência e extensão, a correta aplicação de todos os recursos financeiros contratados.

Sentença nº 4316

Eddie Patrizi e outros, qualificados na inicial, ajuizaram ação popular contra José Lincoln de Magalhães e outros – todos vereadores da Câmara Municipal de Rio Claro/SP – contra o município de Rio Claro/SP; contra Celso Pastore e contra o Banco Central do Brasil...”

Decido

“... Vale ressaltar ainda, que no momento da assinatura do contrato de empréstimo, em 21 de junho de 1984, – celebrado entre o município de Rio Claro e um grupo de bancos estrangeiros, agenciados pelo Norwest American Bank S.A., é posterior a reconstituição da Lei nº 1.675/81. Portanto, não há que se falar em qualquer vício de ilegalidade a macular o ato jurídico ora atacado, uma vez que foi realizado na estreita observância dos requisitos da lei – sujeito capaz, objeto lícito e possível, forma prescrita ou não defesa ou lei (art. 82 do C.C.)...”

“... Igualmente descartada a aventada lesão ao patrimônio público. Os autores argumentaram que houve desvio de finalidade na aplicação dos recursos obtidos com o empréstimo porque não foram

aplicados na realização de obras previstas anteriormente (exposição de motivos que acompanhou o Projeto de Lei nº 1.675/81) e que os que ora são destinados não redundarão em qualquer lucro que possa ser utilizado na amortização da dívida.

Nada mais enganoso. Primeiro porque a lei nº 1.675/81 não especifica que obras serão realizadas com aqueles recursos. Mas, limita-se a dizer que serão aplicadas na "realização de diversas obras públicas (art. 1º, final)". Assim, a utilização do dinheiro público não ficou vinculada. Ademais, o administrador, à vista do peculiar interesse do município, dispõe de poder discricionário para, avaliando a oportunidade e conveniência, decidir pela realização dessas e não daquelas obras. Depois, exposição de motivos não é parte integrante da lei..."

"... Acresça-se que os objetivos do município, diferentemente das empresas capitalistas, cuja meta é o lucro, consistem na realização do bem comum, traduzido no bem estar do cidadão. Nesse sentido, construir escolas, creches, pavimentar ruas, melhorar os transportes e ampliar redes de esgoto, dentre outras, são atribuições afins à atividade administrativa. Daí, correto é concluir pela inexistência da alegada lesão ao patrimônio do município. Nesse sentido conclusões do laudo pericial às fls. 872/923".

"... Se o município vivia, então, momento de desequilíbrio financeiro, essa situação não pode ser reputada à administração ré, porquanto a antecedia conforme atesta o laudo pericial constante dos autos".

"Ex positis, resolvo julgar improcedente a ação popular ajuizada por Eddie Patrizi... contra José Lincoln de Magalhães..."

Brasília, 12 de abril de 1992.

Selene Maria de Almeida
Juíza Federal da Quarta Vara

OPOSIÇÃO

À medida que a administração municipal avançava em sua nova filosofia de trabalho baseada na descentralização do poder decisório e dos serviços, aumentava, de maneira gradativa, a resistência imposta por setores que se viram afastados do poder e por outros que ambicionavam obter, a qualquer custo, maior influência na comunidade rio-clarense.

As portas para o diálogo com todos os segmentos da sociedade e partidos de oposição estiveram sempre abertas. Porém, na maioria das vezes, a intransigência e o radicalismo não davam lugar ao entendimento. O resultado da eleição de 1982 deixara claro o anseio de liberdade e maior participação popular na busca por novos rumos. Não havia tempo a perder com o passado, com ressentimentos ou revanchismos. Eu assumi a administração municipal com o compromisso pessoal de não impor nenhum pensamento como verdade absoluta. Estava disposto a saber o que a comunidade realmente queria e a incentivar sua participação na tomada de decisões. Com esse objetivo foram criadas várias comissões. Entre todas, uma que ganhou especial destaque foi a Comissão Tarifária. Integrada até por quem fazia oposição declarada, sua atuação foi decisiva para a fixação da menor tarifa praticada no transporte coletivo em todo o país.

Outras comissões recebiam apoio e devida atenção do governo municipal, como a dos Contribuintes e a dos Mutuários.

Abrir caminho para o futuro não significa alardear que os modelos passados estejam superados. Significa apenas revê-los e adequá-los.

Ao mesmo tempo em que novas fontes de recursos eram viabilizadas para a recuperação da capacidade de investimento do município, crescia em intensidade a prática de uma oposição sistemática que não tinha – ou não levava em consideração – a dimensão do momento literalmente histórico vivido por Rio Claro, que passava a ser ponto de referência para discussão dos grandes temas nacionais.

A eficiência e sinceridade da crítica têm que estar comprometidas com o objetivo de contribuir para a vitória e não para a derrota.

Os movimentos da oposição, cada vez mais ferrenha e contundente, cresciam acalentados por um sentimento de revanche que se alimentava dos estilhaços da guerra a que se entregavam, de corpo e alma, PMDB e PDS. Esse quadro tinha como agravante o oportunismo do PT, que via nesse jogo bélico um terreno favorável

para crescer eleitoralmente a partir de denúncias jamais comprovadas.

A estratégia petista colocada em prática à exaustão surtiria, tempos depois, os efeitos desejados pelo partido, que com a proibição do voto de legenda, na eleição de 1982, obtivera um resultado inexpressivo não conseguindo eleger nenhum vereador. Já na eleição de 1988, o PT demonstrou seu crescimento junto ao eleitorado ao eleger uma bancada formada por três vereadores.

Além dos interesses pessoais, de grupos organizados e político-partidários, o próprio processo de redemocratização do país, ao dar vazão a um intenso anseio de liberdade represado por mais de vinte anos de regime militar, acabaria determinando um período legítimo de cobranças muito mais acentuadas.

Cobranças essas que em Rio Claro foram habilmente manipuladas a partir de uma visão unilateral e da leitura deformada que se fazia da realidade do município naquele período. Toda a oposição orquestrada contra a administração tinha como mote principal as mais extravagantes interpretações sobre o empréstimo de dez milhões de dólares.

A partir daí, as mais fantasiosas versões sobre o uso e destinação do dinheiro do empréstimo passaram a ser semeadas entre a população. Ilações que beiravam o surrealismo davam conta de compra de apartamento em Nova Iorque (Estados Unidos) e suposta sociedade com Orestes Quércia em jornais, revistas e na rede de lojas de conveniência Frango Assado. Sem qualquer pudor ou responsabilidade, desconhecendo limites, tudo era plantado como erva daninha, no fértil campo do imaginário popular.

Se todos pensassem várias vezes antes de levar adiante comentários duvidosos, muita coisa seria diferente. Na disseminação de boatos, aqueles que lhes dão ouvidos também são responsáveis. Isenção contra isso depende de avaliar os interesses que os permeiam.

Ao desconhecer limites e descartar o uso da razão e do bom senso, os que me elegiam como adversário não hesitavam em infestar a cidade com panfletos difamatórios onde insistiam em transformar a mentira em verdade. O que se praticava não era um confronto de idéias, mas sim o desejo cego de abrir caminho a partir da devastação da honra pessoal.

Lembro-me ainda, o momento em que líderes do Senado e da Câmara Federal, que vieram a Rio Claro discutir o fortalecimento do município através da Reforma Tributária, foram recepcionados à

entrada do Paço Municipal com a distribuição de panfletos que apenas depreciavam a imagem da cidade.

Todo um árduo trabalho realizado diuturnamente para colocar Rio Claro na condição de berço da Nova República se via, de repente, comprometido pela visão provinciana dos que se deixavam mover por interesses menores e que davam as costas ao momento histórico então vivido.

Apesar do alarde insensato dos opositores, o atendimento às necessidades básicas da população era imperativo. Não podia me dar ao luxo de desperdiçar um tempo precioso para responder a boatos. A melhoria da qualidade de vida, extensiva a toda a população, dependia diretamente do trabalho que vinha sendo realizado para recuperar a capacidade de investimento do município.

Enquanto lenhávamos as árvores para construir um abrigo seguro às aspirações da comunidade, outros dedicavam seu tempo e esforço a atear fogo na floresta.

Agora, ao fazer uma reavaliação daquele momento entendo que, se de um lado me faltou alcance para transpor interesses contrariados, por outro foi exacerbado o desprezo ao espírito democrático por parte dos opositores. O resultado dessa combinação desastrosa foi a ruptura de um processo pelo qual o município ganharia maior autonomia a partir de seu fortalecimento econômico.

CONVITE

Os últimos dias de 1985 já transcorriam em clima de expectativa pela eleição para o governo do Estado que aconteceria no próximo ano. Nessa época, um convite para um almoço reservava uma das maiores surpresas de minha vida. Era uma espécie de prova pelo quanto massageava o ego, aguçava a vaidade política e colocava em xeque a capacidade de isenção ante o fascínio exercido pelo poder.

Para situar melhor, no tempo e espaço, os fatos que precederam os acontecimentos daquela tarde, ainda muito vivos na memória, se faz necessário retornar ao dia 15 de janeiro, onde, a partir da vitória da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral, começava a ser delineada uma nova correlação de forças no cenário político estadual e nacional.

Da vitória de Tancredo Neves à sua morte, em 21 de abril, já comentamos anteriormente. O vice José Sarney, que em 15 de março havia assumido provisoriamente, passou a ser o titular da Presidência. Assim, após 21 anos de ditadura militar, teve início uma nova fase da vida nacional – a Nova República.

As primeiras medidas de governo foram tomadas no campo político. Emendas à Constituição então vigente, aprovadas no dia 8 de maio, estabeleceram, entre outras coisas, eleição direta para prefeito das capitais em 15 de novembro de 1985. Com isso, o ex-presidente Jânio Quadros retornou à cena política como novo prefeito de São Paulo, pelo PTB, ao derrotar em acirrada disputa o então senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB.

Com Jânio retomando seu estilo polêmico à frente da prefeitura de São Paulo e Sarney dividindo com Ulysses Guimarães os holofotes da Nova República, Rio Claro continuava figurando com amplo destaque no cenário político estadual e nacional. Muitos dos programas e iniciativas aqui tomadas ganhavam repercussão nas emissoras de TV, nos grandes jornais, revistas e publicações especializadas em administração pública.

Na condição de presidente da Associação de Prefeitos do Estado de São Paulo (Apesp) e representante dos prefeitos na comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, continuava empenhado de corpo e alma pela mobilização de todos os segmentos municipalistas, na luta pela Reforma Tributária, para garantir mais autonomia e independência financeira aos municípios.

A esta altura já estávamos nos despedindo de 1985. Como já dissemos, o clima era de expectativa pela sucessão estadual em 86. O jornal "Folha de São Paulo" divulgou, então, o resultado de uma

pesquisa de opinião pública, realizada em todo o Estado, para apurar os nomes que, de acordo com o eleitorado da época, deveriam ser os prováveis candidatos a governador.

Para minha surpresa e satisfação, na pesquisa espontânea – feita sem que nenhum nome fosse sugerido à pessoa consultada – meu nome figurava entre os escolhidos pelos eleitores paulistas de diferentes regiões. Com orgulho, encarei esse resultado como um reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido por Rio Claro, pelo fortalecimento dos municípios, mas não me dei conta das conseqüências desta pesquisa e do que estaria para acontecer.

Foi aí que aconteceu o convite para um almoço, na cidade de Campinas, na residência do jornalista e empresário José Bonifácio Coutinho Nogueira, fundador da EPTV, filiada à Rede Globo, e uma das figuras mais respeitadas e de maior influência no telejornalismo em todo o interior de São Paulo.

Ao chegar para o almoço percebi que não havia sido o único a ser convidado. Wilson Pereira, secretário de Administração do prefeito Jânio Quadros também estava presente. Enfim foi revelado o verdadeiro motivo daquele encontro.

Para minha mais absoluta surpresa, recebi um convite oficial para ser candidato a vice-governador na chapa que seria encabeçada pelo ex-prefeito paulistano e empresário Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú, considerado o mais forte candidato ao governo de São Paulo. Ele tinha 63% dos votos nas pesquisas de opinião.

Bonifácio Coutinho me fez o convite em nome do próprio Setúbal. Enquanto isso, Wilson Pereira foi ao encontro, como emissário de Jânio, que estava avalizando e dando total apoio à composição proposta.

Entre surpreso e envaidecido agradei o convite, fiquei de estudar a proposta, e posteriormente respondê-la. Porém, de antemão, assegurei a ambos a minha fidelidade ao PMDB e que qualquer posição sobre a proposta dependeria de muita reflexão e de amplos entendimentos que garantissem respaldo à decisão tomada.

É certo que, na época, não tinha experiência política suficiente para receber e analisar, com a devida isenção, uma proposta daquele porte.

Estava ciente da minha própria falta de suporte para tomar a decisão mais adequada e da qual não viesse a me arrependar mais tarde. Entendi que precisava me aconselhar com alguém que acumulasse mais experiência política e de vida, capaz de avaliar com

bom senso e prudência todas as implicações e conseqüências de uma proposta como aquela.

Procurei o ex-deputado José Felício Castellano, o Gijo, e pedi sua opinião. Após ouvir meu relato sobre a proposta recebida, ele argumentou que a coerência e a fidelidade política são duas das mais importantes virtudes do homem público.

Acentuou também que toda representatividade e espaço que eu havia conquistado na política tinha sido através do PMDB, de onde recebia respaldo e sustentação.

Nesse ponto, ele observou que a mesma reciprocidade talvez não me acontecesse em relação a Setúbal.

Mais além, Gijo ainda ponderou que poderia ser prematura qualquer decisão na fase pré-campanha. Ele comentou que Setúbal era candidato naquele momento, mas que na seqüência do processo político-eleitoral poderia rever sua posição e até mesmo desistir da candidatura se entendesse que as perspectivas não lhe fossem favoráveis. Caso isso acontecesse e se eu aceitasse seu convite perderia toda sustentação política.

As palavras prudentes de Gijo ganharam tom de profecia quando, pouco tempo depois, denúncias envolvendo o Banco Itaú fizeram com que Olavo Setúbal desistisse da candidatura. Desse episódio marcante da minha vida pessoal e política que, até hoje, poucos têm conhecimento, restou o sentimento de prudência e de superação dos impulsos da vaidade, como lição de vida.

Ainda em 1986 fui empossado como presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), no dia 16 de agosto. Pouco tempo depois, a realização das eleições garantiu a vitória do vice-governador Orestes Quércia, ao governo de São Paulo, pelo PMDB.

Em março do ano seguinte, a convite de Quércia, deixei a prefeitura de Rio Claro para assumir o cargo de Secretário de Estado de Relações do Trabalho. Ainda no governo estadual, exerci os cargos de Secretário de Estado de Assuntos Fundiários e presidente da Comgás – Companhia de Gás de São Paulo.

SAÍDA

14 de março de 1987. Quatro anos já tinham transcorrido desde que me tornei prefeito e fiz do gabinete do Paço Municipal "Dr. Augusto Schmidt Filho" o local onde assumi o maior desafio de minha vida: comandar o destino de Rio Claro.

Muitas obras foram realizadas em todos os setores desde então. Muitos programas foram criados e estavam em pleno andamento. Muitos projetos foram elaborados e colocados em prática e outros tantos, já definidos e em via de execução. Rio Claro estava revigorada. Havia recuperado a sua capacidade de investimento e deixado para trás o estado de insolvência econômico-financeira, que limitava seus horizontes e penalizava a população.

Enfim, muito havia sido conquistado em favor da melhoria da qualidade de vida de todas as camadas da população. Mas, independentemente dos interesses de pequenos grupos ou político-partidários, muito ainda precisaria ser feito para garantir a continuidade do processo iniciado, tendo como meta promover o desenvolvimento sustentável do município.

Porém, naquela data, fiz pela última vez o caminho percorrido, dia a dia, durante quatro anos. Como se fosse uma reedição da manhã do dia 2 de fevereiro de 1983, ao chegar à prefeitura fui saudado pelos funcionários.

Subi então ao gabinete, não para dar seqüência, mas sim para colocar um ponto final numa rotina já incorporada à minha vida.

Após uma difícil decisão, assinaria o pedido de licenciamento do cargo de prefeito para me tornar Secretário de Estado de Relações do Trabalho, atendendo a convite do então governador Orestes Quércia. Ainda no governo estadual assumiria mais tarde a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e a presidência da Comgás – Companhia de Gás de São Paulo.

Num primeiro momento havia recusado o convite, mas após uma reavaliação resolvi aceitar. Entendia que seria importante para Rio Claro ter um representante no primeiro escalão do Governo do Estado, fato que só tinha acontecido com o ex-deputado José Felício Castellano.

Também não considerava que o fato de deixar o cargo de prefeito desmereceria a confiança depositada pela população, por tudo que já havia sido realizado e poderia ter seqüência.

O tempo, contudo, incumbiu-se de mostrar que havia tomado uma decisão equivocada, com reflexo direto no campo político e eleitoral, minado pela ação persistente dos detratores.

A partir desta fase, a prefeitura passou a ser comandada pelo vice-prefeito em exercício que, oriundo do antigo PP, àquela altura liderava um grupo político com o qual não me alinhava e alimentava divergências há algum tempo.

Já na eleição ao governo do Estado, em 1986, enquanto me mantive fiel ao PMDB e apoiei o candidato do partido, esse grupo trabalhou por outro candidato que foi derrotado.

O panorama político da época era caracterizado pela mobilização contra a possibilidade de reeleição, bem como pelas articulações que já se iniciavam nos bastidores tendo em vista a sucessão municipal em 1988.

O terreno, portanto, era propício às manobras dos adversários políticos, que lançavam mão de todos os artifícios imagináveis, para desacreditar as ações do governo municipal realizadas até então.

Antes de transferir o comando da prefeitura ao vice-prefeito, nos reunimos e lhe coloquei que teria ampla e irrestrita liberdade de adotar as medidas que achasse necessárias, para apurar as irregularidades que pudessem existir na administração municipal. Ele ainda estaria à vontade para assumir e entregar todas as obras e projetos em andamento, sem qualquer constrangimento.

Não lhe pedi absolutamente nada. Ele teria total autonomia para implantar o seu método de trabalho e investigar todo e qualquer ato que considerasse ilícito.

E assim ele procedeu. A seu pedido, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado esteve em Rio Claro para apurar todo o procedimento adotado na contratação e destinação dos recursos liberados através do empréstimo externo de US\$ 10 milhões. A CPI nada encontrou de ilegal e comprovou toda lisura da operação realizada.

Posteriormente, o promotor de Justiça Azil Francisco Brochini, que presidiu o Conselho Comunitário criado pelo vice-prefeito em exercício e, com seu apoio, se elegeu prefeito no ano seguinte, contratou uma empresa internacional de consultoria para realizar uma auditoria nas contas da prefeitura. Ao final da auditoria realizada pela Price Whitehouse, nada de irregular foi constatado.

Assim, como não temia qualquer investigação, todos os que chegaram a questionar a ética e a decência dos atos administrativos tiveram a oportunidade de apurar e provar alguma coisa. Contudo,

nada mais fizeram do que testemunhar a lisura e idoneidade do procedimento adotado no período em que estive à frente da administração municipal.

Além disso, ao deixar o cargo, a prefeitura já não enfrentava os graves problemas financeiros do primeiro ano de governo. A partir da rolagem da dívida – processo muito questionado e incompreendido na época – a situação financeira do município estava equacionada. Desta forma, após a conclusão desse processo, que se deu em seqüência à minha saída, seriam liberados pelo Banco do Brasil, na época, recursos equivalentes a US\$ 2 milhões, valores da prefeitura que estavam bloqueados desde março de 86.

Mas como já dissemos, o tempo se incumbiu de mostrar que a decisão de deixar o cargo de prefeito, antes do término do mandato, tinha sido equivocada.

Além de não assimilar a iniciativa tomada, a população ficou ainda mais suscetível às artimanhas dos adversários políticos que insistiam na omissão ou manipulação de verdades históricas, o que levou ao abandono dos novos caminhos traçados, trocados por atalhos que por vezes se mostraram tortuosos.

Parte II

PROPOSTAS E CAMINHOS

A proposta de governo lançada durante a campanha de 1982 apresentava como sentido geral a democratização da administração municipal. Para tanto, seria necessário promover a descentralização do processo decisório, estimular a participação da população nas questões de seu interesse e valorizar a capacidade de mobilização como critério da ação político-administrativa.

Em momento algum nos propusemos a governar Rio Claro como se fosse possível (e fácil) resolver, da noite para o dia, os problemas surgidos pela falta de um planejamento democrático. Mas sabíamos do grande potencial de recursos do município e conhecíamos a capacidade de trabalho dos rio-clarenses.

Contando com isso, havia a convicção de que uma administração pública aberta à participação comunitária, transparente e eficiente poderia promover as transformações sociais, políticas e administrativas que resultariam numa melhoria das condições da comunidade.

Também vale salientar que a proposta de governo não foi apresentada à aprovação da população como um plano definitivo, acabado e completo. Era apenas o início de um processo de elaboração de um planejamento democrático. A participação e colaboração dos diferentes segmentos da comunidade seriam indispensáveis. Por isso, ainda na campanha, pedimos para que a proposta fosse lida e discutida a partir da organização de núcleos de debate para o encaminhamento de sugestões.

Dentro deste princípio, foram abertos canais de comunicação direta com a população em geral e, em especial, com os moradores dos bairros periféricos. O objetivo era buscar através do diálogo e do entendimento alternativas viáveis para a solução de problemas decorrentes da crescente demanda social.

Todo trabalho que passaria a ser realizado, tanto no que se referia às obras de expansão de infra-estrutura, como no incremento das áreas sociais, tinha como meta principal fazer com que as pessoas se sentissem satisfeitas morando nos seus bairros. E a mesma meta se estendia para os distritos da zona rural do município.

Apostamos nessa forma de governar como um instrumento capaz de reverter a situação precária de um município sem recursos e então caracterizado por um crescimento desordenado que comprometia suas perspectivas de futuro.

Cada obra ou serviço realizado buscava a participação comunitária. A própria rede de ensino municipal foi utilizada como instrumento eficaz para promover o exercício da cidadania. As Associações de Pais e Mestres (APM) das Escolas Municipais de Educação Infantil passaram a ser reestruturadas. A partir daí, surgiram os Clubes de Mães e foram criadas e fortalecidas as Associações de Moradores nos mais diversos bairros.

As portas da prefeitura sempre estiveram abertas para facultar manifestações de todos os segmentos sociais ou políticos.

Várias comissões temáticas foram criadas e abertas à participação da comunidade. Opositores declarados delas fizeram parte e tiveram suas idéias e posições respeitadas e levadas em consideração.

A exemplo do movimento desencadeado com os prefeitos de todo o Brasil pela Reforma Tributária, existia a firme disposição, em âmbito municipal, de fazer com que a população estivesse constantemente mobilizada. Que lutasse pelos seus direitos e interagisse com o poder público na busca de soluções para os seus próprios problemas.

Ao assumir o comando da prefeitura a 1º de fevereiro de 1983, demos vazão a todo sentimento de liberdade e democracia represada havia anos.

Queríamos governar com a população. Em momento algum procuramos impor vontades pessoais ou de pequenos grupos, mas sim trabalhar pelo interesse coletivo. Por isso também foram estabelecidas diversas parcerias para a reciclagem e aprimoramento dos serviços prestados à população, entre as quais, com a Unesp, que propiciou avanços significativos na melhoria da qualidade de vida em muitos setores.

Dessa forma, toda obra, serviço, projeto ou programa que passou a ser realizado teve como meta final promover o bem-estar social. Para tanto, fixamos como diretriz de ação político-administrativa o desenvolvimento de um trabalho integrado entre os diferentes setores da administração municipal. A partir disso, passamos a atender às prioridades estabelecidas pela própria comunidade nas áreas de educação, saúde, promoção social, segurança, habitação, saneamento, transporte, agricultura, lazer, esporte e cultura.

DESTAQUES

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Projetos garantem crescimento ordenado

Nos primeiros anos da década de 80, com a expansão das áreas urbanas a partir do surgimento de novos bairros, já se discutia a necessidade de alternativas para pontos considerados críticos, e que num futuro próximo poderiam criar dificuldades para o desenvolvimento ordenado do município de forma a atender as demandas sociais recorrentes.

Na época, com uma população estimada em cerca de 130 mil habitantes e com uma projeção de crescimento da ordem de três mil novos habitantes por ano, Rio Claro exigia da administração municipal um planejamento a médio e longo prazo que conciliasse os recursos disponíveis com o atendimento das necessidades e aspirações da comunidade.

A partir desta percepção, passamos a promover a descentralização dos serviços e a estimular a participação comunitária como forma de atender às necessidades básicas da população. Paralelamente, passamos a trabalhar na elaboração de projetos para garantir um desenvolvimento sustentável, de maneira a criar as condições necessárias para um contínuo crescimento econômico do município sem comprometer a qualidade de vida da população.

Revitalização da estação ferroviária

Dois dos principais projetos desenvolvidos dentro desta proposta não chegaram a ser executados, na época, devido à incompreensão de alguns setores, bem como à resistência desencadeada por segmentos políticos de oposição: a revitalização do espaço urbanístico da antiga estação ferroviária e a construção do novo aeroporto no Campo do Cocho. Agora, passados cerca de vinte anos, ambos são retomados e aguardam definição e liberação de recursos dos órgãos estaduais e federais para a sua execução.

No que se refere à revitalização da antiga estação ferroviária, existe uma diferença de amplitude em relação à proposta atual. O projeto daquela época contemplava objetivos mais abrangentes e oferecia soluções diversas, para a melhoria do trânsito

e criação de áreas de estacionamento na região central, para instalação de um terminal rodoviário, criação de um sistema de transporte urbano por via férrea, de novas áreas de cultura e lazer, além da construção de um terminal rodo-ferroviário para transporte de cargas junto à nova estação no Jardim Guanabara.

O projeto original levava em conta a transferência do tráfego ferroviário para o Jardim Guanabara. Com isso, no centro ficaria mantida apenas uma linha até Batovi. Sua utilização, a partir de uma composição de baixa velocidade, ampliaria o transporte entre a região central de Rio Claro e os bairros Cervezão, Jardim Azul, Santa Maria, Boa Vista, Nosso Teto, Araucária, Paraíso, Panorama, Parque Universitário, Santa Elisa, Bonsucesso e Novo Wenzel.

Na divisão de funções por áreas, o espaço de embarque da antiga estação ferroviária seria ocupado por um museu ferroviário, cuja utilização estaria integrada a atividades de lazer e cultura centralizadas no setor dos armazéns.

Para um terminal urbano rodoviário de integração, paralelo à Rua Um, a faixa de embarque do antigo ramal Ajapi-Analândia seria suficiente. Funcional para o estímulo do comércio seria a manutenção de estacionamentos nas áreas complementares. As partes restantes, ainda muitas, ficariam reservadas para múltiplo uso.

Integrado a esse projeto de revitalização, existia ainda a proposta de dar uma nova dinâmica à área abrangida pelo Jardim Público, Avenida Um e demais ruas da região central onde se concentram os estabelecimentos comerciais e agências bancárias. O objetivo era oferecer mais conforto e segurança aos pedestres, com características funcionais semelhantes a um grande shopping a céu aberto.

Aeroporto no Campo do Cocho

Com relação à construção de um novo aeroporto em área no Campo Cocho, a proposta e os objetivos a serem atingidos permanecem os mesmos. Já naquela época, entendíamos a construção de um novo aeroporto, com dimensões e capacidade adequadas, como fundamental para atrair novas indústrias e ampliar o campo de trabalho para a população rio-clarense.

Além do crescimento econômico do município, a proposta de transferência do aeroporto também já atenderia a uma necessidade de expansão da zona urbana, geração de novos recursos a partir da

comercialização da área atual e a medidas de segurança a partir de sua nova localização na zona rural.

Nesse episódio vale destacar que, após assumir a prefeitura, constatamos que o terreno do atual aeroporto estava deixando de ser propriedade do município, a partir de contrato firmado pela administração anterior que transferia a área para a empresa Método Engenharia. Determinamos então, a anulação do contrato para salvaguardar a propriedade ao município.

A partir dessa medida, teve início a elaboração do projeto de construção do novo aeroporto com apoio do Daesp – Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo. Na época havia o interesse da empresa de bebidas 3 Fazendas pela aquisição de uma área de 40 mil metros quadrados anexa à indústria, o que possibilitaria seu processo de expansão e ao mesmo tempo resolveria o problema causado pela grande quantidade de caminhões para carga e descarga.

O valor a ser pago pela 3 Fazendas por aquela faixa de terreno cobriria praticamente todos os custos de construção do novo aeroporto no Campo do Cocho. Além disso, toda a área atual ficaria à disposição da prefeitura para ser aproveitada na implantação de projetos de múltiplo uso.

Como havia resistência política de alguns setores contrários, não foi possível obter consenso para a execução da obra. Dessa forma, Rio Claro deixou de contar com um moderno aeroporto a um custo mínimo, além de abrir mão da utilização de uma área pela qual se promoveria um amplo saneamento financeiro, que seria investido em outras obras importantes e ainda incentivaria a ampliação do parque industrial do município.

Subprefeituras efetivam descentralização em RC

O compromisso de promover a descentralização do processo decisório a partir da participação comunitária, não se restringiria apenas às propostas de governo divulgadas à época da campanha eleitoral. Na prática foram efetivadas medidas concretas para que esse compromisso fosse cumprido.

A construção da Administração Regional do Cervezão – também conhecida como Subprefeitura da Zona Norte – é um dos maiores exemplos de que quando há disposição política é possível concretizar com atos o que se defende com palavras e idéias.

Construída na Rua M-15, entre Avenidas M-21 e M-23, a subprefeitura passou a se estabelecer como o principal canal de acesso dos moradores da Zona Norte com a administração municipal. Através dela eram agilizados os processos burocráticos e realizado o encaminhamento de melhorias urbanas através de reivindicações apresentadas a partir de prioridades definidas pelos próprios moradores.

Em seqüência à mesma linha de descentralização foram criadas e instaladas as subprefeituras dos distritos rurais: Ajapi, Ferraz, Itapé, Assistência e Batovi.

Outras iniciativas também foram colocadas em prática para estabelecer contato direto com a população. Audiências públicas e reuniões com moradores nos bairros periféricos eram realizadas todas as semanas e, com a participação dos moradores dos bairros periféricos, discutiam-se, de maneira objetiva, alternativas de solução para os problemas sociais, e em especial os decorrentes da falta de infra-estrutura.

Informatização: rapidez e economia

Com o objetivo de melhorar o atendimento à população, agilizando os serviços prestados, a administração municipal investiu na informatização de todos os setores da prefeitura.

Além da rapidez e da melhoria na qualidade dos serviços, o sistema implantado representou uma significativa economia para as finanças do município. Para se ter uma idéia, a quantia investida na aquisição dos equipamentos correspondia à metade do que vinha sendo gasto anualmente, até então, com a contratação de uma empresa para o processamento e emissão dos carnês do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

De início, os programas utilizados faziam parte do projeto Ciata do Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados. Porém, a prefeitura investiu na contratação e treinamento de programadores próprios, que alteraram, aperfeiçoaram e implantaram novos programas, sempre que necessário.

Com isso, além da emissão e controle dos carnês de IPTU, ao final de 1986 a prefeitura passou a processar o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), taxas, contribuição de melhorias, dívida ativa, contabilidade, folha de pagamento e a ter maior controle sobre o setor de almoxarifado, compras, protocolo, processos, entre outros.

A implantação do sistema de informatização na prefeitura não só modernizou os serviços prestados como foi um dos meus momentos mais gratificantes à frente da administração municipal. Isto, pelo exemplo de desprendimento, profissionalismo e honestidade demonstrados por José Carlos Baungartner, responsável pela execução do serviço.

Ainda muito jovem, graças ao seu trabalho, a prefeitura economizou valores significativos na implantação do sistema de informatização. Empenhado pessoalmente, ele conseguiu a aquisição de todo o equipamento necessário, sem nenhum custo, através do Serpro, implantou o sistema e treinou os funcionários da prefeitura. Antes mesmo de terminar seu contrato, abriu mão dos últimos salários por entender que os funcionários por ele treinados já estavam capazes e não necessitavam mais de seu acompanhamento, dando exemplo de profissionalismo, competência e amor por Rio Claro.

Assistência jurídica extensiva a todos

O Serviço Social de Assistência Jurídica Gratuita implantado pela prefeitura para atender à população carente de Rio Claro e região, foi considerado modelo e apontado como exemplo a ser seguido pelos outros municípios.

A sua implantação se deu a partir da necessidade de facilitar o acesso da população de baixa renda ao serviço de assistência jurídica. Com isso foi criado um instrumento efetivo para a prática da justiça social, através da garantia de um direito básico, estabelecido a todas as pessoas, pela Constituição, mas que a desigualdade sócio-econômica tornava inacessível para grande parte da população.

Com uma equipe de advogados auxiliada por estagiários das faculdades de Direito de São Carlos e Piracicaba, a Assistência Gratuita foi responsável por um grande número de atendimentos nas áreas cível e criminal, além de prestar orientação trabalhista.

A implantação desse órgão teve sua importância, sobretudo, no tocante a educar e até mesmo alertar a população para o exercício de seus direitos, tornando-a mais esclarecida e efetivamente participante. Além disso, proporcionava aos estudantes de Direito a oportunidade de estágio profissionalizante, contribuindo para uma educação universitária mais realista.

A iniciativa, até então inédita na estância municipal, foi destaque no "Jornal do Advogado" e ganhou repercussão ao ser divulgada pela Folha de São Paulo.

Durante greve dos advogados dativos, o desembargador Bruno Afonso de André apresentou como solução a iniciativa tomada em Rio Claro, considerando-a como exemplo aos outros municípios.

Novos canais de comunicação

Por entender que o povo é o maior colaborador da administração municipal ao exercer a fiscalização de todos os seus atos e serviços, em julho de 1984 foi criado o "Disque 156 e a Prefeitura Informa". Era mais um serviço de utilidade pública à população rio-clarense, implantado em parceria com a Telesp.

Desde então, o serviço telefônico "156" constitui-se num canal direto pelo qual a população pode solicitar informações gerais sobre os serviços prestados pela prefeitura, além de encaminhar reivindicações, de toda ordem, a nível administrativo.

Através do "156", a prefeitura abriu as portas no sentido de agilizar a prestação de serviços, facilitando o acesso da população – de forma ágil e desburocratizada – aos diversos setores e departamentos municipais, propiciando economia de tempo e dinheiro.

FUNDO SOCIAL

Trabalho integrado e permanente

É importante destacar especialmente o trabalho de Silvia Maria Pezzotti de Magalhães. Mulher, esposa, mãe e companheira de todas as horas que abriu mão de seus próprios anseios pessoais para se desdobrar entre os afazeres do lar e a dedicação ao serviço público voluntário.

Com ânimo e entusiasmo, criou e presidiu o Fundo Social de Solidariedade do Município, que a nível estadual foi idealizado e implantado pela primeira-dama do Estado, Lucy Montoro, e que se estendeu a todas as cidades paulistas.

Sob o comando de Silvia, o Fundo Social passou a desenvolver um trabalho em várias frentes, a partir de uma contínua atividade comunitária e humanitária.

A busca por alternativas capazes de promover a melhoria da qualidade de vida às camadas mais carentes da população, era um anseio compartilhado diariamente com todos os setores da administração municipal, aos quais se integrava, em diferentes iniciativas, para a solução dos problemas sociais.

As ações desencadeadas pelo Fundo Social tinham como objetivo promover o desenvolvimento de um trabalho em conjunto com a comunidade, a partir do apoio à formação de grupos organizados, capazes de buscar, com o auxílio do poder público, alternativas de atendimento às suas próprias necessidades. Com isso, procurava-se evitar, propositadamente, a prática do assistencialismo paternalista, sem deixar de promover as ações filantrópicas inevitáveis ao próprio cotidiano da comunidade.

O Fundo Social promovia e participava ativamente dos programas sociais, em especial os que incentivavam a valorização da mulher, bem como aqueles direcionados às crianças e adolescentes. Eram desenvolvidos projetos de forma a retirar das ruas, as crianças e adolescentes, para integrá-los em atividades sociais e comunitárias. Para tanto eram promovidos diversos cursos pré-profissionalizantes, atividades artesanais e até de formação de modelos, para desfiles de moda.

Entre outros vários exemplos dessa atuação, estavam as campanhas desenvolvidas continuamente para conscientizar a população sobre a importância de prevenir o câncer ginecológico e de mama. Lançando mão da criatividade e do aproveitamento dos recursos disponíveis, muitos espaços eram adaptados para se transformar em equipamentos sociais. Exemplo disso foi a reativação do programa de exames preventivos contra o câncer realizados especialmente em um vagão da trem da Fepasa.

A administração das creches do município era um papel fundamental desempenhado com extrema dedicação pela equipe do Fundo Social. Atuava também de forma decisiva em apoio ao desenvolvimento das atividades do CEEI (Centro Experimental de Educação Informal) e dos Clubes de Mães, que reuniam, em diferentes regiões da cidade, mães de alunos das Emeis, creches e entidades.

Palestras educativas especialmente direcionadas às mães, jovens e crianças eram realizadas com frequência nos bairros periféricos em formação. Nesses locais também era oferecido um reforço alimentar aos mais carentes, a partir da distribuição de sopas enriquecidas com hortaliças e legumes produzidos pela Escola Agrícola e pelo Horto de Ajapi.

Diversas campanhas eram desenvolvidas durante todo o ano e, principalmente, nas datas comemorativas como o Natal, Páscoa e Dia das Crianças. As parcerias com o comércio, agências bancárias e clubes de serviço garantiam o pleno êxito das campanhas e estabeleciam um exemplo marcante de participação e integração comunitária.

A reintegração e participação social do idoso também foram valorizadas. Os grupos de terceira idade, já existentes em Rio Claro, ganharam incentivo e apoio do Fundo Social de Solidariedade. Com isso, novos grupos foram criados em todas as regiões do município e passaram a se integrar às atividades comunitárias.

Entre as promoções do Fundo Social, a que mais se destacava era a Festa das Nações, organizada a partir da participação ativa dos grupos de terceira idade. Realizada anualmente, a festa contava com a adesão de todas as entidades assistenciais de Rio Claro, a quem eram destinados os recursos arrecadados, para a manutenção dos serviços prestados às pessoas assistidas.

Nos finais de ano eram realizados bazares nos bairros periféricos, dando oportunidade às pessoas de baixíssima renda adquirirem produtos como roupas, sapatos, utensílios de cozinha e brinquedos, em bom estado, por preços simbólicos.

Com uma visão sempre ampla para intervir e transformar a realidade sócio-econômica, o Fundo Social de Rio Claro se integrava aos demais da região e servia de referência para a implementação de programas e projetos até então inéditos.

SEGURANÇA

Propostas de governo

- O policiamento nos bairros será feito através de acordo entre a prefeitura e a Polícia Militar, para que se instalem postos policiais nos bairros, com cabines, telefones e todo o equipamento necessário à sua atuação, assim como, para orientar a população e prestar serviços e emergência.
- Terá também função preventiva no combate ao crime organizado e na afronta ao cidadão.
- Aumento do efetivo policial, assim como de viaturas e ambulâncias.
- Colocar o maior número possível de telefones públicos, bem como ampliar a rede de iluminação pública.
- Promover cursos de primeiros socorros e de medidas preventivas.
- Promover um amplo relacionamento polícia-população, através de seminários e palestras.
- Conscientizar a população da necessidade de se colaborar com a polícia na fiscalização dos bens públicos.
- Promover, através do Corpo de Bombeiros, cursos de segurança contra incêndio nas áreas residencial, comercial e industrial.
- Realizar a fiscalização para o cumprimento das normas e medidas estabelecidas pelos órgãos de segurança.

Realizações

Investimento garante o aumento de efetivo

Para melhorar as condições de segurança aos moradores dos bairros periféricos, a administração municipal investiu na execução de diversas obras que possibilitaram que fosse aumentado em 50% o efetivo da Polícia Militar. Com isso, as ações preventivas

passaram a ser incrementadas a partir da intensificação do policiamento ostensivo.

Entre as obras realizadas está a construção do 3º Distrito Policial, localizado na confluência da Avenida M-12 com as Ruas M-14 e M-15, no Cervezão. Com uma área construída superior a 246 metros quadrados, o 3º DP é composto por um bloco principal de administração e os blocos das celas, interligados por um pátio coberto.

Como naquela época o aumento de efetivo se constituía num desafio quase intransponível para os prefeitos, toda representatividade política foi canalizada para o aproveitamento das raras oportunidades que se ofereciam para a melhoria do setor de segurança no município. Foi assim, por exemplo, que foi instalada a sede do comando regional da Polícia Florestal.

É importante lembrar que, na época, o aumento de efetivo dependia de decisões vinculadas ao Exército. Só se efetivava a contar com excedente de contingentes e a partir de intervenção política para remanejamentos de uma localidade para outra.

Mesmo assim, outra conquista importante no setor de segurança foi a vinda do 3º Batalhão da Polícia Rodoviária para Rio Claro. Anteriormente sediado em Campinas e pretendido pela cidade de Limeira, a vinda do Batalhão a partir da construção do prédio para sua sede no antigo restaurante Boi Assado resultou de uma intensa disputa política, que mobilizou toda a administração, as principais lideranças do PMDB rio-clarense e os prefeitos da microrregião.

Desde o primeiro momento havia o entendimento de que embora não representasse um reforço direto para o policiamento ostensivo no perímetro urbano, a simples presença do Batalhão da Polícia Rodoviária à entrada da cidade iria evidenciar a preocupação com a segurança e inibir a ação de marginais.

A construção da sede e a instalação do Destacamento da Cavalaria da Polícia Militar também contribuíram de forma decisiva para o aumento do efetivo policial.

A Câmara Municipal teve participação imprescindível ao aprovar projetos para a alienação de áreas e construção das sedes desses novos efetivos da Polícia Militar.

Apesar dos benefícios diretos e da necessidade premente de se aumentar o efetivo da Polícia Militar, a construção da sede da Cavalaria foi alvo de denúncias infundadas. Perícia técnica mostrou o

baixo custo de execução da obra, mas mesmo assim foi impetrada uma ação popular na Justiça.

O atendimento aos apelos da população se impunha de forma incontestável. Era preciso resolver os problemas não temendo os desafios. O destacamento da Cavalaria era o único contingente disponível e tudo deveria ser providenciado em curto prazo, sob pena de perder o importante reforço à segurança de Rio Claro.

Outro passo importante no setor de segurança foi a criação da Guarda Municipal, após uma série de estudos e pesquisas realizadas pelo vereador Edgard Sidney Prochnow, posteriormente transformados em projeto de lei pelo Executivo e aprovado pela Câmara Municipal.

As ações colocadas em prática para melhorar a área de segurança foram complementadas com investimento na área de infraestrutura. Contrato assinado com a antiga Cesp – Companhia Energética de São Paulo, empresa estatal responsável pelo fornecimento de energia elétrica, garantiria a expansão da rede de iluminação pública para todos os bairros de Rio Claro. O contrato faria com que o município atingisse 100% de iluminação.

Já com a Telesp, entendimentos eram mantidos com frequência para a instalação do maior número possível de telefones públicos.

Destacada iniciativa foi implantar no município o inovador sistema para a época de comunicação por walk-talk entre todas as unidades móveis da polícia, inclusive para a cavalaria.

Como medida preventiva e de auxílio ao combate a incêndios, até junho de 1985 já estavam instalados dezoito hidrantes na área urbana do município, a partir de indicação do Corpo de Bombeiros. Até fevereiro de 1983, não existiam hidrantes em todo o perímetro urbano da cidade.

EDUCAÇÃO

Propostas de governo

- Aumentar o número de pré-escolas, de maneira a atender todos os bairros e desenvolver um programa de atividades para despertar o interesse das crianças a prosseguirem nos estudos.
- Apoio político à Unesp para a implantação de novos cursos em Rio Claro.
- Lutar junto aos governos federal e estadual, a obtenção de recursos para aplicar em um programa conjunto prefeitura-universidade, na realização de pesquisas, prestação de serviços, assessoramento às atividades comunitárias, organizações de base e representação social, contribuindo para o desenvolvimento da região.
- Firmar convênios com instituições de alfabetização e com as associações de moradores no próprio bairro para montar quadros de educação e cultura supletiva, aumentando o potencial da população.
- Estimular e ampliar as oportunidades de continuidade do educando no segundo grau, através de uma política de formação profissional.
- Garantir a qualidade da merenda escolar, através de alimentos saudáveis, produzidos em hortas municipais.
- Dar assistência ao corpo docente e discente para atividades culturais, esportivas e sociais de maneira integrada à comunidade.
- Estabelecer programas de treinamento e aperfeiçoamento de docentes para atividades de desenvolvimento educacional, adequando-os às necessidades e realidade regional.
- Suprir o município de unidades de primeiro grau dentro de uma expansão qualitativa do ensino.

Realizações

Rio Claro ganha novas escolas

A Educação recebeu atenção especial durante toda a administração. Considerada como área prioritária de governo, os investimentos realizados na reforma, ampliação e construção de novas pré-escolas possibilitaram que o número de crianças atendidas pela Rede Municipal de Ensino fosse duplicado. Dos 3.500 alunos, em 1982, passou para cerca de 7.000, em 1986.

Os investimentos e ações do governo municipal, na Educação, se estenderam a toda a periferia e distritos da zona rural, para que nenhuma criança em idade escolar ou pré-escolar deixasse de ser matriculada e assistida. Nesse período foram construídas e entregues as Escolas Municipais de Educação Infantil "Clara Freire Castellano" (Jardim das Paineiras), "Elpídio Mina" (Bela Vista) e "Dante Egrégio" (Vila Paulista). Todas as demais pré-escolas da rede municipal foram reformadas e ampliadas.

A partir de convênios firmados com o governo do Estado foi ampliado significativamente o número de escolas estaduais de primeiro e segundo graus no município. Foi construída a escola "Sílvia Araújo", no São Miguel. No Jardim Boa Vista (Nosso Teto) foi construída a EEPG "Roberto Garcia Loz" e no Jardim Paulista II, a "Oscália Silva Santos". Os estudantes do Bela Vista passaram a ser atendidos pela "Heloísa Lemenhe Marasca" e os do Inocoop, pela "Délcio Báccaro". Enquanto isso, no distrito de Ajapi foi construída a escola "José Fernandes".

A exemplo da rede municipal, também foram reformadas e ampliadas várias outras escolas estaduais.

Programas garantem o aprimoramento da rede

Todo o trabalho desenvolvido na rede de pré-escolas do município recebia orientação pedagógica de professores do Departamento de Educação e do Instituto de Biociências da Unesp, que também participavam do planejamento escolar.

Todas as Emeis passaram a contar com classes de período integral (PI), que garantia às crianças pré-escolares, cujas mães trabalhavam fora de casa, pleno desenvolvimento físico e emocional, a partir de atividades pedagógicas e alimentação balanceada.

Para colocar em prática a proposta de promover a descentralização, também na área da Educação, as escolas rurais do município passaram a contar com período integral para o atendimento de seus alunos. Os professores dessas escolas recebiam ajuda de custo da prefeitura como forma de estímulo.

Como fator de integração social, o Departamento de Educação e Cultura (DEC) introduziu várias atividades. O "Dia do Conto" fazia com que as crianças contassem e ouvissem histórias com a participação de pessoas da comunidade, incentivando e valorizando o nosso folclore popular.

Já na Feira de Artesanato das Emeis, pais de alunos tinham a oportunidade de expor e comercializar seus trabalhos, contribuindo para melhorar o rendimento familiar.

A partir de 1983, as Emeis passaram a ter atendimento psicológico e também foi incluída no currículo a prática de educação física. Nesse período foi implantado o programa "Viva as férias".

Durante o Encontro de Sistematização de Ensino, todos os professores de pré-escolas participavam de reuniões com professores do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Unesp, para avaliar o trabalho realizado e apresentar novas propostas de trabalho pedagógico.

Outra medida importante para o aprimoramento constante dos serviços prestados pela rede municipal de ensino foi a criação e implantação do Estatuto do Magistério, através de um projeto elaborado a partir do trabalho desenvolvido por Wanderley e Sulika Sasso, que também contou com a orientação e acompanhamento técnico da Unesp. Na Câmara Municipal, o trabalho encontrou total respaldo a partir do empenho do vereador Octávio José Chiossi.

A partir do estatuto, todo o quadro de professores e diretores da rede foi reestruturado e ganhou estabilidade, a partir de concurso público. Desta forma, ficava assegurada a continuidade do trabalho pedagógico desenvolvido e consolidado com sucesso nas Emeis, independentemente de mudanças político-administrativas que se processassem no futuro.

Todos os professores passaram a participar de programas de reciclagem e aprimoramento. Como consequência deste trabalho, foi instituída a 1ª Jornada Regional de Educação Pré-Escolar e Rio Claro foi um dos destaques do 6º Congresso Mundial de Educação Pré-Escolar, realizado em Porto Alegre (RS).

Educação informal serve de modelo

Partindo do princípio de autogestão por parte da comunidade, através da preservação da liberdade de expressão e de iniciativa, o trabalho social desenvolvido pelo Ceei - Centro

Experimental de Educação Informal, no bairro do Cervezão, foi recomendado como modelo pelas Secretarias do Interior e de Descentralização e Participação, além de ser reconhecido, internacionalmente, através de congresso em Avallaneda, na Argentina.

Desenvolvido pela equipe de Ação Comunitária do Fundo Social de Solidariedade, sob a coordenação da socióloga Adelina Magalhães, o Ceei possuía uma equipe pedagógica que, além de reforço escolar e das atividades de lazer sugeridas pelas próprias crianças, encaminhava os menores para setores de aprimoramento artístico-cultural, para a guarda mirim e os casos de deficiência para tratamento especializado, possibilitando plena assistência médica, social e cultural às crianças.

Os adolescentes e adultos também tinham vez. Havia cursos de corte e costura, confeitiro, técnico em eletrodomésticos, pintura, manicuro, pedicuro, cabeleireiro, manequim e capoeira, mantidos através de convênios com o Senai e Mobral.

Além do Cervezão, os Ceeis se difundiram por outros bairros como o Jardim das Palmeiras e Arco-Íris.

Município dá exemplo de alfabetização

Convênios firmados com a Fundação Mobral e Senac possibilitaram dinamizar os programas de formação profissional e pré-profissionalizante em Rio Claro. Com isso, foi possível manter e expandir os cursos supletivos, de alfabetização de adultos, iniciação profissional, corte e costura, crochê, datilografia, eletricidade, enfermagem e outros.

Essa iniciativa refletiu, principalmente, nas camadas de baixa renda da população. A partir desses cursos, indivíduos até então excluídos da sociedade passaram a ficar inseridos no mercado de trabalho e a melhorar a renda familiar.

Conjuntamente com esses cursos, a prefeitura intensificou as ações para a alfabetização de jovens e adultos no município. Todos esses esforços foram reconhecidos pelo governo federal, quando, em 1986, Rio Claro foi a primeira cidade a receber da Fundação Mobral o diploma de erradicação do analfabetismo.

Novos cursos são instalados

A representatividade política, que passou a ser extremamente potencializada a partir da mobilização pela Reforma Tributária, foi sempre utilizada em benefício da comunidade como instrumento de pressão e reivindicação junto às diferentes esferas de governo.

Foi desta forma que, com a criação de novos cursos, os jovens de Rio Claro passaram a ter novas opções para desenvolverem seus estudos tanto a nível secundário como universitário. Com isso foram abertos novos horizontes para a profissionalização dentro do próprio município que, como consequência, passou a ampliar seu contingente de mão-de-obra especializada.

A partir do apoio da administração municipal, no antigo ensino secundário os estudantes passaram a contar com o curso de computação, implantado na escola "Chanceler Raul Fernandes", e com o curso de técnico em eletricidade, na escola "Prof. Armando Bayeux da Silva".

Já em relação ao ensino universitário, a administração municipal atuou de forma decisiva para a criação e instalação, junto à reitoria da Unesp – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – de três novos cursos no campus de Rio Claro. Na seqüência foram criados os cursos de Ciências da Computação, Educação Física e Pedagogia (período noturno).

Merenda escolar é enriquecida

O fornecimento de merenda escolar, tanto na rede municipal como na estadual, foi significativamente ampliado a partir de medidas adotadas para garantir o aumento da produção de verduras e legumes no Horto de Ajapi. Com o mesmo objetivo também foram criadas hortas nas Emeis.

A Escola Municipal Agrícola "Eng. Rubens Foot Guimarães", criada a partir de uma proposta de fixar o trabalhador rural no campo, com a formação de mão-de-obra especializada, passou a dar grande suporte para o fornecimento da merenda escolar.

Além da formação didática e pedagógica convencional, os alunos da Escola Agrícola recebiam orientação técnica para o plantio de diferentes culturas e criação de diversos animais. Todo ensinamento teórico era levado a campo a partir de atividades práticas, cujo resultado se evidenciava com a produção sempre

crescente de verduras e legumes de melhor qualidade. Grande parte da produção era destinada à merenda.

Com o objetivo de enriquecer a merenda escolar, a prefeitura ainda adquiriu uma usina de hidrossolúveis – conhecida como “vaca mecânica” – para atender toda a rede de ensino municipal. A máquina tinha capacidade de produzir mil litros de leite de soja por hora (10 mil/dia) e uma série de alimentos como sopa, creme, suco, canja etc. Sua instalação deu-se em cozinha piloto da escola “Chanceler Raul Fernandes” que servia alimentação pronta para entidades e unidades escolares.

CULTURA

Propostas de governo

- Criação de uma infra-estrutura cultural.
- Aproveitamento de todos os espaços já existentes, tais como igrejas, clubes e escolas para atividades culturais. Especial ênfase à utilização de edifícios com importância histórica, preservando-os.
- Utilização dos centros comunitários, como indutores da atividade cultural nos bairros.
- Recuperação da Biblioteca Municipal, com aumento do seu acervo, localização acessível e funcionamento em período integral.
- No campo das artes plásticas, exposições didáticas itinerantes e projeções de filmes, com a colaboração dos centros comunitários e das escolas municipais.
- Divulgação eficiente de todas as atividades culturais da cidade, através da imprensa e de painel informativo no Jardim Público.
- Revitalização das praças como espaço de constante exposição da produção artística e artesanal local e regional.
- Estabelecimento de um Salão Municipal de Artes Plásticas.
- Organização de festivais e encontros de música popular.
- Quanto às festas populares, deverá o poder público atender às solicitações dos grupos promotores, garantir a manutenção e impedir sua descaracterização.
- Apoio e incentivo da prefeitura aos grupos amadores.

Realizações

Centro Cultural ganha nova dinâmica

Dentro da proposta de aproveitamento de todos os espaços já existentes, o Centro Cultural passou a ter maior dinamismo e vida com a realização de eventos musicais, teatrais, exposições, debates e palestras. Tudo direcionado a uma maior integração comunitária através da participação mais intensa, de toda a população, nas atividades culturais.

Para que essa nova diretriz de trabalho fosse colocada em prática, foram necessários investimentos na conclusão e adequação de vários espaços no próprio Centro Cultural.

Especial atenção foi dada ao teatro, que, por falhas estruturais, sofria com inundações e infiltrações. Completamente reformulado e dotado de equipamentos de sonorização e cenografia, passou a ser palco de importantes espetáculos que colocam Rio Claro em destaque na rota cultural do Estado.

O mesmo procedimento foi adotado em relação à sala de cinema, que se transformou em dos pólos do projeto Intercine, desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Estado da Cultura e Federação Paulista de Cineclubes. A partir daí, outros projetos foram desenvolvidos como o "Cine Bairros" (projeções periódicas de filmes em bairros periféricos), o "Cinema vai às escolas" (em apoio pedagógico às Emeis e escolas de 1º e 2º graus), o "Cinema Cultural" e a "Sessão Espaço Livre".

Ao longo desse período, expoentes da cultura brasileira passaram pelo Centro Cultural estimulando o debate com a população. Entre outros tantos destacamos: Francisco Weffort, Ignácio de Loyola Brandão, Ziraldo, Beth Bething, Fernando Gabeira, Irede Cardoso, Marta Suplicy, Pepe Escobar e Ozualdo Candeias.

Criação da Sinfônica e Salão de Artes Plásticas

A criação da Orquestra Sinfônica de Rio Claro foi, sem dúvida, um dos pontos culminantes do momento de efervescência cultural vivido pela comunidade rio-clareense.

Tudo começou com a Orquestra de Cordas, projeto de iniciação musical coletiva, mais para formar ouvintes do que músicos. O projeto era mantido através de convênio entre a Prefeitura e o Sesc (Serviço Social do Comércio), entidade a quem pertenciam os instrumentos.

Com o passar do tempo, vocações foram descobertas e novos talentos despontaram. A essa altura, o projeto já havia

formado músicos com expectativa de aperfeiçoamento e até de profissionalização.

A Orquestra Sinfônica surgiu, então, para atender a essa necessidade emergente e espontânea dos próprios músicos. Com sua criação, também ficou assegurada a permanência dos instrumentos do Sesc em Rio Claro, pois estaria justificada a renovação permanente do convênio com a prefeitura, já que não se tratava mais só de um projeto provisório, mas de uma instituição permanente.

Com a Orquestra já consolidada e fazendo grande sucesso, decidimos romper com o tabu pelo qual a música clássica ficava confinada aos meios convencionais, direcionados a um público pequeno e restrito.

Como forma de democratizar e difundir a música clássica foi criado o projeto "A Sinfônica e Você", que promoveu apresentações periódicas em vários bairros da cidade.

Em outra frente de atuação, procuramos valorizar e incentivar o trabalho dos artistas plásticos do município. Para tanto, foi reorganizado o Salão de Artes Plásticas de Rio Claro, que atingiu proporções grandiosas com a crescente participação de artistas de todas as correntes, vindos de diversas cidades vizinhas, da capital e de outros Estados.

À classe estudantil também foi dada a oportunidade de exhibir seus talentos artísticos, através da criação do Salão de Artes Plásticas dos Estudantes.

Cultura negra é valorizada

O Arquivo Público Histórico Municipal, pioneiro no interior paulista, passou a ter uma crescente importância pela ampliação e diversificação de suas atividades, sendo um valioso ponto de esclarecimento e cultura dentro do próprio município. Freqüentes eventos, a exemplo do lançamento da reedição ampliada das Efemérides Rio-clarenses, marcaram esse período do Arquivo.

A comunidade negra foi incentivada a preservar e valorizar todo seu potencial cultural, ameaçado até então pela inexistência de grupos organizados que pudessem resgatar esses valores.

Um marco importante na retomada deste processo foi a promoção da Quinzena Abolicionista com a exposição "A imprensa negra no Brasil", retratando os sonhos, revoltas e participação política

dos negros ao longo de nossa história. Palestras, grupos de candomblé, tambu, congado, capoeira, celebração de missa Luba e concurso de beleza negra foram alguns dos destaques da 1ª Semana de Zumbi dos Palmares, promovida com apoio da prefeitura.

Carnaval: RC a "Capital da Alegria"

Em 1983, Rio Claro era uma cidade que contava com o privilégio da tradição carnavalesca. Cada munícipe sentia uma certa dose de vaidade ao ver a cidade identificada como Capital da Alegria. Era uma sensação impagável que alimentava o espírito coletivo de maneira muito positiva.

Nos anos seguintes, o carnaval rio-clarense passou a ser não só referência regional, mas em todo o Estado de São Paulo. Para ir mais longe, vale lembrar que exportávamos samba. Nossas escolas estiveram na Argentina, Venezuela e outros países vizinhos.

Por acreditar nesta tradição e no potencial desta manifestação cultural foi que em 1984 determinamos a transferência do desfile da área central para a Avenida Visconde do Rio Claro, que passou a ser conhecida como "Passarela do Samba".

O instante em que nossa maior festa popular ganhou a rota da modernidade não se limitou à transferência pura e simples de local. A iniciativa – que sofreu algumas resistências na época, mas que se mostrou necessária e correta – veio acompanhada de medidas para suprir o desfile com a devida estrutura. Foi assim que o Poder Público investiu criteriosamente na viabilização do conjunto de camarotes, arquibancadas, iluminação e sistema de som na Avenida.

O resultado disso tudo foi o autofinanciamento da festa, com o desfile das escolas de samba gerando recursos, aos melhores moldes que a modernidade exige. E veio, portanto, a fase do carnaval empresarial.

Outra inovação de destaque foi a instituição de um júri criterioso, imparcial e competente, através da Fesec.

A partir dali – e até quando estivesse mantida a estrutura montada – estava dado o exemplo. Rio Claro passou a exportar know-how de como se faz o melhor carnaval, até para satisfação da comunidade. Por tudo isto, o carnaval rio-clarense passou a fazer parte do Calendário Turístico do Estado.

Vale ainda ressaltar que, além do caráter empresarial, da organização e da grandiosidade que atraía turistas de toda a parte, existia um forte componente social na festa. A preparação das escolas e toda a convivência diária nos barracões fortaleciam a integração comunitária, estimulavam o trabalho conjunto e consolidavam o sentimento de solidariedade.

SAÚDE

Propostas de governo

- Estruturar a atual rede de prestação de serviços na área de saúde, de tal maneira que sejam atendidos os princípios fundamentais de complexidade crescente, hierarquização, regionalização e participação comunitária, levando os serviços de saúde a todos os bairros e garantindo o seu contínuo funcionamento, juntamente com outros serviços de interesse da população.

- Promover amplo debate com a comunidade em geral, e os representantes do setor em particular, visando equacionar a problemática do hospital de apoio à rede municipal e, conseqüentemente, viabilizar o Pronto Socorro Municipal.

- Estimular a participação da comunidade no planejamento, execução e controle das ações, na área de saúde.

- Estimular a criação de creches, prioritariamente, na periferia da cidade.

- Fazer funcionar efetivamente o convênio Prefeitura-Inamps-Secretaria de Estado da Saúde, para evitar desperdício de recursos e oferecer melhores serviços à população.

- Estimular o trabalho de controle da poluição ambiental de acordo com a realidade local.

- Definir e aplicar prioritariamente uma política de recursos humanos para o setor de saúde, valorizando as profissões que a compõem, através de uma hierarquia salarial adequada e com perspectivas de solução funcional.

- Estabelecer programas de treinamento no sentido de atualizar e conscientizar os profissionais do setor de saúde em todos os níveis, visando melhorar a qualidade dos seus serviços e estimular a sua integração com a comunidade.

- Integrar de maneira objetiva e sistematizada os serviços municipais, estaduais, federais, filantrópicos e privados existentes na comunidade,

visando a uma melhor prestação de serviços na área de saúde à população local.

- Criar programas de saneamento básico de baixos custos, voltados prioritariamente para a periferia e para a zona rural.

Realizações

Novas unidades garantem atendimento à população

Embora as estatísticas da época já evidenciassem que o usuário do sistema de saúde pública era basicamente o morador dos bairros periféricos, este grande contingente da população não tinha acesso fácil ao atendimento. Portanto, era preciso reverter essa situação através da expansão dos serviços prestados.

A proposta de descentralização do atendimento à população na área de Saúde, até então centralizado na Avenida 29, foi colocada em prática em apenas duas semanas de governo a partir da racionalização do uso dos equipamentos e profissionais já existentes.

Com a inauguração do Pronto Socorro Municipal do Cervezão, no 18º dia de administração, foi beneficiado, de imediato, um número de pessoas que, na época, correspondia a 30% de toda população rio-clarense.

Instalado inicialmente junto à Emei "Prof. Victorino Machado", o Pronto Socorro da Zona Norte praticamente não necessitou de investimentos, já que foi resultado de um melhor aproveitamento de material, equipamentos e mão-de-obra existentes no Pronto Socorro da Zona Sul (Avenida 29).

Ao ser instalado, o PS iniciou seu funcionamento somente à noite e, proporcionalmente, passou a registrar um atendimento maior que o da Zona Sul, que funcionava em período integral.

Para consolidar a proposta de descentralização, foi construído o prédio próprio e definitivo do Pronto Socorro do Cervezão. A partir daí, outros postos de atendimento médico foram criados com a construção de ambulatórios na Assistência, no Wenzel, em Ajapi, no Sitinho, Arco-Íris e Jardim Bandeirantes.

Combate ao câncer ganha posto fixo e campanha

Implantado em junho de 1984, o posto fixo de prevenção ao câncer ginecológico funcionava junto ao prédio da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e atendia, mensalmente, a mais de uma centena de mulheres.

A partir dessa iniciativa, o município passou a difundir e intensificar a importância de promover ações preventivas na área de Saúde, o que possibilitaria um tratamento adequado a doenças que, sem um diagnóstico precoce, podem levar à morte.

O posto realizava exames de papanicolau, mama, pele e boca. Os casos detectados e que necessitavam de exames mais detalhados eram encaminhados ao Centro de Pesquisas de Oncologia, através de convênio firmado com a prefeitura, que cobria todas as despesas do paciente.

Além dos exames, era realizada uma campanha contínua de conscientização, junto às mulheres, sobre a importância de se submeter a exames periódicos como forma de prevenir o câncer. Um dos pontos de atendimento à população feminina era um vagão adaptado para a realização de exames preventivos e que ficava na Estação da Fepasa. Também foram criadas equipes volantes para atender às moradoras dos bairros periféricos.

Equipes volantes atendem aos bairros

A Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social criou equipes volantes para oferecer tratamento odontológico à população de baixa renda nos bairros periféricos. As equipes volantes realizavam extrações, restaurações, aplicação de flúor, tratamento preventivo e orientações sobre higiene bucal.

Paralelamente, uma outra equipe de dentistas contratados pela prefeitura também oferecia esses mesmos serviços gratuitamente, atendendo no prédio central da Secretaria (Avenida 29), inclusive nos finais de semana, para casos de urgência.

Além de tratamento odontológico, a população de baixa renda também podia realizar exames oftalmológicos, de graça, sempre aos sábados e domingos, após encaminhamento pelo Serviço Social, que durante a semana fazia a entrevista com os interessados e agendava o horário dos exames.

Criação do CHI revoluciona atendimento a deficientes

Uma das iniciativas mais importantes no setor de Saúde em Rio Claro foi a viabilização do projeto para a construção do Centro de Habilitação Infantil "Princesa Victória", na Vila Cristina, que, após entrar em funcionamento, rapidamente se tornou referência na prestação de serviço especializado em sua área.

Até então, o atendimento dos portadores de deficiência com alto grau de comprometimento físico e mental se dava em um espaço adaptado junto ao Asilo São Vicente ou com encaminhamentos fora de Rio Claro. A partir da constatação da necessidade de oferecer um melhor atendimento, a administração passou a trabalhar na concepção de um projeto suficientemente amplo para o desenvolvimento de terapias integradas através de atividades multidisciplinares.

Para a concretização do projeto, a partir da atuação de uma empresa sueca no Distrito Industrial, o município obteve a colaboração do governo da Suécia através de uma intermediação diplomática do cônsul geral daquele país, Perr Gunnar Karlborg.

Sensibilizada com a proposta de trabalho a ser realizada, a própria rainha Silvia, da Suécia, veio a Rio Claro, com o rei Gustavo, para assinar o convênio para a construção do CHI. Desde então, a rainha passou a patrocinar a obra com recursos de um fundo da realeza e a acompanhar pessoalmente todo o trabalho realizado.

Como seqüência à concepção de trabalho que passou a ser implementada a partir da criação do CHI, novas frentes de atuação foram abertas para melhorar o atendimento aos portadores de deficiência no município.

Desta mesma forma aconteceu a criação da Aderc - Associação dos Deficientes de Rio Claro, que passou a ser sediada em instalações anexas ao Grêmio da Bela Vista, adaptadas a partir de entendimento firmado com a prefeitura.

Também a partir da constatação de que cerca de doze mil pessoas - o equivalente a quase 10% da população rio-clarense, na época - possuíam algum tipo de deficiência física, foi colocado em prática um projeto de integração social de pessoas com deficiência, através de convênio com a Fundação Mobral.

Em linhas gerais, o programa buscava integrar o deficiente em sua comunidade, procurando o seu melhor ajustamento à

realidade social para que se transformasse num agente participativo. O projeto também tinha por objetivo conscientizar e estimular a mobilização da comunidade em torno do problema do deficiente físico. Palestras, ciclos de debates e seminários eram realizados com frequência.

Rede de saúde de RC é reestruturada

Rio Claro foi uma das primeiras cidades a serem integradas ao Sistema Único de Saúde, na época denominado de SUDS. Só não foi a primeira por uma questão de preferência política por Campinas, cujo prefeito Magalhães Teixeira despontava como uma nova e forte liderança em todo o Estado, alicerçada por estreita ligação com o governador Franco Montoro.

A criação do SUDS foi uma consequência direta da mobilização de prefeitos, vereadores e outras lideranças que se deu a partir de Rio Claro para o fortalecimento dos municípios. Para tanto, uma das bandeiras levantadas pelo movimento era a municipalização da Saúde, entre outros setores. Uma transferência de encargos e responsabilidades que deveria ser acompanhada, na mesma proporção, pelo repasse automático de recursos necessários.

A integração ao SUDS dava seqüência a um processo de reformulação do sistema de Saúde implantado no município, pela qual foi significativamente ampliado o número de profissionais da rede a partir da contratação de médicos e enfermeiros. Com um quadro de pessoal adequado ao atendimento da população, foi promovida a racionalização dos plantões nas unidades de saúde, para garantir uma melhor e mais eficiente prestação de serviços.

PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO

Propostas de governo

- Desenvolver um processo de conscientização para a população atuar junto à administração municipal na decisão de prioridades.
- Sensibilizar a comunidade para utilização dos seus potenciais de realização em benefício próprio, tais como: creches e programas assistenciais.
- Implantar mecanismos que possibilitem maior acesso da população a todos os equipamentos e benefícios a serem executados pela prefeitura.
- Dotar os bairros de creches e escolas pré-maternais.
- Estimular a formação de creches dentro de cada bairro ou grupo de vizinhos, sob a responsabilidade de associações de moradores.
- Colaborar na orientação e formação da função de "Mães Crecheiras" que atuarão nas mini-creches, ou mesmo em suas residências, no cuidado de crianças da vizinhança.
- Expandir a assistência e orientação social através de programas de atendimento ao menor abandonado, dotando-o de educação e profissionalização para romper com o ciclo de marginalização.
- Caberá ao Departamento de Orientação Social o encaminhamento do migrante e da população de baixa renda para o mercado de trabalho, obtenção de documentos, orientação jurídica e prevenção contra a mendicância.
- Atendimento ao idoso, através de assistência médico-hospitalar e de terapia ocupacional, voltada para a comunidade, participando de programações artesanais, hortifrutigranjeiras e de jardinagem.
- Quando da instalação de novas indústrias, preparar a mão-de-obra com prioridade para o trabalhador de Rio Claro.
- Montar um balcão de empregos e oportunidades de trabalho através da prefeitura, entidades comerciais e industriais e órgãos de governo.

- Realizar campanhas para o fornecimento de carteiras de trabalho, junto ao Ministério do Trabalho, com unidades móveis nos bairros, pontos de embarque e locais públicos.

- Estimular a formação de quadros técnicos especializados a nível primário e profissionalizante, através da adequação do currículo da escola rural às necessidades da população local.

- Ficará a critério da prefeitura vetar a instalação de indústrias poluidoras em Rio Claro, após uma avaliação em conjunto com a Soridema, Unesp e demais órgãos competentes.

Realizações

Novas creches para o município

A manutenção e construção de novas creches tornaram-se prioridade da administração municipal. Foram construídas e inauguradas as creches "Francisca Coan" e "Arlindo Ansanello". Construção e conclusão com recursos infra-estrutura e recursos da prefeitura da creche Santa Rosa – mantida pelos Vicentinos – que passou a dar atendimento às crianças em período integral.

A partir de uma atuação conjunta envolvendo o Fundo Social de Solidariedade e o Serviço Social das Emeis, foi desenvolvido o projeto "Mãe Crecheira" que tinha como objetivo suprir as necessidades alimentares, afetivas e de estímulos mentais, evitando que a criança sofresse deficiências irreversíveis que mais tarde a levassem à marginalização social.

Além da alimentação adequada e balanceada, de um melhor nível de saúde e higiene e atividades de lazer as crianças recebiam acompanhamento médico e odontológico e atendimento psicológico.

As "crecheiras" selecionadas recebiam treinamento especializado ministrado por equipe técnica composta de assistentes sociais, psicólogas, nutricionistas, pediatras e dentistas.

Atenção especial à criança e adolescente

O projeto "Meninos de Rua" tinha por objetivo promover um ajustamento social, intensificar a prevenção à marginalidade e envolver órgãos públicos para a viabilização de programas que atendessem às necessidades priorizadas pelas próprias crianças e adolescentes, que faziam das ruas o seu meio de sobrevivência.

No desenvolvimento do projeto que se destinava a menores da faixa etária de 7 a 17 anos, eram realizados campeonatos de pipas, futebol de campo e de salão e torneios de pião. Tudo com a finalidade de promover a socialização.

Carentes, oriundos de bairros periféricos, de frágeis vínculos familiares e propensos ao vício e à marginalidade, esse era o perfil das crianças e adolescentes prioritariamente atendidos.

Outra iniciativa importante nessa área foi o "Projeto do Menor", que era desenvolvido em dois pólos: zona norte e zona sul. Através dele mais de 400 crianças e adolescentes – selecionados por critérios de renda familiar, grau de repetência escolar e ausência dos pais – recebiam reforço escolar, alimentar e orientação social e participavam de atividades esportivas e recreativas.

Participavam de cursos pré-profissionalizantes de datilografia, auxiliar de escritório, manicuro, pedicuro, auxiliar de cozinha, office-boy e babá.

A equipe multidisciplinar envolvida no projeto realizava reuniões periódicas com os pais.

Os moradores mais carentes dos bairros periféricos recebiam uma atenção especial. Cerca de 500 refeições eram servidas diariamente, como reforço alimentar, em bairros como o Jardim Santa Maria, Jardim das Palmeiras e Jardim Guanabara.

Novos grupos de terceira idade

A partir de 1985, com a reestruturação do Consórcio de Promoção Social, o programa do idoso em Rio Claro passou a ser assumido diretamente pela prefeitura. A partir de então o trabalho foi ampliado e os quatro grupos de terceira idade que estavam em vias de extinção foram reativados. Eram eles: Grupo das Margaridas (Centro), Grupo União de Amigos (Bairro do Estádio), Grupo das Fontes (Cidade Nova) e Grupo Primavera (Boa Morte).

Com a seqüência dos trabalhos, outros nove grupos foram reativados ou formados: Grupo do Amor (Santa Cruz), Grupo Feliz (Santana), Grupo da Amizade (Cervezão), Grupo das Andorinhas (Jardim das Palmeiras), Grupo Esperança (Centro), Grupo Sempre Viva (Vila Paulista), Grupo Jóia dos Reis (São Miguel), Grupo Beijafior (Cervezão) e Grupo Bodas de Ouro (Vila Martins).

Cursos e projetos abrem novos horizontes

O projeto "Feito em Casa" foi implantado em Rio Claro com o objetivo de equipar e organizar costureiras e artesãos caseiros para a formação de microempresas, incentivando a produção em escala maior, livre de pagamento de taxas e impostos.

Rio Claro foi a primeira cidade do Estado de São Paulo a implantar o projeto, que era desenvolvido com o apoio da Secretaria de Estado de Planejamento, de maneira a atingir grande penetração na população, sem onerar o município.

O projeto contava com 600 costureiras coordenadas pela professora Nilza Tardio. Formadas pelos cursos municipais de corte e costura, eram responsáveis pela confecção de uniformes para quase a totalidade das empresas rio-clarenses.

Da produção dessas costureiras surgiu a I Feimar – Feira de Modas e Artesanato de Rio Claro. O evento expôs e comercializou produtos confeccionados por cerca de duzentos artesãos e costureiros, com desfile de moda e shows de música e dança.

Além desse programa a prefeitura mantinha, através de parcerias, mais de vinte cursos de profissionalização e treinamento pessoal, desde pedreiro e eletricista até manequim.

HABITAÇÃO

Propostas de governo

- Desenvolver uma política habitacional popular, atendendo a uma melhor ocupação e uso do solo,

criando condições para cada cidadão ter sua casa própria.

- Criar instrumentos de controle para aprovação de novos loteamentos, impedindo a especulação imobiliária e evitando também o estoque de terrenos vagos, através do sistema de tributação progressiva.

- Consolidar os bairros já servidos de transportes e infra-estrutura dotando-os de escolas, áreas de lazer e convivência.

- Mover ação no sentido de a população de baixa renda colocar e viabilizar as suas propostas e necessidades básicas através do sistema de mutirão e de autoconstrução.

- Promover na comunidade o espírito de trabalho conjunto prefeitura-moradores para a realização de ajardinamentos, calçadas, limpeza pública, escoamento de água etc.

- Promover a formação de cooperativas para a compra e legalização de lotes, assim como a aprovação do projeto padrão.

- Prestar assistência técnico-jurídica em todas as fases de realização do projeto, colaborando no orçamento, cronograma da obra e cobertura, através da prefeitura e associações de classes.

- Criar banco de materiais usados, obtidos na troca de mão-de-obra de demolição.

- Sugerir e firmar acordo entre o banco de material e o Senai, Sesc e Udam para que o produto do aprendizado dos alunos possa servir aos cooperativados, assim como a sua assistência técnica.

- Formar mão-de-obra junto das cooperativas e mutirões para que o programa se expanda.

Realizações

Construção do “Nosso Teto”

Ao assumir a prefeitura, a construção do conjunto habitacional do Jardim Boa Vista (“Nosso Teto”) estava totalmente paralisada devido a uma série de problemas. Havia sido liberada uma parcela correspondente a 20% do total de recursos orçados para a conclusão da obra. Porém, o que havia sido executado representava apenas cerca de 5% do cronograma de serviços. Além disso, a empresa responsável pela construção das casas populares estava falida.

Foi determinada então a encampação do canteiro de obras pela Emderc – Empresa Pública Municipal de Desenvolvimento de Rio Claro, que promoveu a dinamização imediata dos trabalhos, com mão-de-obra local e geração de empregos. Ao todo foram construídas 432 casas.

A seleção dos inscritos se deu a partir de um rigoroso processo de triagem feito pelo serviço de assistência social. Ao final, foram contempladas as famílias de baixa renda que realmente preenchiam os pré-requisitos para a aquisição das casas populares.

Ao ser inaugurado, em 10 de janeiro de 1985, o Nosso Teto já contava com toda infra-estrutura instalada, além de linha de ônibus circular, telefone público, horta comunitária e transporte noturno para estudantes.

Detalhe pitoresco do episódio reside no fato de que o projeto inicial, aprovado pela administração anterior, não previa a instalação de portas no interior das casas. Ao ser constatada a falha gritante, o projeto foi alterado e as portas colocadas. Porém, numa demonstração de revanchismo e oportunismo eleitoreiro, os responsáveis pela omissão tentaram se eximir de culpa, alegando que, após a encampação da obra, as portas teriam sido destinadas para uso pessoal de integrantes da nova administração.

Após a conclusão do Nosso Teto, foi iniciada a implantação do conjunto habitacional Vila Verde.

Regularização de loteamentos

Os problemas no setor habitacional não paravam por aí. Logo após a posse, em 1º de fevereiro de 1983, veio a constatação de cerca de 30 loteamentos irregulares originários das duas últimas administrações. Isso fez com que se adotasse, de imediato, o maior

rigor possível para a solução dos problemas e equação da tensão social decorrente da falta de infra-estrutura nos novos bairros.

As medidas determinadas foram:

- suspensão da aprovação de novos loteamentos até que se regularizasse os já existentes no município;

- levantamento preciso do número de loteamentos irregulares;

- criação de uma Comissão Especial de Parcelamento do Solo Urbano;

- assinatura de convênio com a Secretaria do Interior englobando o Ministério Público e a Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, que deu origem ao Persu (Programa de Regularização do Parcelamento do Solo Urbano).

A partir daí foram fixadas prioridades para a regularização dos loteamentos. Em primeiro lugar, as ações foram voltadas aos loteamentos já ocupados e os que formavam o complexo do Grande Cervezão. Ao todo, somavam três milhões de metros quadrados.

Incentivo ao mutirão

Em virtude da conjuntura política e econômica que à época caracterizava o governo federal e dificultava novos investimentos para construção de casas populares, a administração municipal passou a estimular a participação da população em esquemas de mutirão e a desenvolver projetos para o barateamento dos materiais de construção, aliados à assistência técnica.

O projeto previa a aplicação de técnicas de utilização de materiais alternativos a partir do aproveitamento de resíduos recicláveis. Foi criado um grupo de trabalho que desenvolveu estudos para construção através desses elementos bem como a implantação de uma central de entulhos para armazenamento de materiais de demolições.

A instalação da Fábrica de Artefatos de Cimento serviu de elemento de apoio a essa iniciativa, a partir da produção de estrutura de pré-moldados para incentivar a autoconstrução.

AGRICULTURA

Propostas de governo

- Incentivar a implantação de cooperativas de pequenos e médios produtores para integração de recursos humanos e técnicos. Obter também crédito para compra de equipamento e possibilitar

uma maior participação dos produtores no processo de comercialização.

- Realizar um amplo programa de abertura e melhorias das estradas municipais, para aumentar a intercomunicação dos produtores e facilitar o escoamento da produção.

- Estimular a cultura de produtos alimentares que atendam ao consumo básico, diminuindo os seus custos e procurando a auto-suficiência do município.

- Fortalecer a organização dos pequenos produtores para uma maior geração de empregos e melhores condições de vida.

- Estimular a criação de novos mercados e feiras livres, para venda no varejo em todos os bairros, com amplo acesso dos produtores.

- Incentivar a implantação de mercados com instalações simples e de baixo custo operacional.

- Motivar a formação de hortas comunitárias e domésticas, dando orientação no que se refere ao preparo, conservação e aproveitamento nutritivo dos alimentos.

- Utilizar terras do poder público para formar hortas comunitárias e também utilizá-las na produção de alimentos para a merenda escolar, creches etc.

- Apoiar a instalação de mini-mercados ou mini-boxes para venda de produtos alimentícios a granel ou em embalagens padronizadas de baixo custo, tendo em conta o produto e não a venda da marca através de embalagens sofisticadas.

Realizações

Escola Agrícola: uma iniciativa inovadora

Em 1983, a administração municipal começou a desenvolver um programa de ações com o objetivo de fixar o homem no campo. A partir daí, uma série de melhorias foram implantadas nos distritos e bairros rurais. Outra preocupação era atuar de maneira a dinamizar a comercialização da produção agrícola e formar mão-de-obra especializada para o meio rural.

Um dos investimentos mais importantes realizados para colocar em prática essa proposta foi a construção da Escola Municipal Agrícola "Eng. Rubens Foot Guimarães", no Horto de Ajapi. A partir de convênio firmado com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, seria dado todo o acompanhamento e orientação técnica no projeto de formação de mão-de-obra especializada.

Com uma área construída de 700 metros quadrados, a escola passou a atender crianças e jovens do meio rural que recebiam toda a orientação técnica sobre o plantio de diferentes culturas e a criação de diversos animais como porcos, coelhos, galinhas, peixes e abelhas. Esse objetivo, porém, não foi mantido e ficou descaracterizado nos governos municipais que se seguiram.

A partir de um trabalho conjunto com a Casa da Agricultura e Instituto Agrônomo de Campinas vários cursos foram realizados como: novas técnicas de plantio, conservação do solo e reposição de mata ciliar, tendo como alvo os produtores rurais.

Agricultura natural e merenda escolar

Naquela época, investimos em novas técnicas para que o Horto de Ajapi assumisse proporções de grande relevância no abastecimento do município. A produção de verduras e legumes aumentou consideravelmente e foi destinada ao enriquecimento da merenda, que passou a servir aproximadamente 40 mil refeições diárias, distribuídas para escolas municipais e estaduais, programas sociais e entidades assistenciais.

Também estabelecido no Horto de Ajapi, o convênio entre a prefeitura e a Fundação Mokiti Okada para o desenvolvimento da agricultura natural passaria a ganhar uma nova dinâmica, sendo considerado, naquela oportunidade, como um modelo de vanguarda.

Assim, Rio Claro saiu na frente no uso de técnicas de cultivo fundamentadas no método de recomposição do solo através de processos naturais. Utilizando-se corretamente os elementos da própria natureza é possível obter colheitas abundantes, sadias e

nutritivas, sem a necessidade de usar produtos artificiais, como inseticidas, herbicidas, agrotóxicos e adubos químicos ou sintéticos.

Comercialização ganha incentivo

Para solucionar a falta de estímulo na produção de hortifrutigranjeiros foi criado o “Feirão do Produtor”, que era realizado todas as quintas-feiras no Espaço Livre de Convivência da Avenida Visconde do Rio Claro. Com isso, os produtores rurais podiam comercializar, livremente, tanto no atacado como no varejo. Juntamente com o Feirão funcionava o Ponto da Economia, da Cobal.

Todas as feiras livres realizadas no município recebiam incentivo da administração, que via no apoio ao produtor rural uma forma de eliminar o atravessador e baratear o preço dos alimentos para a população de baixa renda. Paralelamente, a prefeitura estimulava a formação de hortas comunitárias em diversos bairros, principalmente os mais periféricos.

Distritos e bairros recebem melhorias

As melhorias para os distritos e bairros rurais incluíam a recuperação de mais de 170 quilômetros de estradas vicinais para facilitar o escoamento da produção agrícola, bem como a construção de ponte em Itapé (Rio Cabeça), Ferraz (Córrego Mengardo), Mata Negra (Ribeirão Claro) e Batovi (via de acesso). Outras catorze pontes receberam, periodicamente, serviços de manutenção.

Iniciativa importante foi a criação da Cooperativa de Proprietários Rurais. A partir de ação conjunta com a prefeitura, proprietários e empresários do setor agrícola associaram-se incrementando a produção do setor e agilizando o fornecimento. O trabalho esteve sob liderança do vereador Sérgio Guilherme e do empresário Antonio Sodré.

Novas escolas foram construídas e as já existentes foram reformadas e ampliadas com a criação de novas classes. Foi colocado em prática um programa de incentivo, pelo qual os professores que trabalhavam na zona rural recebiam uma ajuda de custo da prefeitura como complementação salarial. Ainda na área educacional seria incrementado o transporte de alunos que residiam na zona rural.

No distrito de Ajapi, por exemplo, as melhorias abrangeram vários setores. A falta de água, que era constante, foi solucionada

com a perfuração de um poço artesiano e construção de um reservatório elevado. Após as reformas no Centro Rural e construção da escola de 1º grau "Prof. José Fernandes", foi realizada a implantação de posto do correio, telefone público e atendimento médico, além de serviços de urbanização e criação de horta comunitária.

O distrito de Assistência recebeu total urbanização, com a construção de rotatórias, ajardinamento e arborização, além da construção de um centro de lazer com quadra poliesportiva na escola do Movimento Rural Cristão. A instalação de um gerador solucionou o problema de falta de água.

Contudo, o exemplo mais marcante veio da comunidade do Sitinho, que através de mutirão construiu um Centro Comunitário e um ambulatório médico, com apoio da administração municipal.

Em Ferraz, foi realizada a substituição total das galerias de águas pluviais por uma tubulação de maior capacidade, acabando com as enchentes que transtornavam a vida dos moradores. O distrito ainda conquistou estação de tratamento de esgoto, pavimentação de estrada, campo de futebol, além de posto dos correios, e foi integrado pela Telesp na área de tarifa básica de Ajapi, possibilitando, na época, a instalação de aparelhos, sem maiores custos.

A escola estadual de 1º grau "Prof. Victorino Machado", do distrito de Batovi, foi totalmente reformada e ampliada pela administração municipal. Arquibancada para o campo de futebol foi construída ao lado da antiga estação ferroviária, transformada em Centro Comunitário. No local, adequado a partir de material fornecido pela prefeitura, foram instaladas áreas de lazer e gabinete dentário.

TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA

Propostas de governo

- Equacionar o sistema de transporte dentro da estrutura urbana existente.

- Criar e consolidar corredores de transporte, equipando-os com cobertura, iluminação, bancos, comunicação visual para orientar os usuários e frequência regular dos ônibus.
- Implantar o sistema de integração para operacionalizar os corredores de transporte e racionalizar o fluxo dos ônibus ao centro da cidade.
- Integração dos terminais com outros tipos de transporte, atendendo também aos distritos.
- Transporte gratuito para o idoso.
- Incentivar a implantação de estacionamentos para bicicletas no centro, nos pontos de encontro, supermercados e bancos.
- Divulgar e popularizar o uso da bicicleta através de passeios, implantação de ciclovias, faixas exclusivas e sinalização específica.
- Estabelecer circuitos para passeios a pontos turísticos e atividades culturais.
- Orientar e educar ciclistas e motoristas dos riscos que correm ao desrespeitar as normas de segurança.
- Criar locais para o desenvolvimento do motociclismo como esporte.
- Organizar e prestigiar passeios e atividades culturais
- Promover a participação de grupos de motoqueiros em eventos coletivos de interesse da comunidade.
- Melhorar as instalações da estação ferroviária para uso dos passageiros.
- Reurbanizar o Largo da Estação Ferroviária para mais conforto aos passageiros e uma nova comunicação visual.

Realizações

Sistema de transporte é reestruturado

A administração municipal passou a exercer, através do Departamento de Trânsito e Transporte, um rigoroso controle quanto ao atendimento das linhas do sistema de transporte coletivo urbano do município. A partir de estudos detalhados todo o sistema foi reestruturado. Novas linhas foram criadas e as já existentes tiveram seu traçado redefinido. Com isso, um número maior de pessoas passou a ter acesso mais fácil aos serviços prestados.

Com a reestruturação do sistema, passou a ser adotado também um maior rigor no controle do valor da tarifa cobrada dos usuários. Para tanto, foi criada uma Comissão Tarifária que reunia técnicos, especialistas em planejamento e era aberta à participação de todas as pessoas interessadas. Evidenciando o caráter democrático da iniciativa, muitos opositores declarados da administração integravam a comissão com ampla liberdade para contestar e apresentar propostas.

O valor da tarifa do sistema de transporte coletivo passaria então a ser calculado a partir de critérios estritamente técnicos, levando-se em consideração as planilhas de custos, tanto a apresentada pela empresa como a elaborada pela comissão.

Desta forma, estaria garantido que o preço da passagem estivesse adequado à realidade sócio-econômica da população, bem como atendesse à margem de lucro necessária para que a empresa concessionária pudesse investir na ampliação e renovação da frota para a melhoria dos serviços prestados à população.

Neste período, Rio Claro passou a ter a passagem de ônibus urbano mais barata do Brasil.

Mais de um milhão de metros quadrados de asfalto

Um dos desafios encontrados logo no início da administração foi a recuperação das condições de tráfego das ruas e avenidas da malha viária urbana, então completamente deterioradas e aumentando o risco de acidentes de trânsito.

A Avenida Visconde do Rio Claro era o maior exemplo dessa situação. A principal via expressa do município estava repleta de buracos que comprometiam o fluxo normal de veículos. Com a obtenção de verbas a fundo perdido – dinheiro que veio de graça,

sem nenhum ônus para os contribuintes – foi realizado o recapeamento da Visconde em toda sua extensão.

Para promover o asfaltamento nos bairros periféricos foi lançado o plano comunitário, que possibilitou a execução de mais de um milhão de metros quadrados de pavimentação em diversas regiões do município, por um terço do valor que vinha sendo praticado por outras administrações. Pelo plano, cabia aos próprios moradores decidirem se desejavam ou não a pavimentação a partir das condições de pagamento pré-estabelecidas no contrato a ser assinado.

Entre os bairros que seriam beneficiados através do plano comunitário de asfalto estavam o Parque Universitário, Jardim Paraíso, Paineiras, Jardim Anhangüera, Vila São Miguel, Vila Nova, Vila Cristina, Parque São Jorge, Jardim São João, Jardim São Caetano, Parque das Indústrias, Jardim Hipódromo, Parque Residencial, Cervezão, Vila Olinda, Wenzel, além dos jardins Azul, Paulista, Bandeirantes e outros.

A construção da Fábrica de Artefatos de Cimento e Usina de Asfalto foi fator determinante para a recuperação da malha viária urbana de Rio Claro. A partir de sua instalação até os primeiros meses de 1986, já haviam sido executados mais de 140 mil metros quadrados de recapeamento asfáltico. Todo serviço foi feito com mão-de-obra e material da usina municipal, o que possibilitou uma diminuição significativa dos custos e um maior rigor quanto à qualidade do serviço executado.

Prolongamento da Visconde

Realizado a partir de um amplo serviço de infra-estrutura, o prolongamento da Avenida Visconde do Rio Claro foi uma das mais importantes obras para a modernização da malha viária urbana do município. A partir do prolongamento foi realizada a implantação da Avenida Tancredo Neves.

O prolongamento da Visconde possibilitou a implantação de um sistema de integração para operacionalizar os corredores de transporte e racionalizar o fluxo dos ônibus ao centro. A partir de sua construção com o trevo de acesso à Washington Luiz foram beneficiados, de imediato, os moradores dos bairros Jardim Mirassol, Jardim Shangri-lá, Jardim Novo, Vila Anhangüera, Jardim Centenário, Jardim Paulista, Jardim Maria Cristina, Jardim Nova Veneza, Jardim Inocoop, Jardim Guanabara, Jardim das Palmeiras e outros.

Toda a obra foi realizada em várias etapas e envolveu a construção de galerias moldadas *in loco* para a canalização do Córrego da Servidão, implantação de emissários de esgoto, execução de sistema de drenagem de águas pluviais, compactação, terraplenagem e construção de guias e sarjetas, além da pavimentação.

Novas vias e projeto do anel viário

Durante a administração municipal, outras importantes obras foram executadas para melhorar a infra-estrutura viária do município, a exemplo da construção da segunda pista da Avenida Brasil que já não comportava mais o volume de veículos que transitavam por ela diariamente. Com isso, os riscos de acidentes diminuíram sensivelmente.

Complementando os investimentos realizados no setor, foi implantada a Avenida José Felício Castellano, criada a via de acesso à rodovia Wilson Finardi (SP-191) através do Mãe Preta e Águas Claras, bem como pavimentada a estrada Rio Claro/Ajapi e Ajapi/Ferraz.

A administração também investiu na elaboração do projeto de construção do Anel Viário. A obra que não chegou a ser executada circundaria o perímetro urbano da cidade interligando a região Nordeste ao Distrito Industrial (do Cervezão até o conjunto habitacional do Jardim Boa Vista) e, no sentido Sudeste, o Distrito Industrial à Avenida 29 em conexão com a Avenida Ulysses Guimarães.

Implantação do sistema de Trólebus

Considerado na época como modelo para outras cidades, o projeto de instalação do trólebus em Rio Claro possuía características próprias que viabilizaram financeiramente sua implantação, sem onerar os contribuintes e ainda contribuindo para diminuir o valor da tarifa cobrada no sistema de transporte coletivo urbano.

À Cesp coube a elaboração do projeto e execução de toda a linha aérea (rede elétrica), ficando para a prefeitura a responsabilidade de adaptar ruas e avenidas ao longo do itinerário, incluindo a construção de galerias de águas pluviais (na Rua 6), de terminais de integração, da garagem e oficina. Ao município caberia ainda a aquisição dos veículos.

Diversas etapas de implantação do projeto foram executadas através de recursos conseguidos a fundo perdido – dinheiro que vinha de graça para o município – destinados pelo Programa de Mobilização Energética (PME) da Secretaria de Estado de Planejamento.

Para a operação do sistema foram adquiridos junto à Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTTC) dez ônibus elétricos usados. Todos seriam completamente reformados pela prefeitura, através da EMDERC – Empresa Pública Municipal de Desenvolvimento de Rio Claro. A operação representou uma grande economia para o município, uma vez que o custo de apenas um veículo novo corresponderia a quase toda a frota adquirida.

Com capacidade para 75 passageiros cada, após os serviços de reforma e adequação, algumas unidades passaram a operar as linhas e outras ficaram como reserva técnica.

Plano integrado para ciclovias

Com a constatação de um número crescente de pessoas que fazia da bicicleta o seu meio de transporte para o trabalho e para a escola, a administração desenvolveu um plano integrado para construção de ciclovias. O trecho piloto, com extensão de três mil metros cobria o trajeto da sede do Corpo de Bombeiros na Avenida Brasil ao trevo de Araras.

A extensão do plano de ciclovias foi definida a partir de uma ampla consulta popular, a partir de pesquisa de opinião que ouviu três mil pessoas para a definição dos trajetos. Na elaboração do plano, estavam envolvidas 57 indústrias de médio e grande porte e 30 escolas do município. Assim, os locais onde seriam implantadas as ciclovias foram estabelecidos pelos próprios trabalhadores e estudantes.

Plano de Eliminação de Pontos Escuros

Convênio assinado e pago pela prefeitura junto à Cesp tratou de eliminar todos os pontos escuros de Rio Claro até o final de nosso mandato e grande parte do mandato seguinte. O convênio cuidou de ser projetado com plano de expansão, suprimindo as necessidades do município até o início dos anos 90.

SANEAMENTO E PRESERVAÇÃO

Propostas de governo

- Acesso de toda a população aos serviços de água e esgoto.
- Valorizar a ecologia, coibindo a poluição ambiental.

- Verificar a potabilidade da água nos bairros e periferia, com o atendimento adequado.
- Preservar os rios, córregos e mananciais naturais, protegendo-os contra a poluição, e quando não houver recuperação utilizar o sistema tampão, como no Jardim Inocoop.
- Quando da implantação de novos serviços de infra-estrutura, será dentro de um planejamento racional, de maneira a evitar as aberturas em calçadas e ruas asfaltadas.
- Implantar estações de tratamento de esgoto.
- Estender a coleta de lixo a toda a cidade e realizá-la com a máxima freqüência.
- Dinamizar o esquema de manutenção e conservação da cidade, ampliando o quadro de funcionários, as responsabilidades e atribuições dos diversos órgãos.
- Campanha sistemática de utilidade pública para preservação de equipamentos públicos.
- Aperfeiçoar o sistema de tributação e arrecadação, através de tratamento fiscal mais justo para a população em todo os extratos de renda.
- Operacionalizar o cadastro fiscal, para dinamizar as melhorias.
- Facilitar o atendimento aos contribuintes, agilizando o processo de tramitação das reivindicações.
- Formar, capacitar e aperfeiçoar os mecanismos de assistência e apoio ao funcionalismo público.

Realizações

Interligação garante fornecimento de água

Por entender a expansão da infra-estrutura como um requisito indispensável, não só para a melhoria da qualidade de vida, como também para garantir o crescimento do parque industrial de Rio Claro, a administração municipal atuou de imediato e de forma decisiva na recuperação do potencial de investimento do Departamento Autônomo de Água e Esgoto (Daae).

Com isso foi possível concluir a Estação de Tratamento de Água - ETA II, obra que passaria a garantir o abastecimento de água até o ano de 2010 e contribuiria para estabelecer diretrizes visando promover o desenvolvimento ordenado do município.

Localizada em um terreno de 130.514 metros quadrados, no Km 8 da estrada que liga Rio Claro ao distrito de Ajapi, a ETA II possui uma área construída de 5.016 metros quadrados. Ao entrar em funcionamento, captando água do rio Corumbataí, passou a assegurar o abastecimento de água especialmente para os bairros da Zona Norte e para o Distrito Industrial.

Concluída a ETA II, teve início a sua interligação com a ETA I (sistema Ribeirão Claro), complementando aquele que se constitui até hoje em um dos mais importantes investimentos já realizados para garantir o futuro de Rio Claro.

A interligação foi feita através de uma adutora com oito quilômetros de extensão, formada por tubos de ferro fundido. O investimento financeiro realizado para a execução da obra foi um dos maiores já feitos em infra-estrutura na história do município.

Com capacidade de adução de 500 litros de água por segundo, atingida com a vazão nominal da ETA II a partir da conclusão do sistema Santa Clara, a adutora pode garantir o fornecimento de água tratada até o ano de 2010.

Durante nossa administração, nunca a prefeitura recorreu à utilização de recursos do DAAE, evitando, com a economia feita pela autarquia, que o custo da água viesse a ser maior para o consumidor. Ao contrário, a administração direta é que investia em serviços, na aquisição de tubos, por exemplo, para garantir poupança ao DAAE.

Rio Claro com 100% de água e esgoto

A infra-estrutura de saneamento básico foi ampliada de forma significativa. O DAAE implantou 24 quilômetros de redes de esgoto em toda a zona Noroeste de Rio Claro, beneficiando os bairros Recanto Paraíso, Jardim Matheus Maniero, Jardim Paulista II, Jardim

Wenzel, Jardim Panorama, Jardim Santa Elisa, Jardim das Paineiras e Parque Universitário.

Na primeira etapa dessa obra foi realizada a instalação de um emissário com 1.200 metros de extensão e 400 milímetros de diâmetro. Uma das fases de mais difícil execução se verificou com a instalação de um tubo Armco, que passa sob a linha férrea.

Em apenas dois anos e meio de governo, foi entregue à população o equivalente a 10% de toda a rede de água implantada nos 158 anos de existência do município. Ao todo foram 35 quilômetros em extensão, ou seja, o equivalente para cobrir a distância que separa Rio Claro de Piracicaba.

Além dos bairros que integram o perímetro urbano do município, os distritos rurais também foram beneficiados com a normalização do abastecimento de água, a exemplo de Ajapi.

Ao final da administração Rio Claro atingiu o índice de 100% de abastecimento de água e afastamento de esgoto.

Galerias acabam com as enchentes na Vila Martins

Para dar uma solução definitiva ao problema das enchentes que periodicamente assolavam toda a região da Vila Martins, a prefeitura fez um grande investimento para a construção de um sistema de galerias de águas pluviais.

Constituído por um canal principal e outro secundário, o complexo de galerias possui algumas características que refletem com nitidez a sua grandiosidade. Nele foram utilizados seis mil metros cúbicos de concreto, quatrocentas e oitenta toneladas de aço, sete mil metros lineares de tubos de concreto de vários diâmetros (três mil na rede primária e quatro mil na rede secundária) e cento e vinte bocas-de-lobo.

Uma grande equipe de mão-de-obra e modernas máquinas trabalharam num projeto arrojado, inclusive com travessia subterrânea de linha férrea e residências por métodos não destrutíveis, para evitar transtorno aos moradores. Tratou-se de obra cara e extremamente difícil de ser executada.

Outros seis mil metros de galerias de águas pluviais foram implantados em diversos pontos do município. Entre outros bairros foram atendidos o Jardim Claret, Jardim Bandeirantes, Vila Cristina, São Miguel, Cervezão e Jardim Rio Claro.

Galerias também foram construídas no trecho da Avenida Visconde do Rio Claro, a partir da Rua 15 até a Washington Luiz, e, deste ponto até o Inocoop, onde foi realizada a canalização do Córrego da Servidão.

Outro ponto crítico em que se investiu na construção de galerias de águas pluviais, para pôr fim às enchentes, foi a Rua 6, desde a Avenida 36 até a Avenida Visconde do Rio Claro.

Nova rede garante água na Vila Paulista

Já no primeiro ano de administração deu-se fim a um problema que por mais de vinte anos afligia os moradores da Vila Paulista: a falta de água provocada por seguidos rompimentos na rede de distribuição.

Após a realização de um estudo, pelo qual se apurou que os tubos de amianto que formavam a rede de água do bairro já não suportavam mais a pressão, o DAAE efetuou a substituição de cerca de 2.500 metros de canos, correspondentes a 100% de toda a rede, por tubos de PVC, o que pela resistência mais elevada solucionou o problema de falta de água na Vila Paulista.

Todo o serviço foi executado sem nenhuma despesa extra para os moradores.

Esgoto começa a ser tratado

O DAAE construiu a primeira Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no distrito de Ferraz.

A partir daí passou a ampliar seu programa de tratamento de esgoto para eliminar o risco de contaminação dos rios, córregos e mananciais, fazendo a utilização de aguapés.

Simple de ser implantado, de fácil operação e manutenção, o aguapé permitia notável redução dos coliformes fecais, diminuição expressiva da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), excelente grau de clarificação e remoção de metais (cobre, cádmio, cromo), além de metabolizar compostos orgânicos comumente encontrados na água.

Construção do aterro sanitário

Outras medidas foram colocadas em prática, na área de preservação, para garantir a melhoria da qualidade de vida. Foi elaborado o projeto e construído o aterro sanitário, às margens da Rodovia Fausto Santomauro (SP-127), para onde passou a ser destinado todo o lixo doméstico produzido em Rio Claro. Com isso, o problema causado pela proliferação de lixões em várias áreas da cidade foi minimizado de forma significativa. O terreno foi adquirido em nosso período de governo. A obra foi entregue em 1987, pelo vice-prefeito em exercício, e atende às necessidades do município até hoje.

Na época, também foi criada e instituída a lei de limpeza de terrenos baldios, pela qual os proprietários passavam a ser obrigados a realizar o serviço periodicamente, sob pena de cobrança e aplicação de multa, após a limpeza executada pela prefeitura.

LAZER

Propostas de governo

- Resolver a situação do Horto Florestal junto ao Estado.
- Reurbanizar o Horto Florestal, dotando-o de centro de produção artística e cultural, meios de transporte, pista de ciclismo, Cooper, locais para ginástica e recreio.

- Promover acordo com a universidade para que assessore e assuma a parte de pesquisa científica e cultural.
- Implantar soluções simples nos bairros, em termos de infra-estrutura, que possam ser realizadas pelos próprios moradores, tais como equipamentos recreativos e esportivos para a sua livre manifestação.
- Criar um programa de animação nos moldes do domingo na praça, com um rodízio periódico pelos bairros, para levar diversão e entretenimento, sensibilizando a população para a iniciativa própria destes eventos.
- Reciclar e animar antigas construções para atividades de criação cultural.
- Dotar o Centro Cultural de um mínimo de condições para que absorva e já incorpore o processo de participação da população na cultura e criatividade com manifestação artística.
- Estimular a criação de grupos de teatro, música e dança.
- Organizar festivais de bairros e interbairros.
- Formar um corpo de músicos instrumentistas, artistas plásticos e intelectuais para realizar a primeira bienal de Rio Claro.
- Instalar painéis para afixação de informação pública, espetáculos e competições da cidade nos principais pontos de encontro e passagem da população.
- Criar um lago próximo ao início da Avenida Rio Claro, implantando uma estação de tratamento de água, arborização adequada e equipamentos para que se torne mais uma área de lazer.

Realizações

Espaço Livre dá nova vida a Rio Claro

O Espaço Livre de Convivência da Avenida Visconde do Rio Claro foi idealizado e construído com a finalidade básica de oferecer à população atividades esportivas, de lazer e recreação. Com sua inauguração, a população passou a contar com uma nova e ampla área para a realização de eventos que estimulavam a integração e participação comunitária.

Na época, todas as atividades lá desenvolvidas recebiam o apoio de equipe formada por professores especializados, monitores e funcionários. A diversidade de eventos era característica marcante deste espaço, que reunia sempre grande número de pessoas com a realização de shows musicais e torneios de diferentes modalidades como futebol de salão, bicicross e vôlei.

Passeio ciclístico: lazer e integração

Nossa proposta de governo entendia as atividades de lazer e recreação como um instrumento de integração social. Com esse objetivo eram promovidos os passeios ciclísticos das Emeis, um dos eventos de maior participação popular realizados em Rio Claro. Popularizava o uso da bicicleta para o lazer e condicionamento físico, ao mesmo tempo em que valorizava o espírito de cooperação, a união da família e os vínculos de amizade.

Grandes indústrias como a Monark patrocinavam o evento, que também contava com a participação ativa do comércio local, através da distribuição de prêmios e brindes oferecidos aos ciclistas.

Praça volta a ser do povo

Realizada mensalmente no Jardim Público, a feira de Artesanato "Vilmo Rosada" fazia parte da proposta que visava promover a revitalização da praça como espaço de constantes exposições da produção artística e artesanal da cidade e região.

Através da feira, todo o trabalho dos artesãos rio-clarenses era valorizado. Para eles era uma excelente oportunidade de aumentar seu rendimento familiar. E para a comunidade, uma nova alternativa de consumo e lazer.

Dentro da mesma proposta de revitalização dos espaços públicos, foi criado o programa "A praça é nossa". Realizado aos

domingos, tinha como palco o coreto "Fábio Marasca". Com uma diversificada programação, o programa mobilizava sempre um grande público e trazia as famílias de volta à praça. Corais, bandas, escolas de samba, orquestras, conservatórios e grupos de música popular brasileira alternavam-se nas apresentações dominicais.

O Jardim Público ainda serviu de cenário para a realização do "Mercado das Pulgas", uma feira de troca patrocinada pela delegacia regional de Turismo onde tudo podia ser barganhado.

Diversão e recreação para todos os bairros

A proposta de descentralização e de atendimento a todos bairros da cidade também estava presente nas atividades de lazer promovidas pela administração municipal. Todos os sábados, em um bairro diferente, era promovido um show com "Zé Butinudo", um dos mais populares radialistas de Rio Claro e conhecido por seu programa de música sertaneja.

Além de levar entretenimento e diversão aos moradores dos bairros periféricos, o evento valorizava a música regional e abria espaço para a revelação de novos talentos em Rio Claro.

O projeto "Rua de Lazer" foi outra iniciativa que marcou época por estimular a participação comunitária de forma democrática e espontânea. Realizado sempre aos finais de semana e feriados, a pedido dos próprios moradores, o projeto percorria os bairros da cidade proporcionando recreação e atividades esportivas e culturais. Professores de educação física e monitores orientavam os moradores e davam todo suporte técnico necessário à realização da "Rua de Lazer".

ESPORTE

Propostas de governo

- Todo o incentivo ao esporte amador, sempre com o apoio da prefeitura.
- Fazer campanha para a adoção de atletas pelas firmas comerciais, indústrias e associações.
- Promover esforços para elevar o esporte profissional.

- Estimular a criação de novos times, associações e clubes esportivos para a realização de jogos e campeonatos abertos de bairros, promovendo assim, uma maior integração social e esportiva.
- Adequar o maior número possível de terrenos vagos para a prática de esportes e recreação infantil.
- Realizar campeonatos infantis e juvenis entre escolas e outras agremiações.
- Promover campeonatos de ciclismo, motocross, kart, aerodelismo e pára-quedismo.
- Apoio à realização de ruas de lazer nos fins de semana e feriados.

Realizações

Sesi se destaca entre as obras realizadas

Inserido na proposta de governo como um importante fator de socialização e lazer, o Esporte de Rio Claro passou por uma ampla reestruturação. Os espaços existentes foram abertos à comunidade para sua utilização plena. Um grande número de terrenos vagos foi adequado para a prática esportiva e recreação infantil.

Investimentos garantiram a realização de novas obras para o setor, como a construção do mini-ginásio "Manoel Antonio Bortolotti" e da piscina olímpica anexa ao Ginásio de Esportes "Felipe Karam". Além disso, foram reformados os distritais já existentes e construídos novos estádios em várias regiões do município. Os distritos de Itapé, Batovi e Ajapi, a exemplo de Ferraz, ganharam campo de futebol.

Entre as obras realizadas no setor e em toda a administração municipal, a construção do Centro Poliesportivo do Sesi CAT "José Felício Castellano" ocupa inquestionável lugar de destaque pela sua grandiosidade e arrojo. Para a sua execução foi realizado um investimento de Cr\$ 50 bilhões, em valores da época.

O Sesi de Rio Claro se destaca não só pelas cifras e números envolvidos em sua construção, mas também pelo projeto elaborado a

partir de uma concepção diferenciada que o distingue de todos os demais no Estado. A obra, que ocupa uma área de 66 mil metros quadrados no Jardim Floridiana, foi concebida para se tornar um centro de formação de atletas de alto nível. Para que esse objetivo fosse alcançado, estava sendo planejado um trabalho conjunto entre o Sesi, Unesp e prefeitura a partir da criação, pela universidade, do curso de Educação Física, em Rio Claro. Contudo, após sua inauguração, a concepção original foi abandonada.

Escola do Atleta Mirim é reativada e novos projetos criados

Idealizada pelo ex-deputado José Felício Castellano, o Gijo, a Escola do Atleta Mirim estava com suas atividades paralisadas desde 1974 e foi reativada a partir de 1983, com o objetivo de iniciar crianças de diferentes faixas etárias nas mais variadas modalidades esportivas. Cerca de cinco mil crianças participavam do programa, que também oferecia orientação social e acompanhamento médico.

Existiam ainda outros dois programas criados pelo Departamento de Esportes e Turismo: "Clube Desportista" (para adolescentes) e "Esporte, Saúde e Vida" que congregava grupos de terceira idade promovendo a integração com a comunidade e melhores condições físicas.

Para colocar em prática esses projetos, foi aberto um novo campo de trabalho com a contratação de professores de educação física e monitores.

Copa Varzeana de Futebol: sucesso e incompreensão

Com a realização da Copa Varzeana de Futebol, o esporte amador ganhou um impulso jamais verificado na história de Rio Claro. Divididas em cinco categorias (dente de leite, juvenil, adultos "A" e "B", além de veteranos), mais de duzentas equipes participaram do evento que alcançou destaque em todo o Estado de São Paulo.

Além de tornar Rio Claro conhecido nos meios esportivos como a "Capital do Esporte Amador", a Copa Varzeana alcançou pleno êxito ao cumprir sua finalidade social de promover uma maior integração comunitária. Dezenas de novos times foram criados com a participação de muitos que até então se viam excluídos de um convívio saudável em sociedade. A dedicação à prática esportiva fortalecia o sentimento de união e fazia aumentar a auto-estima dos

participantes, que passaram a ter, no campo de futebol, um novo ponto de encontro de amigos e familiares, longe do vício e das drogas.

A realização da Copa Varzeana desencadeou, de forma espontânea, um processo de trabalho conjunto, organização e liderança. Os dirigentes das próprias equipes disciplinavam a competição, estabeleciam exigências rigorosas, não permitiam qualquer tipo de transgressão e zelavam pela segurança e convivência pacífica entre os mais de cinco mil atletas.

No entanto, o sucesso alcançado passou a incomodar os adversários políticos.

Por não compreender ou desprezar propositadamente a amplitude social de sua realização, começaram a desenvolver uma oposição terrorista, torpedeando o evento com uma série de denúncias que nunca foram provadas.

Mesmo porque, os responsáveis pela fiscalização de toda movimentação financeira do evento eram o ex-prefeito Orestes Armando Giovanni e o advogado Lázaro Hartung Toppa, figuras de reconhecida e inatacável postura ética e profissional.

Anos mais tarde compreendi que, por inexperiência política, cometi um erro ao concordar e permitir que o evento fosse denominado "Copa Varzeana Lincoln Magalhães". A partir disso, se acentuou em meus adversários políticos a falsa interpretação de que a promoção do evento não passava de manipulação política, sendo completamente descartada a importância de seu conteúdo social.

Cabe destacar a importância do trabalho realizado para sucesso do evento de Valdir Natalino Andreetta e Zinho Santoro, através dos quais ficam aqui homenageados um grande número de amigos e esportistas exemplares.

Apoio a todas as modalidades

Paralelamente à Copa Varzeana, a Liga Municipal de Futebol recebeu total apoio para se fortalecer enquanto entidade maior do futebol amador. Como consequência direta desse incentivo, a LMF passou a contar com 21 clubes filiados, número recorde até então.

No futebol profissional, tanto o Velo Clube como o Rio Claro F.C. recebiam apoio e podiam contar com um canal sempre aberto para o entendimento.

O sucesso do esporte amador de Rio Claro não se resumia apenas ao futebol. Outras modalidades recebiam total apoio da administração municipal. Rio Claro se destacava e conquistava muitos títulos, principalmente no basquete, judô, xadrez e caratê.

Natação, ciclismo, vôlei e pedestrianismo também recebiam incentivos por parte da prefeitura, que promovia cursos de aperfeiçoamento.

No esporte profissional, o basquete se destacava através da equipe do Clube de Campo, considerada uma das maiores forças do Estado e de todo o Brasil. A partir do apoio da administração municipal, os títulos de campeão paulista e brasileiro, da primeira divisão, passaram a ter Rio Claro como endereço certo.

Os contatos junto a empresas, na busca de patrocinadores, eram constantes. Foi assim que a empresa Ocfibras se tornou a primeira patrocinadora do basquete profissional de Rio Claro. O exemplo foi seguido pela Fábrica de Balas São João, que passou a patrocinar a equipe de vôlei e pela Brastemp, que dava suporte às equipes de natação do município.

Com os investimentos realizados na construção de novas obras para atender ao setor de Esporte, Rio Claro foi escolhida como sede dos 51º Jogos Abertos do Interior, de 28 de agosto a sete de setembro de 1986.

Os Jais de Rio Claro tiveram um número recorde de cidades participantes e contaram com a participação de mais de seis mil atletas de todo o Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

OBRAS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO 1983-1987

*** ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

- Elaboração do projeto de revitalização da Estação Ferroviária e do centro histórico de Rio Claro.
- Elaboração do projeto para construção de novo aeroporto no Campo do Cocho.
- Criação e construção da Administração Regional do Cervezão.
- Criação e instalação de sub-prefeituras nos distritos da zona rural.
- Implantação e aperfeiçoamento do processo de informatização da administração municipal.
- Implantação do Serviço Social de Assistência Jurídica Gratuita.
- Estabelecimento de novos canais de comunicação com a comunidade, a exemplo da linha "156".

*** FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE**

- Administração das creches do município.
- Incentivo à criação dos Clubes de Mães.
- Campanha permanente de prevenção ao câncer ginecológico.
- Apoio às atividades do Centro Experimental de Educação Informal (CEEI).
- Promoção e realização da Festa das Nações.

- Apoio à formação dos grupos de terceira idade.
- Atuação integrada aos demais setores da administração na implantação de uma política de saúde preventiva.
- Programas de valorização da mulher e integração social de crianças e adolescentes.
- Atendimento filantrópico sem os vícios do assistencialismo paternalista.

*** SEGURANÇA**

- Aumento em 50% do efetivo policial.
- Construção do 3º Distrito Policial no Cervezão.
- Sede do Comando Regional da Polícia Florestal.
- Instalação do 3º Batalhão da Polícia Rodoviária de Rio Claro.
- Construção de sede e instalação do Destacamento da Polícia Montada.
- Definição do projeto criando a Guarda Municipal.
- Expansão da rede elétrica, atingindo a marca de 100% de iluminação.
- Instalação dos primeiros hidrantes.

*** EDUCAÇÃO**

- Construção das EMEIs "Clara Freire Castellano" (Jardim das Paineiras), "Dante Egrégio" (Vila Paulista), "Elpídio Mina" (Bela Vista) e "Isolina Cassavia Huppert" (Jardim das Palmeiras).
- Construção e entrega das escolas estaduais "Silvio Araújo" (São Miguel), "Roberto Garcia Loz" (Jardim Boa Vista), "Oscália Silva Santos" (Jardim Paulista II), "Heloísa Lemenhe Marasca" (Bela Vista), "Délcio Báccaro" (Jardim Inocoop) e "Prof. José Fernandes"(Ajapi).

- Reforma e ampliação de todas as EMEIS e de várias escolas estaduais.
- Implantação do período integral (PI) em todas as EMEIs.
- Parceria com a Unesp para programas de reciclagem e aprimoramento pedagógico da rede municipal de ensino.
- Criação e Implantação do estatuto do magistério público municipal.
- Criação e instalação do Centro Experimental de Educação Informal (CEEI) no Cervezão, Jardim das Palmeiras e Arco-Íris.
- Erradicação do analfabetismo no município.
- Instalação dos cursos de computação ("Chanceler Raul Fernandes) e de técnico eletricista ("Prof. Armando Bayeux da Silva").
- Instalação de três novos cursos na Unesp: Educação Física, Ciências da Computação e Pedagogia (noturno).
- Criação e implantação da Escola Municipal Agrícola "Eng. Foot Guimarães".

*** CULTURA**

- Inclusão do Carnaval de Rio Claro no Calendário Turístico do Estado de São Paulo.
- Transferência do desfile das escolas de samba para a Avenida Visconde do Rio Claro, criando a Passarela do Samba.
- Excursão de escolas de samba de Rio Claro para Argentina, Venezuela e países vizinhos.
- Instituição do júri carnavalesco através da Fesec.

- Recuperação, conclusão e inauguração do Centro Cultural com equipamentos de sonorização e cenografia.
- Instalação da Sala de Cinema no Centro Cultural.
- Criação e desenvolvimento dos programas Cine nos Bairros, Cinema vai às Escolas, Cinema Cultural e Sessão Espaço Livre.
- Promoção de debates sobre temas culturais com Francisco Weffort, Ignácio de Loyola Brandão, Ziraldo, Beth Bething, Fernando Gabeira, Irede Cardoso, Marta Suplicy, Pepe Escobar e Ozualdo Candeias, entre outros.
- Criação da Orquestra Sinfônica de Rio Claro a partir do programa do Sesc Orquestra de Cordas.
- Reorganização e promoção do Salão de Artes Plásticas de Rio Claro.
- Criação do Salão de Artes Plásticas dos Estudantes.
- Reedição ampliada da publicação Efemérides Rio-Clarenses através do Arquivo Municipal.
- Realização da Quinzena Abolicionista com destaque para desenvolvimento da Primeira Semana de Zumbi dos Palmares.
- Exposição "A Imprensa Negra" com divulgação de acervo documental.

*** SAÚDE**

- Construção do Pronto Socorro da Zona Norte (Cervezão).
- Construção de postos de atendimento e ambulatórios no Jardim Wenzel, Arco-Íris, Assistência, Ajapi e Sítinho.
- Adoção de uma política de saúde preventiva a partir de campanhas contra o câncer ginecológico, de mama, pele e boca.

- Descentralização da prestação de serviços através da criação de equipes volantes para atendimento odontológico e oftalmológico.
- Elaboração e viabilização do projeto para construção do Centro de Habilitação "Princesa Victória".
- Incentivo e apoio à criação da Associação dos Deficientes de Rio Claro (Aderc).
- Reestruturação da rede municipal de Saúde e integração ao SUDS - Sistema Único de Saúde.
- Ampliação do quadro e profissionais com a contratação de médicos e enfermeiros.
- Racionalização dos plantões para um atendimento mais efetivo da população.

*** PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO**

- Construção e entrega de novas creches no Parque Universitário e nos Jardins Santa Rosa e Elizabeth.
- Implantação do projeto "Mãe Crecheira".
- Desenvolvimento de atividades para integração social de crianças e adolescentes, através do "Projeto do Menor" e "Meninos de Rua".
- Instalação de cursos pré-profissionalizantes.
- Incentivo e apoio à formação de novos grupos de terceira idade.
- Ampliação do curso de corte e costura.
- Implantação do projeto "Feito em Casa" e lançamento da 1ª Feimarc – Feira de Mostra e Artesanato de Rio Claro.

*** HABITAÇÃO**

- Reativação e aperfeiçoamento do projeto Nosso Teto com conclusão e entrega das 432 casas aos contemplados.
- Criação do Programa de Regularização do Parcelamento do Solo Urbano para equacionar problemas de loteamentos irregulares que ao todo somavam três milhões de metros quadrados.
- Criação dos Grupos de Mutirão.
- Instalação da Fábrica de Artefatos de Cimento.

*** AGRICULTURA**

- Construção e implantação da Escola Municipal Agrícola "Engenheiro Rubens Foot Guimarães", no Horto de Ajapi.
- Fornecimento de merenda escolar, de produção municipal, num total de 60 mil refeições por dia a escolas e entidades assistenciais.
- Implantação do programa de Agricultura Natural através da Fundação Mokiti Okada no Horto de Ajapi.
- Criação do Feirão do Produtor no Espaço Livre da Visconde.
- Instalação no local do Ponto da Economia, da Cobal, para fornecimento de hortifrutigranjeiros com menores preços.
- Desenvolvimento do programa Hortas Comunitárias em diversos bairros.
- Recuperação de 170 quilômetros de estradas vicinais para escoamento agrícola.
- Programa de incentivo aos professores da região rural.
- Ampliação do transporte de alunos da região rural.

- Implantação de infra-estrutura em distritos, com construção de escolas, abertura de poços artesianos, postos dos Correios e de telefone, centros de lazer e esportivos, construção de galerias, suprimento de energia e outros itens.

*** TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA**

- Reestruturação do sistema de transporte coletivo urbano e adoção da tarifa mais barata do Brasil, na época.

- Criação e instalação da Comissão Tarifária.

- Implantação de mais de um milhão de metros quadrados de asfalto na periferia, através do plano comunitário de asfalto com custo de um terço do valor que vinha sendo cobrado.

- Execução da obra de prolongamento da Avenida Visconde do Rio Claro.

- Construção e implantação da Avenida Tancredo Neves.

- Construção da segunda pista da Avenida Brasil.

- Construção e implantação da Avenida José Felício Castellano.

- Elaboração do projeto de construção do anel viário.

- Implantação pioneira do sistema trólebus com construção de garagem e oficina, além da aquisição e reforma dos veículos.

- Criação do plano integrado para construção de ciclovias.

*** SANEAMENTO E PRESERVAÇÃO**

- Conclusão da Estação de Tratamento de Água II - Sistema Corumbataí.
- Interligação da Estação de Tratamento de Água I - Sistema Ribeirão Claro - com a Estação de Tratamento de Água II - Sistema Corumbataí através de adutora de oito quilômetros. Capacidade de adução de 500 litros por segundo.
- Ampliação de rede em 35 quilômetros suprimindo o município de 100% em água e esgoto.
- Construção do sistema de galerias de águas pluviais na região da Vila Martins com sete mil metros lineares e 120 bocas-de-lobo. Foram utilizados 6 mil metros cúbicos de concreto e 480 toneladas de aço.
- Construção de seis mil metros de galerias de águas pluviais na Zona Norte.
- Substituição de 50% da rede de distribuição de água na Vila Paulista.
- Construção do Aterro Sanitário.

*** LAZER**

- Implantação do Espaço Livre de Convivência da Avenida Visconde do Rio Claro.
- Popularização do uso de bicicletas através de passeios ciclísticos das escolas municipais.
- Realização mensal da feira de artesanato "Vilmo Rosada" no Jardim Público, com exposições artísticas e outras, para revitalização do espaço urbano.
- Promoção semanal do programa A Praça é Nossa, no coreto "Fábio Marasca", do Jardim Público.
- Promoção da feira de trocas Mercado das Pulgas no Jardim Público com patrocínio da Delegacia Regional de Turismo.

- Promoção do programa "Zé Butinido e Tropa", todos os sábados, com shows sertanejos, por bairros, para revelação de talentos.
- Realização da Rua de Lazer nos bairros, com descentralização das atividades culturais.

*** ESPORTE**

- Construção do Centro Poliesportivo do Sesi, CAT "José Felício Castellano", em área de 66 mil metros quadrados, no Jardim Floridiana.
- Utilização de terrenos vagos para práticas esportivas e de lazer.
- Construção do mini-ginásio esportivo "Manoel Antonio Bortolotti"
- Construção da Piscina Olímpica anexa ao ginásio de esportes "Felipe Karam".
- Reforma de campos distritais de futebol.
- Reativação da Escola do Atleta Mirim para participação de cinco mil crianças.
- Criação dos programas Clube Desportista e Esporte, Saúde e Vida.
- Realização das edições da Copa Varzeana de Futebol, evento reunindo mais de duzentas equipes em todo o Estado de São Paulo.
- Apoio à Liga Municipal de Futebol, que chegou a reunir 21 clubes; ao Velo Clube, Rio Claro FC e às modalidades de basquete, judô, xadrez e caratê.
- Apoio ao basquete profissional com o time local conquistando os títulos de campeão paulista e brasileiro.
- Realização dos 51º Jogos Abertos do Interior reunindo mais de seis mil atletas do Estado de São Paulo.